

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS,  
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS,

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	1
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS.....	3
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	4
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA E CONSOLIDADO.....	5
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	6
DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS.....	7
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	8
2. ENTIDADES DO GRUPO.....	12
3. BASE DE PREPARAÇÃO.....	15
4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS.....	18
5. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO.....	31
6. ATIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA.....	34
7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	35
8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	35
9. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS, PERMISSIONÁRIAS E CLIENTES.....	36
10. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR.....	39
11. TRIBUTOS DIFERIDOS.....	41
12. OUTROS CRÉDITOS.....	43
13. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DO SETOR.....	44
14. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO.....	47
15. ATIVO DE CONTRATO.....	47
16. INVESTIMENTOS.....	48
17. IMOBILIZADO.....	53
18. INTANGÍVEL.....	56
19. FORNECEDORES.....	59
20. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR.....	59
21. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS.....	60
22. DEBÊNTURES.....	64
23. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS.....	67
24. CONTINGÊNCIAS.....	72
25. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO.....	78
26. OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO E ATIVO DE DIREITO DE USO.....	83
27. OUTROS DÉBITOS.....	84
28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	85
29. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	87
30. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS.....	90
31. PLANO DE OUTORGA DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES.....	91
32. RECEITA LÍQUIDA.....	93
33. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	94
34. RESULTADO FINANCEIRO.....	95
35. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS.....	96
36. SEGUROS.....	109
37. COMPROMISSOS CONTRATUAIS.....	110
38. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA.....	111
39. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	112

LIGHT S.A.  
BALANÇOS PATRIMONIAIS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019  
(Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Caixa e equivalentes de caixa	7	7.745	71.531	653.200	996.338
Títulos e valores mobiliários	8	70.781	8.716	2.436.476	681.690
Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes	9	-	-	3.257.127	2.536.599
Estoques		-	-	62.393	60.009
Tributos e contribuições a recuperar	10	-	-	655.717	80.904
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10	934	556	137.047	135.124
Ativos financeiros do setor	13	-	-	58.361	549.547
Despesas pagas antecipadamente		363	141	25.073	23.125
Dividendos a receber	16	254.833	274.421	-	-
Serviços prestados a receber		829	30	45.017	31.349
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	35	-	-	156.494	-
Outros créditos	12	755	2.272	339.400	259.541
		336.240	357.667	7.826.305	5.354.226
Ativos classificados como mantidos para venda	6	53.919	-	147.419	-
<b>TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>390.159</b>	<b>357.667</b>	<b>7.973.724</b>	<b>5.354.226</b>
Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes	9	-	-	1.013.614	1.113.040
Tributos e contribuições a recuperar	10	-	-	4.420.018	6.257.037
Tributos diferidos	11	-	-	449.969	35.931
Despesas pagas antecipadamente		-	-	-	125
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	35	-	-	960.009	372.854
Depósitos vinculados a litígios	23	684	654	242.132	272.853
Ativos financeiros do setor	13	-	-	15.358	112.520
Ativo financeiro da concessão	14	-	-	5.197.313	4.748.294
Outros créditos	12	-	-	120.000	-
Ativo de contrato	15	-	-	983.368	496.953
Investimentos	16	6.852.861	6.191.540	366.241	579.344
Imobilizado	17	-	-	1.655.215	1.586.955
Intangível	18	-	-	2.898.588	2.836.915
Ativo de direito de uso	26	-	-	101.717	76.721
<b>TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>6.853.545</b>	<b>6.192.194</b>	<b>18.423.542</b>	<b>18.489.542</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>7.243.704</b>	<b>6.549.861</b>	<b>26.397.266</b>	<b>23.843.768</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LIGHT S.A.  
BALANÇOS PATRIMONIAIS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019  
(Em milhares de reais)

PASSIVO	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Fornecedores	19	136	1.017	3.439.767	2.546.345
Tributos e contribuições a pagar	20	140	18	166.925	172.339
Imposto de renda e contribuição social a pagar	20	164	3	1.818	38.108
Empréstimos e financiamentos	21	-	-	1.320.026	551.497
Debêntures	22	-	-	1.030.529	835.821
Dividendos a pagar	29	164.332	315.353	164.332	315.353
Obrigações trabalhistas		1.469	1.547	90.914	86.426
Valores a serem restituídos a consumidores	10	-	-	296.239	-
Obrigações por arrendamento	26	-	-	47.228	31.546
Outros débitos	27	386	527	659.179	600.121
<b>TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>166.627</b>	<b>318.465</b>	<b>7.216.957</b>	<b>5.177.556</b>
Empréstimos e financiamentos	21	-	-	3.090.703	3.755.728
Debêntures	22	-	-	4.242.711	3.623.494
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	35	-	-	-	34.575
Tributos e contribuições a pagar	20	-	-	191.773	348.485
Tributos diferidos	11	-	-	408.289	400.484
Participações societárias a descoberto	16	-	-	30.823	21.835
Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios	23	865	852	647.533	543.200
Benefícios pós-emprego	25	-	-	5.327	-
Obrigações por arrendamento	26	-	-	58.699	47.810
Valores a serem restituídos a consumidores	10	-	-	3.381.614	3.605.664
Outros débitos	27	-	-	46.625	54.393
<b>TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>865</b>	<b>852</b>	<b>12.104.097</b>	<b>12.435.668</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Capital social	29	4.051.285	4.051.285	4.051.285	4.051.285
Reserva de capital		9.434	3.179	9.434	3.179
Reservas de lucros		2.816.100	1.957.524	2.816.100	1.957.524
Ajustes de avaliação patrimonial		304.402	320.049	304.402	320.049
Outros resultados abrangentes		(105.009)	(101.493)	(105.009)	(101.493)
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>7.076.212</b>	<b>6.230.544</b>	<b>7.076.212</b>	<b>6.230.544</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>7.243.704</b>	<b>6.549.861</b>	<b>26.397.266</b>	<b>23.843.768</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LIGHT S.A.  
 DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS  
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019  
 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
RECEITA LÍQUIDA	32	-	-	13.073.468	13.389.567
CUSTO TOTAL	33	-	-	(9.878.188)	(10.043.183)
Custos com energia elétrica	33.1	-	-	(7.995.275)	(8.211.044)
Custos de operação	33	-	-	(1.882.913)	(1.832.139)
LUCRO BRUTO		-	-	3.195.280	3.346.384
Despesas gerais e administrativas	33	(15.791)	(31.102)	(1.291.504)	(1.971.896)
Outras receitas		715	659	888	24.687
Outras despesas		(1.105)	(1.456)	(95.172)	(73.474)
Resultado de equivalência patrimonial	16	706.277	1.357.817	(28.232)	(38.367)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		690.096	1.325.918	1.781.260	1.287.334
RESULTADO FINANCEIRO	34	1.826	1.885	(733.660)	701.614
Receita		2.162	2.835	1.096.668	1.901.399
Despesa		(336)	(950)	(1.830.328)	(1.199.785)
LUCRO ANTES DO IR E CSLL		691.922	1.327.803	1.047.600	1.988.948
Imposto de renda e contribuição social correntes	11	-	-	(760.093)	(96.193)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	-	-	404.415	(564.952)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		691.922	1.327.803	691.922	1.327.803
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (R\$ / Ação)	29.4	2,28	5,41	2,28	5,41

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LIGHT S.A.  
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019  
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Lucro líquido do exercício	691.922	1.327.803	691.922	1.327.803
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado em períodos subsequentes				
Perda sobre passivos atuariais, líquido dos efeitos fiscais	(3.516)	-	(3.516)	-
<b>RESULTADO ABRANGENTE TOTAL</b>	<b>688.406</b>	<b>1.327.803</b>	<b>688.406</b>	<b>1.327.803</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LIGHT S.A.  
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA E CONSOLIDADO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019  
(Em milhares de reais)

Nota	RESERVAS DE LUCROS					AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA LEGAL	RETENÇÃO DE LUCROS	RESERVA ESPECIAL				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	2.225.822	-	276.136	652.920	-	336.107	(101.493)	-	3.389.492
Aumento de capital	1.875.000	-	-	-	-	-	-	-	1.875.000
(-) Gastos com emissão de ações	(49.537)	-	-	-	-	-	-	-	(49.537)
Opções de ações outorgadas ( <i>stock options</i> )	-	3.179	-	-	-	-	-	-	3.179
Lucro líquido do exercício	29	-	-	-	-	-	-	1.327.803	1.327.803
Realização de ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos	-	-	-	-	-	(16.058)	-	16.018	(40)
Destinação do resultado do exercício:									
Constituição da reserva legal	29	-	-	66.390	-	-	-	(66.390)	-
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (R\$1,0376 / ação)	29	-	-	-	-	-	-	(315.353)	(315.353)
Constituição da reserva de retenção de lucros	29	-	-	-	962.078	-	-	(962.078)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	4.051.285	3.179	342.526	1.614.998	-	320.049	(101.493)	-	6.230.544
Opções de ações outorgadas ( <i>stock options</i> )	-	6.255	-	-	-	-	-	-	6.255
Dividendos não distribuídos	29	-	-	-	315.353	-	-	-	315.353
Lucro líquido do exercício	29	-	-	-	-	-	-	691.922	691.922
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado em períodos subsequentes									
Perda de passivo atuarial, líquido dos efeitos fiscais	25	-	-	-	-	-	(3.516)	-	(3.516)
Realização de ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos	-	-	-	-	-	(15.647)	-	15.633	(14)
Destinação do resultado do exercício:									
Constituição da reserva legal	29	-	-	34.596	-	-	-	(34.596)	-
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (R\$0,5407 / ação)	29	-	-	-	-	-	-	(164.332)	(164.332)
Constituição da reserva de retenção de lucros	29	-	-	-	508.627	-	-	(508.627)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	4.051.285	9.434	377.122	2.123.625	315.353	304.402	(105.009)	-	7.076.212

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LIGHT S.A.  
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019  
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais		(2.052)	186.975	2.333.644	451.545
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		691.922	1.327.803	1.047.600	1.988.948
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	33	-	-	618.670	1.127.169
Depreciação e amortização	33	-	-	590.909	587.187
Perda na venda ou baixa de intangível, imobilizado, investimento e arrendamento		-	2.632	36.846	63.904
Perdas cambiais e monetárias de atividades financeiras	34	-	-	773.636	176.795
Provisão e atualização financeira para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios e baixas e atualização financeira de depósitos vinculados a litígios	13	852	374.916	408.045	
Ajuste a valor presente e antecipações de recebíveis		-	-	(825)	(829)
Despesa de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures e amortização dos custos	21/22	-	-	543.360	691.579
Juros sobre obrigações de arrendamento	26	-	-	7.287	7.620
Variação <i>swap</i>	34	-	-	(887.405)	(205.559)
Resultado de equivalência patrimonial	16	(706.277)	(1.357.817)	28.232	38.367
Créditos e atualização financeira de PIS e COFINS sobre ICMS		-	-	(27.815)	(2.479.456)
Opções de ações outorgadas ( <i>stock option</i> )	31	6.255	3.179	6.255	3.179
Ganho em investimentos avaliados pelo custo		-	-	(2.574)	(108)
Perda na alienação da totalidade da participação em controladas em conjunto	16	-	-	42.602	-
Repactuação do GSF na controlada Light Energia	18	-	-	(433.829)	-
Valor justo do ativo financeiro da concessão	14	-	-	(242.872)	(153.267)
Constituição e atualização de ativos e passivos financeiros do setor	13	-	-	(1.233.120)	(359.609)
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		<b>6.035</b>	<b>210.326</b>	<b>1.091.771</b>	<b>(1.442.420)</b>
Titulos e valores mobiliários		(432)	(709)	(17.660)	(134.710)
Consumidores, concessionárias e permissionárias		-	-	(1.238.947)	(592.937)
Dividendos recebidos		7.194	214.491	7.194	3.113
Tributos, contribuições e impostos, líquido		(95)	(1.761)	452.586	(328.544)
Ativos e passivos financeiros do setor		-	-	1.821.468	407.578
Estoques		-	-	(2.384)	(703)
Serviços prestados a receber		(799)	229	(13.668)	22.256
Despesas pagas antecipadamente		(222)	(71)	(1.823)	6.582
Depósitos vinculados a litígios		(30)	(53)	3.356	(13.929)
Outros créditos		1.519	803	(199.860)	(214.540)
Fornecedores		(881)	(2.823)	927.246	413.540
Obrigações trabalhistas		(78)	168	4.488	9.820
Pagamento das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios		-	-	(243.218)	(305.107)
Outros débitos		(141)	52	51.290	(99.181)
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>		-	-	109.181	194.975
Juros pagos	21/22	-	-	(516.663)	(709.829)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(50.815)	(100.804)
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento</b>		<b>(61.734)</b>	<b>(1.974.560)</b>	<b>(2.706.894)</b>	<b>(460.048)</b>
Recebimento pela venda de participação		-	14.171	-	14.171
Aquisições de bens do ativo imobilizado		-	-	(131.274)	(92.414)
Aquisições de bens do ativo intangível e do ativo de contrato		-	-	(837.206)	(757.510)
Aumento de capital nas investidas	16	(101)	(1.980.726)	(1.288)	(54.113)
Resgate de aplicações financeiras		11.396	26.902	1.619.922	2.767.701
Aplicações financeiras		(73.029)	(34.907)	(3.357.048)	(2.337.883)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento</b>		<b>-</b>	<b>1.786.090</b>	<b>30.112</b>	<b>297.799</b>
Recebimento pela emissão de ações		-	1.825.463	-	1.825.463
Pagamento de obrigações por arrendamento	26	-	-	(45.980)	(37.625)
Dividendos pagos		-	(39.373)	-	(39.373)
Captação e custos de captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	21/22	-	-	1.483.984	2.200.707
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	21/22	-	-	(1.407.892)	(3.651.373)
<b>Aumento (redução) líquido (a) de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(63.786)</b>	<b>(1.495)</b>	<b>(343.138)</b>	<b>289.296</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		71.531	73.026	996.338	707.042
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		7.745	71.531	653.200	996.338

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



LIGHT S.A.  
DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019  
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Receitas		-	-	19.720.825	20.006.677
Venda de mercadorias, produtos e serviços		-	-	19.454.431	19.254.052
Recuperação de créditos de PIS e COFINS sobre ICMS		-	-	-	1.086.462
Receitas referentes à construção de ativos próprios		-	-	885.064	793.332
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	33	-	-	(618.670)	(1.127.169)
Insumos adquiridos de terceiros		(4.484)	(21.455)	(9.501.022)	(9.801.731)
Custo dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	33.1	-	-	(7.995.275)	(8.211.044)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(4.484)	(21.455)	(1.505.747)	(1.590.687)
Valor adicionado bruto		(4.484)	(21.455)	10.219.803	10.204.946
Retenções		-	-	(590.909)	(587.187)
Depreciação e amortização	33	-	-	(590.909)	(587.187)
Valor adicionado líquido produzido		(4.484)	(21.455)	9.628.894	9.617.759
Valor adicionado recebido em transferência		708.439	1.360.652	1.068.436	1.863.032
Resultado de equivalência patrimonial	16	706.277	1.357.817	(28.232)	(38.367)
Receitas financeiras	34	2.162	2.835	1.096.668	1.901.399
Valor adicionado total a distribuir		703.955	1.339.197	10.697.330	11.480.791
Distribuição do valor adicionado		703.955	1.339.197	10.697.330	11.480.791
Pessoal		10.774	9.452	432.879	423.188
Remuneração direta		10.260	7.902	280.756	291.533
Benefícios		339	357	109.217	95.703
FGTS		175	151	32.683	31.130
Outros		-	1.042	10.223	4.822
Impostos, taxas e contribuições		715	781	7.622.380	8.509.165
Federais		713	780	3.369.032	4.081.377
Estaduais		-	-	4.236.673	4.415.775
Municipais		2	1	16.675	12.013
Remuneração de capitais de terceiros		544	1.161	1.950.149	1.220.635
Juros		219	797	1.859.529	1.147.447
Aluguéis		325	364	90.620	73.188
Remuneração de capitais próprios		691.922	1.327.803	691.922	1.327.803
Dividendos		164.332	315.353	164.332	315.353
Lucros retidos		527.590	1.012.450	527.590	1.012.450

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LIGHT S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

---

A Light S.A. ("Light" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ - Brasil. A Light tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista, e a exploração, direta ou indiretamente, conforme o caso, de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica, bem como de outros serviços correlatos.

As controladas, controladas em conjunto e coligadas da Light, descritas na nota explicativa 2, compõem o Grupo Light ("Grupo Light" ou "Grupo").

A Companhia é listada na "B3" (Brasil, Bolsa, Balcão) no segmento do Novo Mercado ("NM"), sob a sigla LIGT3 e no mercado de balcão americano (Over-the-Counter - OTC), sob a sigla LGSXY.

### 1.1 Impactos da COVID-19

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde ("OMS") declarou o surto da COVID-19 como uma pandemia. Diante disso, inúmeras ações foram tomadas pelos governos em diversos países, inclusive no Brasil, por meio dos Governos Federais, Estaduais e Municipais. Neste sentido as medidas de isolamento social adotadas para conter a propagação do vírus provocaram interferências nas atividades econômicas, causando incertezas e impactos nas atividades do Setor Elétrico, em especial o segmento de Distribuição de energia.

As entidades governamentais implementaram diversas medidas de auxílio econômico e financeiro, tais como (i) postergação de recolhimento de alguns impostos, (ii) redução de alíquotas de contribuições obrigatórias, (iii) isenção de IOF para empréstimos e financiamentos até o mês de outubro de 2020, (iv) prorrogação de prazos para entrega de obrigações acessórias, entre outras.

No âmbito regulatório, algumas medidas passaram a vigorar, tais como:

- (i) Vedação, até 01 de agosto de 2020, da suspensão do fornecimento de energia por inadimplência das unidades consumidoras relacionadas à execução de atividades essenciais e demais previstas na Resolução Normativa nº 878/2020, aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL ("ANEEL"), exceto consumidores de baixa renda e unidades onde more pessoa que dependa de equipamentos elétricos essenciais à preservação da vida, bem como outras previstas Decreto Legislativo nº 6/2020 com vigência até o final de 2020;
- (ii) Em 07 de abril de 2020, a ANEEL aprovou o Despacho nº 986, que determinou o repasse aos agentes de mercado, os recursos financeiros disponíveis no fundo de reserva para alívio futuro de encargos, relacionados a montantes excedentes da Conta de Energia de Reserva (CONER). Em 08 de abril de 2020, a controlada Light SESA recebeu o montante de R\$105.699;

- (iii) Em 08 de abril de 2020, passou a vigorar a Medida Provisória (“MP”) nº 950, que dispõe sobre medidas temporárias emergenciais para o período de 1º de abril a 30 de junho de 2020, dentre elas, a contribuição de recursos do Tesouro Nacional a fundo setorial para subsidiar consumidores baixa renda que tenham consumo de até 220 kWh até o final do mês de junho; e
- (iv) criação da “Conta-Covid” por meio da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020, com o objetivo de enfrentamento dos impactos financeiros como consequência da pandemia do novo coronavírus. A referida conta possibilitou às distribuidoras a cobertura de eventuais déficits ou antecipação de receitas, de maneira total ou parcial (vide Nota 13).

Diante deste cenário, a Companhia tomou diversas medidas para garantir a continuidade do serviço à sociedade e, ao mesmo tempo, assegurar o bem-estar e a saúde dos colaboradores e clientes. Neste caminho, elencamos abaixo as principais iniciativas implementadas pela Companhia:

- implantação de comitê de crise composto por representantes de diversas áreas da Companhia, para monitorar o avanço da pandemia e assessorar a Administração na tomada de decisões que garantam o fornecimento de um serviço de qualidade e resguardem a integridade física dos colaboradores e clientes;
- implantação de *home office* para todas as equipes administrativas;
- afastamento dos grupos de risco e acompanhamento médico;
- disponibilização de álcool em gel em todos os prédios e veículos, distribuição de máscaras de proteção e medição de temperatura dos funcionários e público em geral que ingressam nas dependências das unidades da Companhia, bem como a antecipação da campanha de vacinação para o H1N1;
- atendimento priorizado das solicitações para os hospitais, seja para nova ligação de energia ou aumento de carga/demanda;
- doação de R\$1.500 para o fundo emergencial da Fiocruz em apoio à produção e aquisição de kits de testes rápidos para diagnóstico da COVID-19 (em conjunto com outras empresas do setor elétrico);
- doação de 300 mil itens de higiene para as comunidades na área de atuação da Companhia, além da intensificação das ações de comunicação por meio de peças publicitárias, redes sociais e imprensa; e
- doação de energia elétrica durante seis meses para o hospital de campanha construído pela iniciativa privada.

## Impacto nas Demonstrações Financeiras

Para fins de elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Administração da Companhia avaliou cuidadosamente o impacto da COVID-19 nos negócios do Grupo Light. Foram analisados temas como (i) desempenho da demanda e consumo de energia; (ii) impacto nos indicadores de perdas, arrecadação e inadimplência; (iii) variação dos indicadores macroeconômicos; (iv) acesso ao mercado de capitais, fluxo de caixa de curto e médio prazo; (v) redução no valor recuperável de ativos não financeiros; (vi) impactos nos *covenants* financeiros; e (vii) avaliação das premissas e incertezas de estimativas associadas à mensuração de ativos e passivos.

Mercado e arrecadação: O impacto econômico da redução do mercado por conta da COVID-19 decorre da redução do faturamento da cobertura tarifária associada às componentes Parcela B e Perdas Não Técnicas, cujas perdas não são compensadas por ativos regulatórios ou por redução proporcional dos custos reais. Para esses componentes o impacto acumulado até dezembro de 2020<sup>1</sup>, totalizou R\$ 154 milhões.

A seguir, destacamos alguns indicadores operacionais afetados pela pandemia, bem como o impacto econômico exclusivamente gerado por ela no EBITDA da controlada Light Serviços de Eletricidade S.A. ("Light SESA"). Observamos um efeito negativo aproximado de R\$154 milhões associado a queda no faturamento das componentes tarifárias de Parcela B e perdas não técnicas, como já mencionado acima, e do aumento aproximado de R\$168 milhões verificado na PECLD. Assim, estimamos que o efeito total no resultado econômico em 2020 seja de aproximadamente R\$322 milhões negativos.

Valores em R\$ milhões

Faturamento	Impacto por componente <sup>(a)</sup>		Impacto pela redução do mercado <sup>(a)</sup>	Impacto pelo aumento da PECLD	Impacto total
	Parcela B	PNT ajustado			
2º Trimestre	-85	-40	-125	-97	-222
3º Trimestre	-15	-6	-21	-23	-44
4º Trimestre	-11	3	-8	-48	-56
Soma	-111	-43	-154	-168	-322

<sup>(a)</sup> Não auditado pelos auditores independentes

<sup>1</sup> Utilizando como referência contra factual o mercado faturado em 2019.

Caixa e endividamento: para atenuar os impactos na geração de caixa da Companhia as seguintes ações foram realizadas: (i) em abril foi liquidada a 18ª emissão de debêntures, no valor de R\$400.000; (ii) em maio foi realizado o mútuo da controlada Light Energia para a controlada Light SESA, no valor de R\$500.000; (iii) em julho foi emitida a 19ª emissão de debêntures, no valor de R\$500.000; (iv) em setembro foi emitida a 20ª emissão de debêntures, no valor de R\$600.000; e (v) foi recebido ao longo do ano de 2020, por meio da Conta-Covid, o montante de R\$1.326.043. Ainda em setembro, o mútuo da controlada Light Energia foi integralmente quitado pela controlada Light SESA. A Companhia continua acompanhando mensalmente a evolução dos indicadores de *covenants* financeiros em determinados contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, bem como os *covenants* financeiros para fins regulatórios em atendimento ao contrato de concessão da controlada Light SESA, com o objetivo principal de avaliar a necessidade de eventual ação tempestiva em caso de não cumprimentos dos indicadores contratuais.

Em 22 de janeiro de 2021, foi concluída a Oferta Pública Primária e Secundária de ações ("Follow-on") da controlada Light S.A., com distribuição de 68.621.264 de novas ações de emissão da Companhia (oferta primária) e 68.621.264 de ações que pertenciam à Companhia Energética de Minas Gerais – ("CEMIG") (oferta secundária). Os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária foram destinados para fortalecimento e otimização de sua estrutura de capital, reduzindo assim o seu nível de endividamento e melhorando sua posição de caixa. A Companhia, em 25 de janeiro de 2021, realizou o aporte de R\$1.340.000 na controlada Light SESA.

Investimentos em CAPEX: No plano de investimentos para 2020, a Companhia previu, no orçamento de capital, a realização de R\$955.367, sendo R\$847.417 na controlada Light SESA e R\$ 107.950 na controlada Light Energia. Mesmo diante dos impactos causados pela COVID-19, a Light seguiu realizando seus investimentos durante o exercício de 2020 e a controlada Light SESA ficou praticamente em linha com os investimentos planejados, focados na melhoria da qualidade do fornecimento de energia e no combate às perdas, principalmente na incorporação de energia e melhoria da qualidade da medição eletrônica. Também, na parte de Tecnologia da Informação, foi investido na proteção e segurança das informações corporativas e aquisição de novos hardwares.

Já a controlada Light Energia, também seguiu realizando seus investimentos durante o exercício de 2020, com foco em projetos estruturais, por meio da aquisição e modernização de equipamentos e sistemas, nas reformas estruturais civis das usinas e sistemas de bombeamento, e nos sistemas de segurança de suas barragens.

Durante o exercício de 2020, a Companhia acompanhou os níveis de GSF e PLD referente a controlada Light Energia, bem como os níveis de adimplência dos contratos e não verificou variações significativas no resultado da geradora.

Por fim, a controlada Lightcom é mais focada em operações de atacado, em sua maioria com empresas de grande porte com excelente perfil de crédito. Como resultado da pandemia da COVID-19, a controlada Lightcom recebeu alguns pedidos de flexibilização de clientes de menor porte e teve êxito nas negociações, flexibilizando as condições de pagamento de forma a garantir o recebimento. Apesar da flexibilização de alguns contratos, não foi verificado variações significativas no resultado da comercializadora.

## 2. ENTIDADES DO GRUPO

---

### 2.1 Controladas diretas

Light Serviços de Eletricidade S.A. ("Light SESA" - 100%) - Sociedade por ações de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, que tem como atividade principal a distribuição de energia elétrica, com área de concessão abrangendo 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro, incluindo a capital.

Light Energia S.A. ("Light Energia" - 100%) - Sociedade por ações de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, que tem como atividades principais: (a) estudar, planejar, construir, operar e explorar sistemas de geração e transmissão, comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos ou autorizados, por qualquer título de direito, ou as empresas das quais mantenha ou venha a manter o controle acionário; (b) participar em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista. Compreende as usinas de Pereira Passos, Nilo Peçanha, Ilha dos Pombos, Santa Branca e Fontes Nova, com potência instalada total de 855 MW. A Light Energia possui participação societária nas seguintes controladas e controladas em conjunto:

- Lajes Energia S.A. ("Lajes Energia" - 100%) - Sociedade por ações de capital fechado, com sede no município de Pirai, Estado do Rio de Janeiro, que tem por objeto social a análise da viabilidade técnica e econômica, a elaboração do projeto, a implantação, operação, manutenção e exploração comercial da PCH Lajes, com potência nominal de 17 MW. Em 08 de julho de 2014, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 4.734/14 que transferiu a concessão da PCH Lajes da Light Energia para a Lajes Energia. As obras de construção da PCH Lajes foram iniciadas em setembro de 2014 e suas operações comerciais iniciaram em 21 de julho de 2018.
- Guanhães Energia S.A. ("Guanhães Energia" - 51%, controlada em conjunto) - Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Ipatinga - MG, criada com a finalidade de implantar e explorar quatro Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), situadas no estado de Minas Gerais, que totalizam 44 MW de Potência Instalada. Controlada em conjunto pela Light Energia (51%) e pela Cemig Geração e Transmissão S.A. - ("Cemig GT") (49%). Em 21 de agosto de 2015, as PCHs sagraram-se vencedoras no Leilão A-3, em que a energia foi contratada para comercialização pelo prazo de 30 anos, ao preço de R\$205,50/MWh, a partir de janeiro de 2018. As PCHs Senhora do Porto, Dores de Guanhães, Fortuna II e Jacaré encontram-se em operação comercial desde os meses de julho de 2018, novembro de 2018, maio de 2019 e julho de 2019, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2020, os investimentos com a Guanhães Energia foram classificados como ativos mantidos para venda, visto a potencial operação de alienação da totalidade da participação de 51% que a Companhia detém nesta entidade. Para maiores detalhes, vide Nota 6.



- Central Eólica São Judas Tadeu Ltda. ("São Judas Tadeu" - 100%) - Empresa em fase pré-operacional, que terá como atividade principal a produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada no Estado do Ceará com potência nominal de 18 MW. Em 31 de dezembro de 2016, a Administração provisionou 100% desse investimento por não ter expectativa de recuperabilidade futura, considerando o planejamento estratégico da Companhia.
- Central Eólica Fontainha Ltda. ("Fontainha" - 100%) - Empresa em fase pré-operacional, que terá como atividade principal a produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada no Estado do Ceará com potência nominal de 16 MW. Em 31 de dezembro de 2016, a Administração provisionou 100% do investimento por não ter expectativa de recuperabilidade futura, considerando o planejamento estratégico da Companhia.

Light Conecta Ltda. ("Light Conecta" - 100%) - Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, que tem como atividades a realização de projeto, construção, instalação, operação e exploração de usinas de geração de energia elétrica, bem como, a realização de compra, venda, importação, exportação de energia elétrica, térmica, gases e utilidades industriais, prestação de serviços de consultoria no setor de energia, locação de bens móveis e imóveis, além de aquisição e comercialização de mercadorias vinculadas à atividade e realização de estudos, projetos, implementação, operação e manutenção de obras, construções e instalações, de qualquer natureza ou especialidade. A Light Conecta possui participação societária na seguinte controlada em conjunto:

- Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. ("Hidrelétrica Itaocara" - 51%, controlada em conjunto) - Sociedade por ações de capital fechado, em fase pré-operacional, com sede na cidade o Rio de Janeiro - RJ. Controlada em conjunto pela Light Conecta (51%) e pela Cemig GT (49%), foi constituída para construir a UHE Itaocara e tem como objeto a concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica Itaocara I, conforme contrato de concessão nº01/2015 celebrado com a União.
- Consórcio UHE Itaocara - constituído para a exploração da Usina Hidrelétrica de Itaocara, controlada em conjunto pela Light Conecta (51%) e pela Cemig GT (49%). Em 30 de abril de 2015, o Consórcio UHE Itaocara sagrou-se vencedor no Leilão A-5 realizado pela ANEEL, relacionado à concessão da Usina Hidrelétrica de Itaocara I. O empreendimento será construído no Rio Paraíba do Sul e terá capacidade instalada de 150 MW.

Lightcom Comercializadora de Energia S.A. ("Lightcom" - 100%) - Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo - SP, que tem como objetivo a compra, venda, importação, exportação de energia e a prestação de serviços de consultoria no setor de energia.

Light Soluções em Eletricidade Ltda. ("Light Soluções" - 100%) - Sociedade limitada que tem como atividade principal a prestação de serviços aos clientes de baixa tensão contemplando montagem, reforma e manutenção de instalações em geral.

Instituto Light para o Desenvolvimento Urbano e Social ("Instituto Light" - 100%) - Pessoa Jurídica de direito privado, sem finalidade lucrativa, que tem como objetivo participar em projetos sociais e culturais, com interesse no desenvolvimento econômico e social das cidades, reafirmando a vocação da Companhia como empresa cidadã.

## 2.2 Controladas em conjunto

Lightger S.A. ("Lightger") - Sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo a participação em leilões de concessões, autorizações e permissões em novas usinas. A Lightger construiu e opera a PCH Paracambi. Controlada em conjunto pela Light S.A. (51%) e pela Cemig GT (49%), a Lightger tem capacidade instalada de 25,7 MW e 19,5 MW de garantia física.

Em 31 de dezembro de 2020, os investimentos com a Lightger foram classificados como ativos mantidos para venda, visto a potencial operação de alienação da totalidade da participação de 51% que a Companhia detém nesta entidade. Para maiores detalhes, vide Nota 6.

Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. ("Axxiom") - Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Belo Horizonte - MG, que tem por objetivo a oferta de soluções de tecnologia e sistemas para gestão operacional de concessionárias de serviços públicos, incluindo empresas de energia elétrica, gás, água, esgoto e demais empresas de utilidades. Controlada em conjunto pela Light S.A. (51%) e pela Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG (49%).

Energia Olímpica S.A. ("Energia Olímpica", controlada em conjunto até dezembro de 2019) - Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, que teve por objetivo a implantação da subestação Vila Olímpica e de duas linhas subterrâneas de 138 kV que se conectam à subestação. Controlada em conjunto pela Light S.A. (50,1%) e por Furnas Centrais Elétricas S.A. - Furnas (49,9%). Em dezembro de 2019, foi concluída a liquidação da Energia Olímpica.

Amazônia Energia Participações S.A. ("Amazônia Energia") - Sociedade por ações de capital fechado que tem como objetivo participar e administrar o capital social da Norte Energia S.A. ("NESA"), sociedade titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará. Controlada em conjunto pela Light S.A. (25,5%) e pela Cemig GT (74,5%), a participação da Amazônia Energia na NESA é de 9,8% do capital. Em 26 de agosto de 2010, a NESA assinou Contrato de Concessão nº 001/10 com a União através do MME - Ministério de Minas e Energia, para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos a partir da assinatura do referido contrato. Ainda de acordo com o referido contrato, 70% da energia assegurada da usina será destinada ao mercado regulado, 10% para os autoprodutores e 20% destinada ao mercado livre (ACL). Em novembro de 2019, a UHE Belo Monte foi concluída e ficou pronta para plena operação comercial, com suas seis unidades geradoras do Sítio Pimental e dezoito unidades geradoras do Sítio Belo Monte.



### 2.2.1 Concessões do Grupo Light

Segue abaixo o resumo das concessões do Grupo Light vigentes em 31 de dezembro de 2020:

Concessões	Contrato de concessão	Data de Vencimento
Light SESA	Junho de 1996	Junho de 2026
Light Energia	Junho de 1996	Junho de 2026
Lajes Energia	Julho de 2014	Maio de 2026

A controlada Light SESA, por ser uma concessionária de distribuição de energia elétrica e não controlar os ativos subjacentes, aplica o IFRIC 12/ICPC 01. A controlada Light SESA utiliza o modelo bifurcado em virtude das empresas do segmento serem remuneradas: (i) pelo Poder Concedente, no tocante ao valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão (ativo financeiro da concessão); e (ii) pelos usuários, pela parte que lhes cabe dos serviços de construção e pela prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica (ativo intangível).

Para as controladas Light Energia e Lajes Energia, não é aplicado o IFRIC 12/ICPC 01, pois as mesmas não aplicam tarifas definidas pelo Poder Concedente, conforme exigido na norma.

## 3. BASE DE PREPARAÇÃO

### 3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB ("IFRS").

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 18 de março de 2021, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

### 3.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros (Nota 35) e ativos mantidos para venda (Nota 6), mensurados pelos seus valores justos e pelos seus valores justos menos despesas com vendas, de acordo com as normas aplicáveis, respectivamente.

### 3.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma.

### 3.4 Consolidação do Grupo Light

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia: (i) tem poder sobre a investida; (ii) está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) tem a capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar seus retornos.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a esta presunção e quando o Grupo tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo (investidor).

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando Grupo deixar de exercer o mencionado controle. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação.

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é dada baixa nos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido a valor justo na data em que o controle é perdido.

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos do Grupo em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, estão compreendidas as demonstrações financeiras individuais e de suas controladas. Estão consolidadas integralmente nas seguintes bases abaixo apresentadas:

Sociedades controladas	Atividade	31.12.2020			31.12.2019		
		Forma de avaliação	Participação direta (%)	Participação indireta (%)	Forma de avaliação	Participação direta (%)	Participação indireta (%)
Light SESA	Distribuição	Consolidação	100,0	-	Consolidação	100,0	-
Light Energia	Geração hidráulica	Consolidação	100,0	-	Consolidação	100,0	-
Fontainha	Geração eólica	Consolidação	-	100,0	Consolidação	-	100,0
São Judas Tadeu	Geração eólica	Consolidação	-	100,0	Consolidação	-	100,0
Lajes	Geração hidráulica	Consolidação	-	100,0	Consolidação	-	100,0
Guanhães (*)	Geração hidráulica	Ativo mantido para venda	-	51,0	Equivalência patrimonial	-	51,0
Lightcom	Comercialização	Consolidação	100,0	-	Consolidação	100,0	-
Light Soluções	Serviços	Consolidação	100,0	-	Consolidação	100,0	-
Instituto Light	Outros	Consolidação	100,0	-	Consolidação	100,0	-
Light Conecta	Serviços	Consolidação	100,0	-	Consolidação	100,0	-
Usina Hidrelétrica Itaocara	Geração hidráulica	Equivalência patrimonial	-	51,0	Equivalência patrimonial	-	51,0
Consórcio UHE Itaocara	Geração hidráulica	Consolidação	-	51,0	Consolidação	-	51,0
Lightger (*)	Geração hidráulica	Ativo mantido para venda	51,0	-	Equivalência patrimonial	51,0	-
Axxiom	Outros	Equivalência patrimonial	51,0	-	Equivalência patrimonial	51,0	-
Amazônia Energia	Outros	Equivalência patrimonial	25,5	-	Equivalência patrimonial	25,5	-

(\*) Em atendimento ao CPC 31 - Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada ("CPC 31"), o investimento foi transferido para o ativo mantido para venda, considerando a potencial operação de alienação da totalidade de sua participação nesta entidade. Para maiores detalhes, vide Nota 6.

### 3.5 Uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, requer que a Administração faça julgamentos, adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas são revisadas continuamente e os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Os ajustes oriundos dessas revisões são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: (i) ativos classificados como mantidos para venda (Nota 6); (ii) provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa - PECLD (Nota 9); (iii) realização dos créditos de PIS e COFINS sobre ICMS e valores a serem restituídos a consumidores (Nota 10); (iv) recuperação do imposto e renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias (Nota 11); (v) ativos e passivos financeiros do setor (Nota 13); (vi) ativo financeiro da concessão (Nota 14); (vii) provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios (Nota 23); (viii) contingências (Nota 24); (ix) benefícios pós-emprego (Nota 25); (x) transações envolvendo pagamento em ações (Nota 31); (xi) fornecimento não faturado (Nota 32.1); (xii) provisão para compra de energia elétrica (Nota 33.1); e (xiii) mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 35).

#### 4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

---

As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas estão descritas a seguir:

##### 4.1 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

O Grupo classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias:

##### Valor justo por meio do resultado

Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição. São mensurados pelo valor novo de reposição ("VNR"), equivalentes ao valor justo na data das demonstrações financeiras. A controlada Light SESA reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando existe um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder público concedente, ou sob a direção da concedente pelos serviços de construção ou melhoria prestados.

Nesta categoria encontram-se também os certificados de depósito bancário (CDB), as cotas de fundos de investimento e os instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos financeiros derivativos (operações de *swap*) são instrumentos mantidos para regular as exposições de riscos de variação de moeda estrangeira, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

##### Custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas dos ativos financeiros são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas dos passivos financeiros são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

Encontram-se nesta categoria o numerário disponível, os valores a receber com consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes, serviços prestados a receber, depósitos vinculados a litígios, ativos e passivos financeiros do setor, valores a receber de partes relacionadas, outros créditos, fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures, obrigações por arrendamento mercantil e outros débitos.

## Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e
- O Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

## 4.2 Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de hedge (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por hedge. O Grupo não adota a contabilidade de hedge (*hedge accounting*) e designa seus derivativos como:

### Hedge do valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por hedge que são atribuíveis ao risco protegido.

Para hedges de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do hedge, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto.

Se o item objeto de hedge for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item protegido, a mudança acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco protegido é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado.

#### 4.3 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

#### 4.4 Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes

Incluem as contas a receber de fornecimento e suprimento da energia elétrica, faturado e a faturar, acréscimos moratórios, juros oriundos de atraso no pagamento e energia comercializada a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica conforme montantes disponibilizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

O Grupo utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para as contas a receber. A matriz de provisão baseia-se na experiência real de perda de crédito, considerando o histórico médio de não arrecadação sobre o total faturado em cada mês, tendo como base os últimos três anos, e segregado por classe de consumo. O Grupo revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Além disso, quando aplicável, para o segmento de poder público, iluminação pública e serviço público foram consideradas as mudanças no risco de crédito seguindo critério julgamental que reporte a expectativa de perda esperada para esses clientes.

#### 4.5 Estoques

Os estoques estão registrados ao custo médio de aquisição. Quando aplicável, o saldo será deduzido de provisões para perdas. Os materiais em estoque são classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativo).



#### 4.6 Ativos e passivos financeiros do setor

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados (Parcela A e outros componentes financeiros) que são incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos.

Esses valores serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção da concessão.

#### 4.7 Ativos não circulantes mantidos para venda

A Companhia e suas controladas classificam um ativo não circulante como mantido para venda quando o seu valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Esses ativos são mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. As despesas de venda são representadas pelas despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda, excluídos as financeiras e os tributos sobre o lucro.

O ativo imobilizado e o ativo intangível não são depreciados ou amortizados enquanto estiverem classificados como mantidos para venda. Ativos e passivos classificados como mantidos para venda são apresentados separadamente como itens circulantes no balanço patrimonial. Os dividendos recebidos de empreendimentos controlados em conjunto classificados como mantidos para venda são reconhecidos no resultado, tendo em vista a interrupção da mensuração pelo método da equivalência patrimonial, em atendimento ao CPC 31 / IFRS 05.

Divulgações adicionais são apresentadas na nota explicativa 6.

#### 4.8 Investimentos

A Companhia detém investimentos em empresas controladas e controladas em conjunto. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Esses investimentos são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e são, inicialmente, reconhecidos pelo custo de aquisição, sendo este mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição.

Anualmente, a Companhia avalia se há evidência objetiva de que o investimento sofreu perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), sendo que esta perda é o resultado da diferença entre o valor recuperável do investimento e o seu valor contábil.

#### 4.9 Ativo financeiro da concessão

A controlada Light SESA reconhece um ativo financeiro decorrente do contrato de concessão quando possui um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente ou da parte por ele indicada ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenização pelos serviços de construção efetuados e não recebidos por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Tais ativos financeiros correspondem à parcela dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão e são avaliados com base no Valor Novo de Reposição (VNR), equivalente ao valor justo, acrescido de correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") e tendo como referência os valores homologados pela ANEEL da base de remuneração de ativos nos processos de revisão tarifária.

#### 4.10 Ativo de contrato

O Grupo classifica como ativo de contrato os bens vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção registrados sob o escopo da ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessões. Esses bens são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Companhia de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores ou receber uma indenização ao final da concessão para os ativos ainda não amortizados. Assim, em conformidade ao CPC 47 (IFRS 15), os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível.

#### 4.11 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo de aquisição ou formação, incluindo custo atribuído, encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada e de perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver.

A depreciação é calculada pelo método linear, em contrapartida ao resultado do exercício, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Para os ativos imobilizados que não possuem garantia de indenização, como no caso dos ativos da Lajes Energia, os itens são depreciados pelo método linear até o limite da concessão ou depreciados pela vida útil do bem, dos dois, o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa 17.

Eventuais ajustes nos métodos de depreciação, nas vidas úteis ou nos valores residuais são reconhecidos e ajustados de forma prospectiva.



#### 4.12 Ativo intangível

Para os ativos intangíveis de distribuição de energia elétrica, a parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão, conforme previsto na ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessões.

Os ativos intangíveis compreendem, principalmente, os softwares adquiridos de terceiros e os ativos referentes aos contratos de concessão. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Adicionalmente, a controlada Light Energia reconheceu o ativo intangível oriundo do direito à extensão da concessão em decorrência da adesão à repactuação do risco hidrológico de forma a compensar a controlada Light Energia pelos custos incorridos no passado, conforme previsto na Lei nº14.052/2020, regulamentada pela Resolução ANEEL 895/2020 (vide Nota 18.1).

A amortização do ativo intangível é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativos intangíveis, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na demonstração de resultado.

#### 4.13 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

#### 4.14 Arrendamentos

O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento e aplica uma abordagem única de reconhecimento e mensuração, exceto para arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor individual.

##### 4.14.1 Ativos de direito de uso

O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento mensurados pelo valor presente. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

##### 4.14.2 Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o contrato. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas.

##### 4.14.3 Estimativa da taxa incremental de arrendamentos

Os arrendamentos vigentes não possuem sua taxa de juros implícita prontamente identificável, motivo pelo qual a Companhia considera a taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos de arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao tomar empréstimos, por prazo semelhante, para obter os recursos necessários para a aquisição de ativos com valores similares ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A Companhia calcula a taxa incremental usando dados observáveis, quando disponíveis.

#### 4.15 Benefícios a empregados

##### 4.15.1 Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego, sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para um Fundo de Previdência e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesa com pessoal quando os serviços são prestados pelos empregados.

#### 4.15.2 Planos de benefício definido

A obrigação líquida do Grupo quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente, para cada plano, através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferirão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o maior valor entre a dívida pactuada com a Fundação de Seguridade Social Braslight para amortização das obrigações atuariais e o valor presente da obrigação atuarial, calculada por meio de laudo atuarial, deduzida do valor justo dos ativos do plano.

Anualmente é realizado um cálculo para avaliação atuarial dos planos existentes por atuário independente. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais (remensurações do valor líquido de passivo ou ativo de benefício definido) são reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes e não são transferidos para lucros ou prejuízos acumulados.

#### 4.15.3 Benefícios de curto prazo a empregados

As obrigações de benefícios de curto prazo a empregados referem-se aos planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros, e é provisionada em conformidade com o acordo coletivo na rubrica de despesa com pessoal (Participação dos Empregados e Administradores) no resultado do exercício.

#### 4.16 Plano de outorga de opção de compra de ações

A Companhia possui plano de remuneração baseado em ações que tem por objetivo permitir que as pessoas elegíveis, sujeito a determinadas condições, adquiram ações, com vista a estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia e alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos das pessoas elegíveis.

Poderão ser eleitos como participantes de opções nos termos do plano, os administradores e empregados da Companhia ou de outras sociedades sob o seu controle, desde que aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

Os efeitos do plano de remuneração baseado em ações são calculados com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais outorgados e reconhecidos no balanço patrimonial e na demonstração de resultados conforme as condições contratuais sejam atendidas.

#### 4.17 Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos, que são apresentados de forma segregada nas demonstrações financeiras. A Companhia e suas controladas estão sujeitas ao regime do lucro real de apuração dos tributos sobre o resultado.

##### 4.17.1 Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos vigentes.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.

##### 4.17.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributáveis temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, seja no resultado, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada pelo Grupo se, e somente se, a entidade tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária: (i) na mesma entidade tributável; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

Em conformidade ao ICPC 22 / IFRIC 23, a Companhia e suas controladas avaliam periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulação fiscal requer interpretação e estabelece provisões e/ou divulgações quando apropriado.

#### 4.18 Provisões

##### 4.18.1 Geral

Provisões são reconhecidas quando o Grupo possui uma obrigação legal ou presumida que possa ser estimada de maneira confiável como resultado de um evento passado, e se for provável que um recurso econômico seja requerido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e dos fluxos de caixa futuros esperados. A provisão é constituída mediante avaliação, cuja probabilidade de perda é considerada provável na opinião da Administração.

##### 4.18.2 Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios

O Grupo é parte em diversos processos judiciais e administrativos, logo, as provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos econômicos seja requerida para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e a opinião da Administração, quando aplicável. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

#### 4.19 Reconhecimento de receitas

As receitas do Grupo são reconhecidas quando uma obrigação de performance for satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado a essa obrigação de performance. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita proveniente de um contrato com cliente quando a expectativa de recebimento for provável, levando em consideração a intenção de pagamento do cliente.

##### 4.19.1 Receita de fornecimento de energia elétrica e receita de uso da rede

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são contabilizadas quando há o fornecimento de energia elétrica. O faturamento é efetuado de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela distribuidora.

A receita não faturada de fornecimento de energia elétrica corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada tomando como base ciclos de leitura que em alguns casos se sucedem ao período de encerramento contábil. O efeito nas demonstrações financeiras da diferença entre a estimativa e o realizado é considerado imaterial.

Os registros das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas ou por estimativa da Administração.

As receitas de uso da rede de distribuição (TUSD) recebidas de outras concessionárias e consumidores livres são contabilizadas quando há o uso da rede de distribuição pelo cliente. A receita pela distribuição não faturada é contabilizada com base na receita auferida, porém, com faturas emitidas nos primeiros dias do mês posterior.

#### 4.19.2 Receita de serviços

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência a pesquisas de trabalhos realizados.

#### 4.19.3 Receita de construção

A receita de construção corresponde à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura, consubstanciada nos investimentos em ativos da concessão realizados pela Companhia no exercício. O reconhecimento dessa receita está diretamente relacionado aos gastos incorridos com a construção dos ativos da infraestrutura de concessão. Considerando que o modelo regulatório vigente não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, que as construções e melhorias são substancialmente executadas por meio de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura, sendo assim a margem de construção adotada foi estabelecida como sendo igual a zero.

#### 4.19.4 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras, juros sobre atraso no recebimento de cliente, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e variações de *swaps*. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e debêntures, ajustes de desconto a valor presente e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

#### 4.20 Ajuste a valor presente de ativos

Os itens sujeitos ao desconto a valor presente são referentes a contas a receber de consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes. O Grupo realizou cálculo do valor presente para os saldos com prazos de pagamento superiores a 180 dias. A taxa de desconto utilizada pela Administração para o desconto a valor presente para esses itens é de aproximadamente 10,0% a.a., semelhante ao custo médio de captação de recursos do Grupo nos últimos anos e ao encargo financeiro cobrado de seus clientes. A taxa de juros imputada em uma transação de venda é determinada no momento do registro inicial da transação e não é ajustada posteriormente.



#### 4.21 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020

A Companhia e suas controladas aplicaram pela primeira vez a revisão no CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2020 ou após esta data. Foram revisados alguns novos conceitos do pronunciamento, fornecendo definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

Abaixo relacionamos os pronunciamentos revisados aplicados pela primeira vez em 2020 os quais não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

##### Alterações no CPC 15 (R1) - Definição de negócios

Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como uma aquisição de ativos. Essas alterações podem impactar períodos futuros caso a Companhia ingresse em quaisquer combinações de negócios.

##### Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 - Reforma da Taxa de Juros de Referência

Inclusão de exceções temporárias aos requerimentos atuais da contabilidade de hedge para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais.

##### Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material

Altera a definição de “material”, estabelecendo que uma informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários das demonstrações financeiras. As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Não se espera que haja algum impacto futuro para a Companhia.

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à COVID-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento - Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.

As informações referentes aos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) não trouxeram alterações significativas nas demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

#### 4.22 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alterações, mais ainda não em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas a seguir e serão implementadas, se aplicáveis, quando entrarem em vigor.

##### Alterações no CPC 48, CPC 08, CPC 11 e CPC 06 (R2)

Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais.

##### Alterações no CPC 25

Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).

##### Alterações no CPC 27

Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.



## 5. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

---

As informações por segmento estão sendo apresentadas em relação aos negócios da Companhia, identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas.

Assuntos com efeitos relevantes ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

- Acordo entre a controlada Light SESA e Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas") que discutia a restituição de valores cobrados pelo fornecimento de energia elétrica no ano de 1986 (nota explicativa 12);
- Lei 14.052/2020, que aprova as novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica (GSF) e consequente reconhecimento do ativo intangível na controlada Light Energia (nota explicativa 18);
- Recebimento da compensação financeira nos termos definidos pela Conta-Covid no montante de R\$1.326.043 (nota explicativa 13);
- Habilitação dos créditos fiscais oriundos da exclusão do ICMS nas bases de cálculo do PIS e da COFINS e início da compensação destes créditos (nota explicativa 10);
- Debêntures emitidas no montante total de R\$1.500.000 (nota explicativa 22);
- Potencial operação para a alienação da totalidade da participação na controlada em conjunto indireta Guanhães Energia e na controlada em conjunto Lightger S.A. (nota explicativa 6);
- Reconhecimento da provisão referente à discussão da utilização dos créditos de ICMS gerados na aquisição de bens destinados a integrar o ativo fixo (nota explicativa 23)

As informações por segmento para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 estão apresentadas a seguir:

	Distribuição	Geração	Serviço	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado 31.12.2020
Ativos:							
Ativo circulante	5.450.204	2.268.126	25.182	223.081	391.927	(384.796)	7.973.724
Outros ativos não circulantes	13.133.051	325.289	16.962	27.507	689	-	13.503.498
Investimentos	31.258	-	-	-	6.852.861	(6.517.878)	366.241
Imobilizado	275.532	1.339.192	40.127	364	-	-	1.655.215
Intangível	2.459.309	437.157	1.363	759	-	-	2.898.588
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>	<b>21.349.354</b>	<b>4.369.764</b>	<b>83.634</b>	<b>251.711</b>	<b>7.245.477</b>	<b>(6.902.674)</b>	<b>26.397.266</b>
Passivos e patrimônio líquido:							
Passivo circulante	4.758.624	2.515.686	3.536	156.766	167.141	(384.796)	7.216.957
Passivo não circulante	10.953.184	1.118.470	31.078	500	865	-	12.104.097
Patrimônio líquido	5.637.546	735.608	49.020	94.445	7.077.471	(6.517.878)	7.076.212
<b>TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>21.349.354</b>	<b>4.369.764</b>	<b>83.634</b>	<b>251.711</b>	<b>7.245.477</b>	<b>(6.902.674)</b>	<b>26.397.266</b>

  

	Distribuição	Geração	Serviço	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado 31.12.2019
Ativos:							
Ativo circulante	3.780.125	1.427.207	20.949	177.235	359.568	(410.858)	5.354.226
Outros ativos não circulantes	13.295.910	130.554	23.227	35.978	659	-	13.486.328
Investimentos	29.191	136.426	-	-	6.191.540	(5.777.813)	579.344
Imobilizado	244.694	1.301.224	40.641	396	-	-	1.586.955
Intangível	2.832.558	2.251	1.452	654	-	-	2.836.915
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>	<b>20.182.478</b>	<b>2.997.662</b>	<b>86.269</b>	<b>214.263</b>	<b>6.551.767</b>	<b>(6.188.671)</b>	<b>23.843.768</b>
Passivos e patrimônio líquido:							
Passivo circulante	3.714.697	1.392.477	4.412	157.745	319.083	(410.858)	5.177.556
Passivo não circulante	11.310.215	1.102.322	22.253	26	852	-	12.435.668
Patrimônio líquido	5.157.566	502.863	59.604	56.492	6.231.832	(5.777.813)	6.230.544
<b>TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>20.182.478</b>	<b>2.997.662</b>	<b>86.269</b>	<b>214.263</b>	<b>6.551.767</b>	<b>(6.188.671)</b>	<b>23.843.768</b>

## Resultados por segmento:

2020	Distribuição	Geração	Serviço	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado 2020
RECEITA LÍQUIDA	11.764.700	1.131.064	4.496	1.023.619	-	(850.411)	13.073.468
DESPESAS E CUSTOS OPERACIONAIS	(10.969.006)	(156.794)	(6.771)	(965.559)	(16.257)	850.411	(11.263.976)
Equivalência patrimonial	-	(324)	(10.226)	-	688.595	(706.277)	(28.232)
RESULTADO FINANCEIRO	(398.850)	(341.819)	2.183	3.000	1.826	-	(733.660)
Receita financeira	748.230	347.704	2.429	3.315	2.162	(7.172)	1.096.668
Despesa financeira	(1.147.080)	(689.523)	(246)	(315)	(336)	7.172	(1.830.328)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	396.844	632.127	(10.318)	61.060	674.164	(706.277)	1.047.600
Contribuição social	(35.948)	(55.768)	(79)	(6.132)	-	-	(97.927)
Imposto de renda	(86.048)	(154.542)	(187)	(16.974)	-	-	(257.751)
RESULTADO LÍQUIDO	274.848	421.817	(10.584)	37.954	674.164	(706.277)	691.922

2019	Distribuição	Geração	Serviço	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado 2019
RECEITA LÍQUIDA	11.912.106	1.098.023	6.158	1.122.462	74	(749.256)	13.389.567
DESPESAS E CUSTOS OPERACIONAIS	(10.896.387)	(612.994)	(23.042)	(1.248.321)	(32.378)	749.256	(12.063.866)
Equivalência patrimonial	-	4.667	(51.204)	-	1.394.537	(1.386.367)	(38.367)
RESULTADO FINANCEIRO	743.853	(75.345)	3.090	28.273	1.743	-	701.614
Receita financeira	1.767.384	97.890	3.443	29.846	2.836	-	1.901.399
Despesa financeira	(1.023.531)	(173.235)	(353)	(1.573)	(1.093)	-	(1.199.785)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	1.759.572	414.351	(64.998)	(97.586)	1.363.976	(1.386.367)	1.988.948
Contribuição social	(160.452)	(23.684)	(104)	8.780	(1)	-	(175.461)
Imposto de renda	(445.762)	(64.058)	(261)	24.398	(1)	-	(485.684)
RESULTADO LÍQUIDO	1.153.358	326.609	(65.363)	(64.408)	1.363.974	(1.386.367)	1.327.803

## 6. ATIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA

Em 18 de dezembro de 2020, foi aprovada a concessão de período de exclusividade à Brasal Energia S.A. ("Brasal") visando à potencial operação para a alienação da totalidade da participação de 51% das controladas em conjunto Guanhães Energia e Lightger, pelos valores de R\$96.400 e R\$88.700, respectivamente. Em 24 de fevereiro de 2021, o período de exclusividade foi postergado por mais 30 dias.

Durante o período de exclusividade, a Companhia e a Brasal deverão negociar os termos e condições dos instrumentos aplicáveis, e, caso tais negociações sejam bem-sucedidas, a conclusão efetiva das transações dependerão ainda do cumprimento de condições precedentes usuais em transações dessa natureza, tais como a obtenção de anuência de autoridades regulatórias e concorrenciais e de terceiros.

Conforme preconiza o CPC 31/ IFRS 5, a Companhia passou a tratar contabilmente esse bloco de ativos como "ativos não circulantes mantidos para venda".

O CPC 31 exige que os ativos que forem classificados como mantidos para venda sejam mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. No caso da alienação da participação na controlada indireta Guanhães Energia, o valor justo dos ativos líquidos das despesas de venda, é inferior ao valor contábil em R\$42.602 e foram reconhecidos como despesa no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, na rubrica de outras despesas. Enquanto para a Lightger nenhum registro adicional se fez necessário, visto que o valor contábil já se encontra a menor quando comparado ao valor justo líquido das despesas de venda.

### 6.1 Ativos classificados como mantidos para venda

Ativos classificados como mantidos para venda	31.12.2020	
	Controladora	Consolidado
Lightger	53.919	53.919
Guanhães Energia	-	93.500
Total	53.919	147.419

### 6.2 Balanço patrimonial das controladas em conjunto em 31 de dezembro de 2020

31.12.2020	Lightger	Guanhães
<b>ATIVO</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	80.173	5.939
Outros	23.335	7.361
Circulante	103.508	13.300
Não circulante	128.937	404.588
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>232.445</b>	<b>417.888</b>
<b>PASSIVO</b>		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	8.579	12.674
Outros	63.506	13.990
Circulante	72.085	26.664
Empréstimos, financiamentos e debêntures	54.613	114.835
Outros	23	9.522
Não circulante	54.636	124.357
Patrimônio líquido	105.724	266.867
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>232.445</b>	<b>417.888</b>

### 6.3 Demonstração do resultado das controladas em conjunto em 31 de dezembro de 2020

2020	Lightger	Guanhães
<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO</b>		
Receita líquida de vendas	51.938	49.008
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>51.938</b>	<b>49.008</b>
Despesas gerais e administrativas	(10.375)	(37.452)
Resultado financeiro líquido	(14.172)	(9.874)
<b>LUCRO ANTES DO IR E CSLL</b>	<b>27.391</b>	<b>1.682</b>
Imposto de renda e contribuição social	(2.430)	(1.567)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>24.961</b>	<b>115</b>

## 7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Caixa e bancos	103	93	38.562	52.453
Aplicações Financeiras de liquidez imediata (CDB)	7.642	71.438	614.638	943.885
<b>TOTAL</b>	<b>7.745</b>	<b>71.531</b>	<b>653.200</b>	<b>996.338</b>

As aplicações financeiras de liquidez imediata são pós-fixadas e correspondem a operações realizadas com instituições que atuam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez, garantia de recompra diária pela instituição financeira, a uma taxa previamente estabelecida pelas partes e remuneração, em sua maioria, pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com perda insignificante de valor em caso de resgate antecipado.

A remuneração média das aplicações no consolidado é de 82,8% do CDI em 31 de dezembro de 2020 (93,7% do CDI em 31 de dezembro de 2019).

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 35.

## 8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	70.781	8.716	1.934.466	361.329
Fundo de investimento (não exclusivos)	-	-	502.010	320.361
<b>TOTAL</b>	<b>70.781</b>	<b>8.716</b>	<b>2.436.476</b>	<b>681.690</b>

Os títulos e valores mobiliários são representados por: (i) garantias oferecidas para participação em leilões de energia; (ii) valores provenientes de venda de ativos que ficam retidos para reinvestimentos na rede elétrica; (iii) fundos de investimentos não exclusivos; e (iv) aplicações que têm seus vencimentos superiores a três meses da data de aplicação, com perda de valor em caso de resgate antecipado. A remuneração média dessas aplicações é de 107,9% do CDI em 31 de dezembro de 2020 (101,7% do CDI em 31 de dezembro de 2019).

## 9. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS, PERMISSIONÁRIAS E CLIENTES

	Consolidado					
	31.12.2020			31.12.2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Fornecimento faturado	3.725.175	-	3.725.175	2.984.771	-	2.984.771
Fornecimento não faturado	674.821	-	674.821	542.775	-	542.775
Parcelamento de débitos	515.805	996.667	1.512.472	333.837	1.089.981	1.423.818
Comercialização de energia	956.126	-	956.126	705.789	-	705.789
Suprimento e encargos de uso da rede elétrica	25.956	-	25.956	31.119	-	31.119
Outras contas a receber	8.169	16.947	25.116	9.812	23.059	32.871
	5.906.052	1.013.614	6.919.666	4.608.103	1.113.040	5.721.143
(-) Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	(2.648.925)	-	(2.648.925)	(2.071.504)	-	(2.071.504)
<b>TOTAL</b>	<b>3.257.127</b>	<b>1.013.614</b>	<b>4.270.741</b>	<b>2.536.599</b>	<b>1.113.040</b>	<b>3.649.639</b>

Incluem o fornecimento e suprimento da energia elétrica, faturado e a faturar, comercialização de energia, acréscimos moratórios, juros oriundos de atraso no pagamento, encargos de uso da rede elétrica e energia comercializada a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica conforme montantes disponibilizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Em 31 de dezembro de 2020, a controlada Light Energia possui um saldo a receber de R\$832.021 (R\$574.567 em 31 de dezembro de 2019) na rubrica comercialização de energia, referente a inadimplência da liquidação da CCEE decorrente do ajuste do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE provocado pelo GSF menor que 1.

Os saldos vencidos e a vencer estão distribuídos da seguinte forma:

CONSOLIDADO	Saldos a vencer	Saldos vencidos				Total	PECLD	31.12.2020
		Até 90 dias	De 91 e 180 dias	De 181 e 360 dias	Mais de 360 dias			
Residencial	384.708	299.917	111.752	227.239	1.314.908	2.338.524	(1.449.486)	889.038
Industrial	16.353	13.050	3.873	10.795	79.820	123.891	(89.183)	34.708
Comercial	217.239	91.741	32.600	63.980	348.514	754.074	(398.883)	355.191
Rural	1.342	826	202	292	2.472	5.134	(2.538)	2.596
Poder público	40.044	58.291	28.811	38.292	94.104	259.542	(105.411)	154.131
Iluminação pública	43.481	32.471	11.733	38.998	89.649	216.332	(96.384)	119.948
Serviço público	8.557	12.092	465	1.021	5.543	27.678	(5.369)	22.309
Fornecimento não faturado	571.364	-	-	-	-	571.364	(8.670)	562.694
<b>SUBTOTAL - CONSUMIDORES</b>	<b>1.283.088</b>	<b>508.388</b>	<b>189.436</b>	<b>380.617</b>	<b>1.935.010</b>	<b>4.296.539</b>	<b>(2.155.924)</b>	<b>2.140.615</b>
Comercialização de energia	956.126	-	-	-	-	956.126	(784)	955.342
Suprimento e encargos de uso da rede elétrica	25.956	-	-	-	-	25.956	(159)	25.797
Encargos de uso da rede elétrica - não faturado	103.457	-	-	-	-	103.457	-	103.457
Outras contas a receber	25.116	-	-	-	-	25.116	-	25.116
	1.110.655	-	-	-	-	1.110.655	(943)	1.109.712
<b>TOTAL</b>	<b>2.393.743</b>	<b>508.388</b>	<b>189.436</b>	<b>380.617</b>	<b>1.935.010</b>	<b>5.407.194</b>	<b>(2.156.867)</b>	<b>3.250.327</b>

CONSOLIDADO	Saldo a vencer	Saldo vencidos				Total	PECLD	31.12.2019
		Até 90 dias	De 91 e 180 dias	De 181 e 360 dias	Mais de 360 dias			
Residencial	349.976	288.127	73.160	177.810	746.254	1.635.327	(902.907)	732.420
Industrial	28.957	12.314	3.484	5.509	74.192	124.456	(79.197)	45.259
Comercial	291.870	76.973	15.575	32.803	313.699	730.920	(340.611)	390.309
Rural	1.161	818	117	464	1.970	4.530	(2.134)	2.396
Poder público	90.955	68.344	23.344	33.736	77.040	293.419	(86.179)	207.240
Iluminação pública	60.216	28.828	17.671	40.112	30.206	177.033	(41.606)	135.427
Serviço público	10.325	2.969	199	460	5.133	19.086	(5.106)	13.980
Fornecimento não faturado	430.430	-	-	-	-	430.430	(7.660)	422.770
<b>SUBTOTAL - CONSUMIDORES</b>	<b>1.263.890</b>	<b>478.373</b>	<b>133.550</b>	<b>290.894</b>	<b>1.248.494</b>	<b>3.415.201</b>	<b>(1.465.400)</b>	<b>1.949.801</b>
Comercialização de energia	705.789	-	-	-	-	705.789	(784)	705.005
Suprimento e encargos de uso da rede elétrica	31.119	-	-	-	-	31.119	-	31.119
Encargos de uso da rede elétrica - não faturado	112.345	-	-	-	-	112.345	(660)	111.685
Outras contas a receber	32.871	-	-	-	-	32.871	-	32.871
	<b>882.124</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>882.124</b>	<b>(1.444)</b>	<b>880.680</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.146.014</b>	<b>478.373</b>	<b>133.550</b>	<b>290.894</b>	<b>1.248.494</b>	<b>4.297.325</b>	<b>(1.466.844)</b>	<b>2.830.481</b>

## 9.1 Parcelamento de débitos

A Companhia possui saldos de consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes parcelados decorrentes de programas de negociação realizados.

Classe de consumidor	31.12.2020			31.12.2019		
	Total	PECLD	Total líquido	Total	PECLD	Total líquido
Residencial	1.024.650	(411.259)	613.391	1.003.623	(561.469)	442.154
Industrial	19.760	(813)	18.947	15.002	(794)	14.208
Comercial	184.064	(22.722)	161.342	124.116	(22.677)	101.439
Rural	1.934	(146)	1.788	1.446	(147)	1.299
Poder público	98.266	(56.703)	41.563	123.646	(18.364)	105.282
Iluminação pública	9.819	(154)	9.665	10.177	(159)	10.018
Serviço público	173.979	(261)	173.718	145.808	(1.050)	144.758
<b>TOTAL</b>	<b>1.512.472</b>	<b>(492.058)</b>	<b>1.020.414</b>	<b>1.423.818</b>	<b>(604.660)</b>	<b>819.158</b>

Em 31 de dezembro de 2020, a controlada Light SESA possui (i) acordo de parcelamento com um grande cliente da classe de serviço público, cujo montante atualizado é de R\$156.048 (R\$143.157 em 31 de dezembro de 2019) e encontra-se classificado no saldo de parcelamento de serviço público. Esse montante será recebido em 41 parcelas e com o último recebimento previsto para maio de 2024; e (ii) contrato de confissão de dívida com a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, cujo montante atualizado é de R\$63.934 (R\$92.177 em 31 de dezembro de 2019) e encontra-se classificado no saldo de parcelamento de poder público.

## 9.2 Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

Seguem abaixo as movimentações da PECLD de consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

SALDO EM 31.12.2018	(1.366.834)
Adições (Nota 33) <sup>(1)</sup>	(812.681)
Baixas	108.011
SALDO EM 31.12.2019	(2.071.504)
Adições (Nota 33) <sup>(2)</sup>	(618.670)
Baixas	41.249
SALDO EM 31.12.2020	(2.648.925)

- <sup>(1)</sup> No final do ano de 2019, a Administração realizou uma reavaliação de todo o saldo em aberto das contas a receber tendo em vista a expectativa do recebimento futuro, já alinhada ao novo plano de combate à perda de energia, com base no histórico recente de recebimento dos saldos parcelados, e efetuou uma provisão adicional para refletir a perda esperada para créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2019.
- <sup>(2)</sup> A constituição de perdas esperadas está agravada pelo cenário da COVID-19, em que os cortes de energia elétrica pelas concessionárias ficaram suspensos pelo regulador para clientes residenciais e de serviços até agosto de 2020. Além da base histórica como métrica para a mensuração das perdas esperadas, condições futuras relevantes de inadimplência também são analisadas pela Companhia para cálculo final das perdas esperadas.

As baixas de recebíveis para perda são efetuadas de acordo com a Lei n° 9.430/1997 e Lei n° 13.097/2015. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram realizadas baixas no montante de R\$41.249 (R\$108.011 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019). As baixas foram realizadas contra a provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa já constituída, não gerando, assim, impacto no resultado do exercício.

A exposição da Companhia a riscos de crédito relacionados a consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes é divulgada na nota explicativa 35.



## 10. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Consolidado					
	31.12.2020			31.12.2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS a compensar <sup>(a)</sup>	42.033	51.925	93.958	59.189	53.892	113.081
PIS e COFINS a compensar (Nota 10.1) <sup>(b)</sup>	586.001	4.368.093	4.954.094	1.647	6.203.145	6.204.792
INSS	11.226	-	11.226	564	-	564
Outros	16.457	-	16.457	19.504	-	19.504
<b>TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR</b>	<b>655.717</b>	<b>4.420.018</b>	<b>5.075.735</b>	<b>80.904</b>	<b>6.257.037</b>	<b>6.337.941</b>
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	137.047	-	137.047	135.124	-	135.124
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR</b>	<b>137.047</b>	<b>-</b>	<b>137.047</b>	<b>135.124</b>	<b>-</b>	<b>135.124</b>
<b>TOTAL</b>	<b>792.764</b>	<b>4.420.018</b>	<b>5.212.782</b>	<b>216.028</b>	<b>6.257.037</b>	<b>6.473.065</b>

<sup>(a)</sup> Substancialmente representados por créditos de ICMS decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e intangível, os quais podem ser compensados em até 48 meses.

<sup>(b)</sup> Em 31 de dezembro de 2020, o saldo apresentado encontra-se líquido dos impostos apurados em 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$238.928.

### 10.1 Créditos de PIS e COFINS após a exclusão do ICMS na base de cálculo

Em 18 de fevereiro de 2008, a controlada Light SESA impetrou o Mandado de Segurança nº 0012490-07.2008.4.02.5101 no tocante ao reconhecimento do seu direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Em 07 de agosto de 2019, transitou em julgado, no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, o processo judicial da ação movida pela Companhia com decisão favorável à autora, reconhecendo o direito de excluir o ICMS pago da base de cálculo do PIS e COFINS, com efeito retroativo a janeiro de 2002, devidamente atualizados pela Taxa SELIC.

Baseada na opinião dos assessores legais, a Administração da Companhia entende que parcela dos créditos a serem recebidos pela controlada Light SESA podem ser objeto de restituição aos consumidores da sua área de concessão. Neste caso, consideramos que o período máximo aplicável para cálculo de tal devolução será de 10 anos. Sendo assim, a controlada Light SESA constituiu um passivo correspondente aos créditos fiscais que deverão ser repassados aos consumidores que compreende o período dos últimos 10 anos, ou seja, de setembro de 2009 a agosto de 2019, líquido do PIS/COFINS incidente sobre a sua receita financeira de atualização. O montante representado pela diferença do total do crédito fiscal registrado pela controlada Light SESA e respectiva obrigação reconhecida pelo prazo supracitado, foi avaliado pela Administração como sendo de perda possível, motivo pelo qual não foi provisionado nas demonstrações financeiras. Cabe ressaltar, que em 31 de dezembro de 2020 a Companhia registrou no passivo circulante o montante que se espera realizar nos próximos 12 meses como redução da tarifa do consumidor por meio do reajuste tarifário que entrou em vigor no dia 15 de março de 2021 (vide Nota 39.5). O valor homologado no reajuste tarifário se equivale ao repasse dos créditos tributários provisionados que tiveram efetivo aproveitamento de caixa até janeiro de 2021.

Em 09 abril de 2020, a Receita Federal do Brasil ("RFB") deferiu o pedido de habilitação dos créditos fiscais oriundos da exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS, o que motivou a reversão do IRPJ e CSLL diferidos, que foram oferecidos à tributação pelo IRPJ e pela CSLL correntes,

bem como a reclassificação para o ativo circulante do montante estimado de créditos a serem recuperados nos próximos 12 meses. O início da compensação destes créditos ocorreu a partir de 30 de abril de 2020. Em 31 de dezembro de 2020 os créditos compensados somaram o montante de R\$1.110.796. Desse montante, R\$703.630 se referiam aos tributos federais incidentes sobre a habilitação dos referidos créditos fiscais.

A Companhia adota os procedimentos de recuperação destes créditos de acordo com as previsões legais estabelecidas pela RFB. O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e será efetuado conforme mecanismos e critérios a serem definidos pela ANEEL. Em 09 de fevereiro de 2021, a ANEEL abriu a Consulta Pública nº 5/2021 com a finalidade de colher subsídios e informações para regulamentar o tratamento a ser dado para a devolução aos consumidores dos valores auferidos pelas distribuidoras de energia elétrica.

Esses créditos são atualizados pela Selic até a sua compensação, sendo o efeito líquido no resultado financeiro no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 de R\$29.171 (R\$1.461.190 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019), conforme nota explicativa 34.

Segue abaixo a apresentação dos efeitos contábeis relativos ao reconhecimento dos créditos fiscais decorrentes da exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS, incluindo sua atualização pela SELIC, e dos valores a serem restituídos aos consumidores reconhecidos nas demonstrações financeiras de 2020 e 2019:

Efeitos no balanço patrimonial	31.12.2020	31.12.2019
Créditos de PIS e COFINS sobre o ICMS	5.197.228	6.203.145
Valores a serem restituídos a consumidores	(3.677.853)	(3.605.664)
Impostos, taxas e contribuições	-	(118.025)
IR/CS	-	(843.015)
<b>SALDO LÍQUIDO</b>	<b>1.519.375</b>	<b>1.636.441</b>
Efeitos no resultado dos exercícios	2020	2019
Recuperação de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS (Nota 32)	-	1.086.462
Receita financeira (Nota 34)	29.171	1.461.190
PIS e Cofins sobre receita financeira	(1.356)	(68.196)
Imposto de renda e contribuição social	(9.457)	(843.015)
<b>RESULTADO</b>	<b>18.358</b>	<b>1.636.441</b>

## 11. TRIBUTOS DIFERIDOS

	Consolidado					
	31.12.2020			31.12.2019		
	Ativo diferido	Passivo diferido	Líquido diferido	Ativo diferido	Passivo diferido	Líquido diferido
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	913.158	-	913.158	716.835	-	716.835
Provisão para PLR	13.253	-	13.253	11.206	-	11.206
Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios	220.161	-	220.161	184.688	-	184.688
Benefício Pós-Emprego - CVM 695/12 (Nota 25)	1.811	-	1.811	-	-	-
Prejuízos fiscais	96.103	-	96.103	238.349	-	238.349
Base negativa de contribuição social	37.624	-	37.624	88.834	-	88.834
Outros	19.743	-	19.743	12.109	-	12.109
Crédito de PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS <sup>(a)</sup>	-	-	-	1.282.996	(2.126.011)	(843.015)
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	-	(379.611)	(379.611)	11.756	(126.770)	(115.014)
Remuneração do ativo financeiro da concessão	-	(576.247)	(576.247)	-	(493.671)	(493.671)
Custo atribuído Light Energia	-	(156.813)	(156.813)	-	(164.874)	(164.874)
Repactuação do GSF na Light Energia	-	(147.502)	(147.502)	-	-	-
<b>ATIVO (PASSIVO) TRIBUTÁRIO DIFERIDO, BRUTO</b>	<b>1.301.853</b>	<b>(1.260.173)</b>	<b>41.680</b>	<b>2.546.773</b>	<b>(2.911.326)</b>	<b>(364.553)</b>
Apresentação pelo líquido	(851.884)	851.884	-	(2.510.842)	2.510.842	-
<b>ATIVO (PASSIVO) TRIBUTÁRIO DIFERIDO, LÍQUIDO</b>	<b>449.969</b>	<b>(408.289)</b>	<b>41.680</b>	<b>35.931</b>	<b>(400.484)</b>	<b>(364.553)</b>

<sup>(a)</sup> Efeito do reconhecimento dos créditos fiscais do PIS e COFINS. Em 09 abril de 2020, a Receita Federal homologou o pedido de compensação dos créditos fiscais oriundos da exclusão do ICMS nas bases de PIS e da COFINS, o que motivou a reversão dos valores das bases de IRPJ e CSLL diferidos, e assim, oferecidos ao lucro real e base de cálculo da CSLL correntes, conforme nota explicativa 10.1.

Segue abaixo a movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

	Saldo em 31.12.2018	Reconhecido no Resultado	Reconhecido no Patrimônio Líquido	Adesão ao PERT Lei nº 13.496	Saldo em 31.12.2019	Reconhecido no Resultado	Reconhecido no Patrimônio Líquido	Saldo em 31.12.2020
<b>IR E CSLL DIFERIDOS – ATIVO</b>								
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	464.724	252.111	-	-	716.835	196.323	-	913.158
Provisão para PLR	10.279	927	-	-	11.206	2.047	-	13.253
Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios	161.923	22.765	-	-	184.688	35.473	-	220.161
Benefício Pós-Emprego - CVM 695/12	-	-	-	-	-	-	1.811	1.811
Prejuízos fiscais	193.891	41.518	-	2.940	238.349	(142.246)	-	96.103
Base negativa de contribuição social	72.827	14.948	-	1.059	88.834	(51.210)	-	37.624
Outros	18.857	(6.748)	-	-	12.109	7.634	-	19.743
Créditos de PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS	-	1.282.996	-	-	1.282.996	(1.282.996)	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	37.966	(26.210)	-	-	11.756	(11.756)	-	-
<b>TOTAL DO IR E CSLL DIFERIDOS – ATIVO</b>	<b>960.467</b>	<b>1.582.307</b>	<b>-</b>	<b>3.999</b>	<b>2.546.773</b>	<b>(1.246.731)</b>	<b>1.811</b>	<b>1.301.853</b>
<b>IR E CSLL DIFERIDOS – PASSIVO</b>								
Crédito de PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS	-	(2.126.011)	-	-	(2.126.011)	2.126.011	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	(149.382)	22.612	-	-	(126.770)	(252.841)	-	(379.611)
Remuneração do ativo financeiro da concessão	(441.560)	(52.111)	-	-	(493.671)	(82.576)	-	(576.247)
Custo atribuído Light Energia	(173.146)	8.251	21	-	(164.874)	8.054	7	(156.813)
Repactuação do GSF na Light Energia	-	-	-	-	-	(147.502)	-	(147.502)
<b>TOTAL DO IR E CSLL DIFERIDOS – PASSIVO</b>	<b>(764.088)</b>	<b>(2.147.259)</b>	<b>21</b>	<b>-</b>	<b>(2.911.326)</b>	<b>1.651.146</b>	<b>7</b>	<b>(1.260.173)</b>

Para fundamentar os créditos fiscais diferidos registrados, a Companhia atualizou, já considerando as realizações até 31 de dezembro de 2020, o estudo técnico de viabilidade de realização fiscal. O estudo indica a recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados em 31 de dezembro de 2020 em até cinco anos, conforme cronograma anual de realização a seguir:

2021	2022	2023	2024	2025	Total
302.733	308.753	239.261	242.817	208.289	1.301.853

## 11.1 Conciliação dos tributos no resultado

Conciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para imposto de renda e contribuição social:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	691.922	1.327.803	1.047.600	1.988.948
Alíquota nominal de imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL ÀS ALIQUOTAS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE	(235.253)	(451.453)	(356.184)	(676.242)
Equivalência patrimonial	240.134	461.658	(9.599)	(13.045)
Créditos fiscais diferidos não reconhecidos CVM nº 371/02 - Light S.A.	(6.228)	(8.184)	(6.228)	(8.184)
Incentivos fiscais <sup>(a)</sup>	-	-	13.831	1.365
Outros efeitos de imposto de renda e contribuição social sobre as adições e exclusões permanentes	1.347	(2.021)	2.502	34.961
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO</b>	-	-	<b>(355.678)</b>	<b>(661.145)</b>
IRPJ e CSLL corrente no resultado	-	-	(760.093)	(96.193)
IRPJ e CSLL diferido no resultado	-	-	404.415	(564.952)

<sup>(a)</sup> Refere-se a Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313/91) e Programa de Alimentação ao Trabalhados (PAT – Lei 6.321/76), que ambos isoladamente possibilitam a aplicação de até 4% do imposto de renda devido.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui saldo de crédito sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social acumulados não reconhecidos, no montante de R\$170.210 (R\$151.961 em 31 de dezembro de 2019), tendo em vista as incertezas na sua realização.

## 12. OUTROS CRÉDITOS

	Consolidado					
	31.12.2020			31.12.2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Adiantamento a fornecedores	6.390	-	6.390	3.516	-	3.516
Contribuição iluminação pública	142.238	-	142.238	100.141	-	100.141
Despêndios a reembolsar	14.460	-	14.460	27.460	-	27.460
Desativações e alienações em curso	83.076	-	83.076	79.810	-	79.810
Subvenções governamentais <sup>(a)</sup>	50.473	-	50.473	43.418	-	43.418
Restituição de valores cobrados - Acordo Furnas	40.000	120.000	160.000	-	-	-
Outros	2.763	-	2.763	5.196	-	5.196
<b>TOTAL</b>	<b>339.400</b>	<b>120.000</b>	<b>459.400</b>	<b>259.541</b>	<b>-</b>	<b>259.541</b>

<sup>(a)</sup> Inclui subvenção de baixa renda e subvenção CDE.

Restituição de valores cobrados pelo fornecimento de energia elétrica – Acordo com Furnas Centrais Elétricas S.A. (“Furnas”)

Em 22 de dezembro de 2020, a controlada Light SESA celebrou acordo para encerrar a demanda judicial indenizatória contra Furnas Centrais Elétricas S.A. (“Furnas”) que discutia a restituição de valores cobrados pelo fornecimento de energia elétrica no ano de 1986, quando vigorava o congelamento de preços do Plano Cruzado. Os Decretos-lei 2.283 e 2.284, respectivamente emitidos em fevereiro e março de 1986, foram explícitos acerca do estabelecimento de travas de preços, contudo Furnas majorou os valores das tarifas de suprimentos para a controlada Light SESA.

No acordo firmado, a controlada Light SESA aceitou receber R\$496.000 da seguinte forma: (i) R\$336.000, em parcela única, recebida em 28 de dezembro de 2020; (ii) R\$40.000, em parcela única, com vencimento em 05 de dezembro de 2021 e; (iii) R\$120.000, em parcela única, vencendo em 18 de março de 2022.

Para a parcela de R\$120.000, Furnas listou uma série de 22 ativos que poderão ser dados como parte do pagamento, sujeitos, todavia à aprovação da ANEEL, e se forem homologados passarão a integrar a base regulatória da controlada Light SESA. Neste caso, serão monetizados por meio do emprego em suas atividades operacionais.

### 13. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DO SETOR

A rubrica representa os saldos a receber e/ou a restituir relativos a ativos e passivos financeiros do setor incorridos e ainda não realizados pela tarifa da distribuidora de energia (Light SESA).

Segue abaixo a composição do saldo de ativos e passivos financeiros do setor em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

	Consolidado							
	31.12.2020							
	Circulante				Não circulante		Total	
	Valores homologados (a)		Próximos reajustes		Próximos reajustes			
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	64.884	-	17.075	-	81.959	-
Custo de aquisição de energia	-	-	-	(141.391)	-	(37.208)	-	(178.599)
Encargo do Serviço do Sistema - ESS	-	-	151.035	-	39.746	-	190.781	-
PROINFA	-	-	3.750	-	987	-	4.737	-
Transporte de energia elétrica - Itaipu	-	-	-	(2.595)	-	(684)	-	(3.279)
Transporte de energia pela rede básica	-	-	22.969	-	6.045	-	29.014	-
Itens da Parcela A	-	-	242.638	(143.986)	63.853	(37.892)	306.491	(181.878)
Outros itens financeiros	-	-	-	(237.503)	-	(62.501)	-	(300.004)
Sobrecontratação de energia e exposição involuntária	-	-	112.840	-	29.694	-	142.534	-
Neutralidade da Parcela A	-	-	109.902	-	28.922	-	138.824	-
Devoluções tarifárias	-	-	-	(25.530)	-	(6.718)	-	(32.248)
Itens financeiros	-	-	222.742	(263.033)	58.616	(69.219)	281.358	(332.252)
Ativos (passivos) financeiros do setor, bruto	-	-	465.380	(407.019)	122.469	(107.111)	587.849	(514.130)
Apresentação pelo líquido	-	-	(407.019)	407.019	(107.111)	107.111	(514.130)	514.130
Ativos financeiros do setor, líquido	-	-	58.361	-	15.358	-	73.719	-

<sup>(a)</sup> Em 31 de dezembro de 2020, os saldos homologados encontram-se zerados por conta do recebimento da Conta-Covid, conforme descrito no item 13.2.

	Consolidado							
	31.12.2019							
	Circulante				Não circulante		Total	
	Valores homologados		Próximos reajustes		Próximos reajustes			
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	26.551	-	6.211	-	1.634	-	34.396	-
Custo de aquisição de energia	220.815	-	168.203	(128.999)	44.264	(33.947)	433.282	(162.946)
Encargo do Serviço do Sistema - ESS	-	(96.238)	-	(59.839)	-	(15.747)	-	(171.824)
PROINFA	1.489	-	-	-	-	-	1.489	-
Transporte de energia elétrica - Itaipu	5.587	-	12.688	-	3.339	-	21.614	-
Transporte de energia pela rede básica	-	(1.552)	52.678	-	13.863	-	66.541	(1.552)
Itens da Parcela A	254.442	(97.790)	239.780	(188.838)	63.100	(49.694)	557.322	(336.322)
Outros itens financeiros	-	(30.535)	48.079	(11.258)	12.653	(2.963)	60.732	(44.756)
Sobrecontratação de energia e exposição involuntária	-	-	299.200	-	78.736	-	377.936	-
Neutralidade da Parcela A	-	-	64.272	-	16.914	-	81.186	-
Devoluções tarifárias	-	(4.146)	-	(23.659)	-	(6.226)	-	(34.031)
Itens financeiros	-	(34.681)	411.551	(34.917)	108.303	(9.189)	519.854	(78.787)
Ativos (passivos) financeiros do setor, bruto	254.442	(132.471)	651.331	(223.755)	171.403	(58.883)	1.077.176	(415.109)
Apresentação pelo líquido	(132.471)	132.471	(223.755)	223.755	(58.883)	58.883	(415.109)	415.109
Ativos financeiros do setor, líquido	121.971	-	427.576	-	112.520	-	662.067	-



Segue abaixo a movimentação dos saldos de ativos e passivos financeiros do setor nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

SALDO EM 31.12.2018	710.036
Constituição <sup>(a)</sup>	338.693
Amortização <sup>(a)</sup>	(314.615)
Recebimento de recursos de CCRBT <sup>(a)</sup>	(92.963)
Atualização Selic (Nota 34)	20.916
SALDO EM 31.12.2019	662.067
Constituição <sup>(a)</sup>	1.208.271
Amortização <sup>(a)</sup>	(456.782)
Recebimento de recursos de CCRBT <sup>(a)</sup>	(38.643)
Recebimento Conta-Covid	(1.326.043)
Atualização Selic (Nota 34)	24.849
SALDO EM 31.12.2020	73.719

<sup>(a)</sup> Saldos reconhecidos no resultado em receita líquida, na rubrica "ativos e passivos financeiros do setor" (vide nota explicativa 32), que incluíram os recursos da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT).

Segue abaixo a movimentação do saldo de ativos e passivos financeiros por ciclo tarifário:

	31.12.2020			31.12.2019		
	Homologado pela ANEEL no reajuste de 10.03.2020	Valores que serão homologados nos próximos reajustes tarifários	Total	Homologado pela ANEEL no reajuste de 15.03.2019	Valores que serão homologados nos próximos reajustes tarifários	Total
Saldo homologado pela ANEEL	512.386	-	512.386	435.996	-	435.996
Ativos e passivos financeiros do setor (amortização/constituição)	(512.386)	105.967	(406.419)	(309.879)	569.981	260.102
Devoluções tarifárias <sup>(a)</sup>	-	(32.248)	(32.248)	(4.146)	(29.885)	(34.031)
SALDO	-	73.719	73.719	121.971	540.096	662.067

<sup>(a)</sup> Refere-se a ultrapassagem de demanda e excedente de reativos a serem faturados para os consumidores e repassados pela tarifa diretamente através da Parcela B.

### 13.1 Reajuste tarifário 2020

Em 10 de março de 2020 foi aprovado pela ANEEL o processo de reajuste das tarifas da controlada Light SESA. O resultado, homologado através da Resolução Homologatória 2.667, de 10 de março de 2020, representa um reajuste tarifário médio para o consumidor de 6,21%, e engloba todas as classes de consumo (residencial, industrial, comercial, rural e outras). O índice de reajuste é constituído de dois componentes: (i) estrutural, que passa a integrar a tarifa, de 2,11%, compreendido pelos custos não gerenciáveis (Parcela A) e gerenciáveis (Parcela B); e (ii) financeiro, aplicado exclusivamente aos próximos 12 meses, e retirado da bolha financeira do processo anterior, que somam 4,11%. As novas tarifas entraram em vigor a partir de 15 de março de 2020.

### 13.2 Adesão ao mecanismo de compensação financeira nos termos definidos pela Resolução Normativa ANEEL nº 885/2020 (“Conta-Covid”)

Em 03 de julho de 2020, considerando os efeitos da pandemia da COVID-19 e as medidas propostas pelo Poder Concedente e a ANEEL, a Companhia aderiu ao mecanismo de compensação financeira nos termos definidos pela Conta-Covid, que regulamentou as disposições estabelecidas no Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020 e na Medida Provisória nº 950, de 08 de abril de 2020. A Companhia declarou os recursos financeiros requeridos da Conta-Covid, no valor total de R\$1.326.043.

Em 24 de julho de 2020, a ANEEL publicou o despacho nº 2.177 onde fixou os valores dos recursos da Conta-Covid a serem repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica, com o objetivo de cobrir déficits tarifários ou antecipar receitas (total ou parcialmente), compensando os efeitos financeiros da pandemia. A Companhia recebeu o montante total de R\$1.326.043 ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

O montante recebido pela controlada Light SESA será revertido como componente financeiro negativo até o processo tarifário de 2022, devidamente atualizado pela taxa Selic e assegurada a neutralidade, conforme determinado no § 9º do art. 5º da Resolução Normativa nº 885, de 2020.

Por sua vez, por meio do Despacho nº 181, de 26 de janeiro de 2021, a ANEEL homologou os valores das quotas mensais do novo encargo CDE Conta-Covid para amortização da operação de crédito contratada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) na gestão da Conta-Covid, nos termos da Resolução Normativa nº 885, de 2020. O encargo será incluído na tarifa e recolhido pelas concessionárias a partir dos processos tarifários de 2021 e permanecerá nas tarifas por 48 meses (de 2021 a 2025).

#### 14. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Representa os valores a serem recebidos ao final da concessão do poder concedente, ou para quem este delegar, a título de indenizações pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão da controlada Light SESA.

O valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, está registrado com base no Valor Novo de Reposição (VNR).

Movimentação dos saldos, referentes ao ativo indenizável ao final da concessão, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

	Consolidado		
	Ativo financeiro bruto	Obrigações especiais	Ativo financeiro líquido
SALDO EM 31.12.2018	5.311.351	(1.039.490)	4.271.861
Adições <sup>(a)</sup>	363.540	(13.576)	349.964
Valor justo - atualização VNR (Nota 32)	195.197	(41.930)	153.267
Baixas	(26.798)	-	(26.798)
Reclassificações	81.365	(81.365)	-
SALDO EM 31.12.2019	5.924.655	(1.176.361)	4.748.294
Adições <sup>(a)</sup>	228.340	(8.072)	220.268
Valor justo - atualização VNR (Nota 32)	302.693	(59.821)	242.872
Baixas	(14.121)	-	(14.121)
SALDO EM 31.12.2020	6.441.567	(1.244.254)	5.197.313

<sup>(a)</sup> Transferência proveniente da bifurcação dos ativos quando da entrada em serviço, conforme IFRIC 12 (ICPC 01) (vide notas explicativas 15 e 18).

#### 15. ATIVO DE CONTRATO

	Consolidado		
	Direito de uso da concessão	Obrigações especiais - direito de uso da concessão	Total
SALDO EM 31.12.2018	401.679	(71.439)	330.240
Adições	756.515	(11.185)	745.330
Transferências para intangível (Nota 18)	(575.848)	18.491	(557.357)
Transferências para estoque	(21.260)	-	(21.260)
SALDO EM 31.12.2019	561.086	(64.133)	496.953
Adições	801.079	(8.317)	792.762
Transferências para intangível (Nota 18)	(316.765)	10.418	(306.347)
SALDO EM 31.12.2020	1.045.400	(62.032)	983.368

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi incorporado ao ativo de contrato, a título de capitalização de juros, o montante de R\$40.259 (R\$28.460 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019), cuja taxa média de capitalização foi de 7,8% ao ano.

## 16. INVESTIMENTOS

	% de Participações	Controladora		Consolidado	
		31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Avaliados por equivalência patrimonial					
Light SESA	100,0%	5.637.546	5.157.566	-	-
Light Energia	100,0%	735.608	502.863	-	-
Guanhães Energia <sup>(b) (d)</sup>	51,0%	-	-	-	136.426
Lightcom	100,0%	94.445	56.492	-	-
Light Soluções	100,0%	1.253	1.287	-	-
Lightger <sup>(b) (d)</sup>	51,0%	-	48.384	-	48.384
Light Conecta	100,0%	49.020	59.604	-	-
UHE Itaocara <sup>(a)</sup>	51,0%	-	-	(30.823)	(21.835)
Axxiom <sup>(b)</sup>	51,0%	4.617	13.526	4.617	13.526
Amazônia Energia <sup>(b)</sup>	25,5%	330.364	351.818	330.364	351.818
Instituto Light	100,0%	8	-	-	-
SUBTOTAL		6.852.861	6.191.540	304.158	528.319
Outros investimentos permanentes <sup>(c)</sup>		-	-	31.260	29.190
SUBTOTAL		-	-	31.260	29.190
Total de participações societárias a descoberto		-	-	30.823	21.835
TOTAL DOS INVESTIMENTOS		6.852.861	6.191.540	366.241	579.344

<sup>(a)</sup> Empresa em fase pré-operacional.

<sup>(b)</sup> Refere-se ao investimento apurado a partir do patrimônio líquido para fins de equivalência patrimonial.

<sup>(c)</sup> Inclui investimentos em participações societárias avaliadas pelo valor de mercado, detidos pela controlada Light SESA.

<sup>(d)</sup> Refere-se aos investimentos classificados como ativos mantidos para venda conforme nota explicativa 6.

As principais informações sobre as controladas e controladas em conjunto estão apresentadas abaixo:

	%	Forma de avaliação	31.12.2020				
			Total do ativo	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Dividendos a receber
Light SESA	100,0	Consolidado	21.349.354	4.146.365	5.637.546	274.848	(65.276)
Light Energia	100,0	Consolidado	4.369.764	77.422	735.608	421.817	(189.059)
Guanhães Energia	51,0	Equivalência patrimonial	417.888	548.626	266.867	115	-
Lightcom	100,0	Consolidado	251.711	120.000	94.445	37.954	-
Light Soluções	100,0	Consolidado	1.872	3.500	1.253	(34)	(498)
Lightger	51,0	Equivalência patrimonial	232.445	79.232	105.724	24.961	-
Light Conecta	100,0	Consolidado	83.634	139.397	49.020	(10.584)	-
UHE Itaocara	51,0	Equivalência patrimonial	13.078	71.708	(60.438)	(18.356)	-
Axxiom	51,0	Equivalência patrimonial	40.586	65.165	9.054	(3.245)	-
Amazônia Energia	25,5	Equivalência patrimonial	1.296.201	1.322.698	1.295.544	(84.334)	-
Instituto Light	100,0	Consolidado	8	350	8	-	-

	%	Forma de avaliação	Participação patrimônio líquido		Dividendos recebidos		Resultado de equivalência patrimonial	
			31.12.2020	31.12.2019	2020	2019	2020	2019
Light SESA	100,0	Consolidado	5.637.546	5.157.566	-	-	274.848	1.153.358
Light Energia	100,0	Consolidado	735.608	502.863	-	-	421.817	326.609
Guanhães Energia	51,0	Equivalência patrimonial	-	136.426	-	-	59	(610)
Lightcom	100,0	Consolidado	94.445	56.492	-	-	37.954	(64.408)
Light Soluções	100,0	Consolidado	1.253	1.287	-	-	(34)	(549)
Lightger	51,0	Equivalência patrimonial	-	48.384	(7.194)	(3.113)	12.730	7.574
Light Conecta	100,0	Consolidado	49.020	59.604	-	-	(10.584)	(65.363)
UHE Itaocara	51,0	Equivalência patrimonial	(30.823)	(21.835)	-	-	(9.361)	(51.204)
Axxiom	51,0	Equivalência patrimonial	4.617	13.526	-	-	(1.655)	(4.583)
Amazônia Energia	25,5	Equivalência patrimonial	330.364	351.818	-	-	(21.505)	5.167
Instituto Light	100,0	Consolidado	8	-	-	-	-	-

Movimentação dos investimentos nas controladas e controladas em conjunto (equivalência patrimonial) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

	Controladora									
	31.12.2019	Aumento de capital	Dividendos	Baixa de custo atribuído	Resultado abrangente <sup>(2)</sup>	Transferência de dividendos para reserva especial <sup>(1)</sup>	Transferência para ativos mantidos para venda	Equivalência patrimonial		31.12.2020
								Outros	Resultado	
Light SESA	5.157.566	-	(65.276)	-	(3.516)	273.923	-	1	274.848	5.637.546
Light Energia	502.863	-	(189.059)	(14)	-	-	-	1	421.817	735.608
Lightcom	56.492	-	-	-	-	-	-	(1)	37.954	94.445
Light Soluções	1.287	-	-	-	-	-	-	-	(34)	1.253
Lightger	48.384	-	(7.194)	-	-	-	(53.919)	(1)	12.730	-
Light Conecta	59.604	-	-	-	-	-	-	-	(10.584)	49.020
Axxiom	13.526	-	-	-	-	-	-	(7.254)	(1.655)	4.617
Amazônia Energia	351.818	51	-	-	-	-	-	-	(21.505)	330.364
Instituto Light	-	50	-	-	-	-	-	(42)	-	8
TOTAL	6.191.540	101	(261.529)	(14)	(3.516)	273.923	(53.919)	(7.296)	713.571	6.852.861

(1) Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da controlada Light SESA, realizada em 28 de abril de 2020, foi aprovada a não distribuição dos dividendos mínimos obrigatória de 2019 em decorrência das incertezas da COVID-19 e da situação financeira da controlada Light SESA mediante a criação da reserva especial.

(2) O resultado abrangente é referente ao registro da perda de passivo atuarial.

	Controladora							31.12.2019
	31.12.2018	Aumento de capital	Dividendos	Baixa de custo atribuído	Provisão para perda	Equivalência patrimonial		
						Outros	Resultado	
Light SESA	2.446.130	1.832.000	(273.923)	-	-	1	1.153.358	5.157.566
Light Energia	276.294	-	(100.000)	(40)	-	-	326.609	502.863
Lightcom	98.559	115.500	(93.159)	-	-	-	(64.408)	56.492
Light Soluções	1.286	550	-	-	-	-	(549)	1.287
Lightger	43.913	-	(3.113)	-	-	10	7.574	48.384
Light Conecta	101.803	23.164	-	-	-	-	(65.363)	59.604
Axxiom	8.641	9.468	-	-	-	-	(4.583)	13.526
Amazônia Energia	346.607	44	-	-	-	-	5.167	351.818
Energia Olímpica	1.201	-	-	-	(1.201)	-	-	-
TOTAL	3.324.434	1.980.726	(470.195)	(40)	(1.201)	11	1.357.805	6.191.540

	Consolidado							
	31.12.2019	Aumento de capital	Dividendos	Provisão para perda na venda de participação	Transferência para mantidos para venda	Equivalência patrimonial		31.12.2020
						Outros	Resultado	
Light Energia								
Guanhães Energia	136.426	-	-	(42.602)	(93.500)	(383)	59	-
Lightger	48.384	-	(7.194)	-	(53.919)	(1)	12.730	-
Axxiom	13.526	-	-	-	-	(7.254)	(1.655)	4.617
Amazônia Energia	351.818	51	-	-	-	-	(21.505)	330.364
Light Conecta								
UHE Itaocara	(21.835)	1.237	-	-	-	(864)	(9.361)	(30.823)
TOTAL	528.319	1.288	(7.194)	(42.602)	(147.419)	(8.502)	(19.732)	304.158

	Consolidado						
	31.12.2018	Aumento de capital	Dividendos	Provisão para perda	Equivalência patrimonial		31.12.2019
					Outros	Resultado	
Light Energia							
Guanhães Energia	111.188	20.572	-	-	5.276	(610)	136.426
Lightger	43.913	-	(3.113)	-	10	7.574	48.384
Axxiom	8.641	9.468	-	-	-	(4.583)	13.526
Amazônia Energia	346.607	44	-	-	-	5.167	351.818
Energia Olímpica	1.201	-	-	(1.201)	-	-	-
Light Conecta							
UHE Itaocara	5.340	24.029	-	-	865	(52.069)	(21.835)
TOTAL	516.890	54.113	(3.113)	(1.201)	6.151	(44.521)	528.319

Abaixo, os saldos integrais patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019, e o resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 das principais controladas em conjunto que foram registrados pelo método de equivalência patrimonial:

31.12.2020	Axxiom	Amazônia	Lightger	Guanhães	UHE Itaocara
<b>ATIVO</b>					
Caixa e equivalente de caixa	2.937	101	80.173	5.939	2.465
Outros	16.944	15	23.335	7.361	184
Circulante	19.881	116	103.508	13.300	2.649
Não circulante	20.705	1.296.085	128.937	404.588	10.429
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>40.586</b>	<b>1.296.201</b>	<b>232.445</b>	<b>417.888</b>	<b>13.078</b>
<b>PASSIVO</b>					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	7.210	-	8.579	12.674	-
Outros	17.575	557	63.506	13.990	73.516
Circulante	24.785	557	72.085	26.664	73.516
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.422	-	54.613	114.835	-
Outros	5.325	100	23	9.522	-
Não circulante	6.747	100	54.636	124.357	-
Patrimônio líquido	9.054	1.295.544	105.724	266.867	(60.438)
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>40.586</b>	<b>1.296.201</b>	<b>232.445</b>	<b>417.888</b>	<b>13.078</b>

  

2020	Axxiom	Amazônia	Lightger	Guanhães	UHE Itaocara
<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO</b>					
Receita líquida de vendas	40.966	-	51.938	49.008	-
Custos das vendas	(38.472)	-	-	-	-
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>2.494</b>	<b>-</b>	<b>51.938</b>	<b>49.008</b>	<b>-</b>
Despesas gerais e administrativas	(4.889)	(169)	(10.375)	(37.452)	(12.990)
Outras despesas	-	(101)	-	-	(5.366)
Resultado financeiro líquido	(815)	(84.064)	(14.172)	(9.874)	-
<b>LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IR E CSLL</b>	<b>(3.210)</b>	<b>(84.334)</b>	<b>27.391</b>	<b>1.682</b>	<b>(18.356)</b>
Imposto de renda e contribuição social	(35)	-	(2.430)	(1.567)	-
<b>LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO</b>	<b>(3.245)</b>	<b>(84.334)</b>	<b>24.961</b>	<b>115</b>	<b>(18.356)</b>



31.12.2019	Axxiom	Amazônia	Lightger	Guanhães	Energia Olímpica	UHE Itaocara
<b>ATIVO</b>						
Caixa e equivalente de caixa	6.509	67	69.419	4.542	2.183	2.657
Outros	27.407	15	17.340	6.259	79	1.821
Circulante	33.916	82	86.759	10.801	2.262	4.478
Não circulante	25.781	1.380.149	124.500	419.490	3.289	18.998
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>59.697</b>	<b>1.380.231</b>	<b>211.259</b>	<b>430.291</b>	<b>5.551</b>	<b>23.476</b>
<b>PASSIVO</b>						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	7.987	-	8.619	11.763	-	-
Outros	20.334	553	44.755	15.630	3.154	56.294
Circulante	28.321	553	53.374	27.393	3.154	56.294
Empréstimos, financiamentos e debêntures	120	-	63.015	117.243	-	-
Outros	4.734	-	-	18.152	-	9.996
Não circulante	4.854	-	63.015	135.395	-	9.996
Patrimônio líquido	26.522	1.379.678	94.870	267.503	2.397	(42.814)
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>59.697</b>	<b>1.380.231</b>	<b>211.259</b>	<b>430.291</b>	<b>5.551</b>	<b>23.476</b>

2019	Axxiom	Amazônia	Lightger	Guanhães	UHE Itaocara
<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO</b>					
Receita líquida de vendas	53.405	-	49.979	52.911	-
Custos das vendas	(54.773)	-	-	-	-
<b>LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO</b>	<b>(1.368)</b>	<b>-</b>	<b>49.979</b>	<b>52.911</b>	<b>-</b>
Despesas gerais e administrativas	(8.136)	(215)	(28.758)	(43.614)	(102.096)
Outras despesas	(2.693)	-	-	-	-
Resultado financeiro líquido	(1.395)	20.478	(3.429)	(8.789)	-
<b>LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IR E CSLL</b>	<b>(13.592)</b>	<b>20.263</b>	<b>17.792</b>	<b>508</b>	<b>(102.096)</b>
Imposto de renda e contribuição social	4.606	-	(2.942)	(1.704)	-
<b>LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO</b>	<b>(8.986)</b>	<b>20.263</b>	<b>14.850</b>	<b>(1.196)</b>	<b>(102.096)</b>

## 16.1 Amazônia Energia

Riscos relacionados a leis e regulamentos na investida indireta Norte Energia S.A.

Desde 2014, o Ministério Público Federal vem investigando irregularidades envolvendo empreiteiros, fornecedores e empresas estatais e apontou um amplo esquema de pagamentos indevidos. Neste contexto, o Ministério Público Federal iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo alguns dos empreiteiros e fornecedores da Eletrobras, bem como alguns empreiteiros e fornecedores de alguns dos investimentos da Eletrobras envolvidos na construção de usinas de geração, dentre estes a Norte Energia, responsável pela construção da UHE Belo Monte.

O Grupo Eletrobras, que detém 49,98% do capital social da Norte Energia, contratou escritório de advocacia especializado em investigação corporativa para apurar eventuais irregularidades em empreendimentos nos quais as Empresas do Grupo Eletrobras participam de forma corporativa ou minoritária.

Os relatórios finais da investigação interna independente incluem certos achados com impactos estimados nas demonstrações financeiras da Norte Energia. Foi concluído que o montante atribuído a eventuais superfaturamentos provenientes de subornos e/ou de licitações fraudulentas e atividades consideradas de natureza ilícita, foi de R\$183.000 na Norte Energia, gerando um efeito de R\$4.559 na Companhia. O impacto foi integralmente reconhecido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

## 16.2 Guanhães Energia

Investigações conduzidas por autoridades públicas sobre a aquisição ocorrida na controlada em conjunto indireta Guanhães Energia

Em 04 de setembro de 2018 e em 23 de outubro de 2018, a Companhia recebeu ofícios da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais solicitando informações sobre a aquisição ocorrida em 2012 da participação de 51% do capital da controlada em conjunto Guanhães Energia, anteriormente detido pela Investminas Participações S.A. ("Investminas"). As informações solicitadas incluem a taxa de retorno, investimentos realizados e comprovantes de pagamentos, entre outros. Conforme Comunicado ao Mercado, divulgado em 20 de outubro de 2015, a Companhia informou, no âmbito de notícia veiculada na imprensa sobre a aquisição de participação na Guanhães Energia, que não tem conhecimento de pagamentos a intermediários, sendo que interagiu diretamente com a Investminas Participações S.A. ("Investminas") e Cemig GT, reconhecendo apenas o pagamento realizado à Investminas como vendedora da participação acionária de 51% na Guanhães Energia. A Companhia respondeu aos referidos ofícios tempestivamente e reitera desconhecimento de qualquer irregularidade no processo de aquisição da participação na Guanhães Energia.

### 16.3 Acordo para venda de participações de controladas em conjunto

Conforme divulgado na nota explicativa 6, em 18 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração aprovou a concessão de período de exclusividade à Brasal Energia S.A. visando à potencial operação para a alienação da totalidade da participação de 51% das controladas em conjunto Guanhães Energia S.A. e Lightger S.A.

### 17. IMOBILIZADO

	Consolidado				
	31.12.2020				31.12.2019
	Taxa média anual (%)	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Geração	3,45	2.950.472	(1.935.340)	1.015.132	1.068.768
Transmissão	4,02	58.346	(38.263)	20.083	14.472
Distribuição	4,69	21.251	(20.626)	625	670
Administração	7,96	487.981	(319.623)	168.358	176.631
Comercialização	7,96	19.132	(11.470)	7.662	8.283
<b>EM SERVIÇO</b>		<b>3.537.182</b>	<b>(2.325.322)</b>	<b>1.211.860</b>	<b>1.268.824</b>
Geração		334.455	-	334.455	248.414
Administração		108.900	-	108.900	69.717
<b>EM CURSO</b>		<b>443.355</b>	<b>-</b>	<b>443.355</b>	<b>318.131</b>
<b>TOTAL</b>		<b>3.980.537</b>	<b>(2.325.322)</b>	<b>1.655.215</b>	<b>1.586.955</b>

Segue abaixo a mutação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

	Consolidado				
	Saldos em 31.12.2019	Adições	Baixas	Transferências para serviço	Saldos em 31.12.2020
<b>IMOBILIZADO EM SERVIÇO</b>					
Custo					
Terrenos	104.954	-	-	-	104.954
Reservatório, barragens e adutoras	1.340.729	-	-	-	1.340.729
Edificações, obras civis e benfeitorias	303.747	-	-	260	304.007
Máquinas e equipamentos	1.658.145	-	(1.227)	26.045	1.682.963
Veículos	14.279	-	(51)	-	14.228
Móveis e utensílios	95.426	-	-	217	95.643
Obrigações especiais	(3.096)	-	-	(2.246)	(5.342)
<b>TOTAL DO IMOBILIZADO EM SERVIÇO - CUSTO</b>	<b>3.514.184</b>	<b>-</b>	<b>(1.278)</b>	<b>24.276</b>	<b>3.537.182</b>
(-) Depreciação					
Reservatório, barragens e adutoras	(926.891)	(18.094)	-	-	(944.985)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(198.237)	(5.614)	-	-	(203.851)
Máquinas e equipamentos	(1.022.722)	(55.815)	1.172	-	(1.077.365)
Veículos	(13.484)	(479)	51	-	(13.912)
Móveis e utensílios	(84.359)	(1.270)	-	-	(85.629)
Obrigações especiais	333	87	-	-	420
<b>TOTAL DO IMOBILIZADO EM SERVIÇO - DEPRECIAÇÃO</b>	<b>(2.245.360)</b>	<b>(81.185)</b>	<b>1.223</b>	<b>-</b>	<b>(2.325.322)</b>
<b>TOTAL DO IMOBILIZADO EM SERVIÇO</b>	<b>1.268.824</b>	<b>(81.185)</b>	<b>(55)</b>	<b>24.276</b>	<b>1.211.860</b>
<b>IMOBILIZADO EM CURSO</b>					
Terreno	452	102	(102)	(102)	350
Reservatório, barragens e adutoras	14.905	42.621	(186)	(217)	57.123
Edificações, obras civis e benfeitorias	47.352	15.809	(449)	(1.937)	60.775
Máquinas e equipamentos	198.447	98.704	(5.075)	(23.945)	268.131
Veículos	20	30	(20)	-	30
Móveis e utensílios	421	24	-	(321)	124
Estudos e projetos	56.534	292	(4)	-	56.822
Obrigações especiais	-	(2.246)	-	2.246	-
<b>TOTAL DO IMOBILIZADO EM CURSO</b>	<b>318.131</b>	<b>155.336</b>	<b>(5.836)</b>	<b>(24.276)</b>	<b>443.355</b>
<b>TOTAL DO IMOBILIZADO</b>	<b>1.586.955</b>	<b>74.151</b>	<b>(5.891)</b>	<b>-</b>	<b>1.655.215</b>

	Consolidado				
	Saldos em 31.12.2018	Adições	Baixas	Transferências para Serviço	Saldos em 31.12.2019
<b>IMOBILIZADO EM SERVIÇO</b>					
Custo					
Terrenos	104.954	-	-	-	104.954
Reservatório, barragens e adutoras	1.311.338	-	-	29.391	1.340.729
Edificações, obras civis e benfeitorias	300.865	-	(46)	2.928	303.747
Máquinas e equipamentos	1.567.702	-	(1.065)	91.508	1.658.145
Veículos	14.263	-	-	16	14.279
Móveis e utensílios	97.281	-	(1.961)	106	95.426
Obrigações especiais	(3.096)	-	-	-	(3.096)
<b>TOTAL DO IMOBILIZADO EM SERVIÇO - CUSTO</b>	<b>3.393.307</b>	<b>-</b>	<b>(3.072)</b>	<b>123.949</b>	<b>3.514.184</b>
(-) Depreciação					
Reservatório, barragens e adutoras	(908.876)	(18.015)	-	-	(926.891)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(192.261)	(6.022)	46	-	(198.237)
Máquinas e equipamentos	(968.450)	(55.262)	990	-	(1.022.722)
Veículos	(12.978)	(506)	-	-	(13.484)
Móveis e utensílios	(84.977)	(1.343)	1.961	-	(84.359)
Obrigações especiais	246	87	-	-	333
<b>TOTAL DO IMOBILIZADO EM SERVIÇO - DEPRECIAÇÃO</b>	<b>(2.167.296)</b>	<b>(81.061)</b>	<b>2.997</b>	<b>-</b>	<b>(2.245.360)</b>
<b>TOTAL DO IMOBILIZADO EM SERVIÇO</b>	<b>1.226.011</b>	<b>(81.061)</b>	<b>(75)</b>	<b>123.949</b>	<b>1.268.824</b>
<b>IMOBILIZADO EM CURSO</b>					
Terreno	452	-	-	-	452
Reservatório, barragens e adutoras	29.114	3.555	-	(17.764)	14.905
Edificações, obras civis e benfeitorias	39.831	9.981	(328)	(2.132)	47.352
Máquinas e equipamentos	207.985	94.499	-	(104.037)	198.447
Veículos	36	-	-	(16)	20
Móveis e utensílios	406	20	(5)	-	421
Estudos e projetos	56.646	(112)	-	-	56.534
<b>TOTAL DO IMOBILIZADO EM CURSO</b>	<b>334.470</b>	<b>107.943</b>	<b>(333)</b>	<b>(123.949)</b>	<b>318.131</b>
<b>TOTAL DO IMOBILIZADO</b>	<b>1.560.481</b>	<b>26.882</b>	<b>(408)</b>	<b>-</b>	<b>1.586.955</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi incorporado ao ativo imobilizado, a título de capitalização de juros, o montante de R\$745 (R\$1.740 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019), cuja taxa média de capitalização foi de 7,8% ao ano.

### 17.1 Taxas anuais de depreciação:

As principais taxas anuais de depreciação, com base na estimativa da vida útil dos bens, são as seguintes:

GERAÇÃO	%	COMERCIALIZAÇÃO	%	ADMINISTRAÇÃO	%	TRANSMISSÃO	%
Barramento	2,50	Edificações	3,33	Edificações	3,33	Condutor do sistema	2,70
Disjuntor	3,03	Equipamento geral	6,25	Equipamento geral	6,25	Equipamento geral	6,25
Edificações	2,00	Veículos	14,29	Veículos	14,29	Estrutura do sistema	3,13
Equipamentos da tomada d'água	3,70					Religadores	4,00
Estrutura da tomada d'água	2,86						
Gerador	3,33						
Grupo motor - gerador	5,88						
Reserva, barragens e adutoras	2,00						
Sistema de comunicação local	6,67						
Turbina hidráulica	2,50						

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável para os ativos imobilizados em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

Para os ativos imobilizados que não possuem garantia de indenização, os itens são depreciados pelo método linear respeitando a vida útil do bem.

**18. INTANGÍVEL**

	Consolidado			
	31.12.2020			31.12.2019
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Direito de uso da concessão	7.841.097	(5.594.327)	2.246.770	2.599.571
Outros <sup>(a)</sup>	937.323	(877.759)	59.564	119.048
<b>EM SERVIÇO</b>	<b>8.778.420</b>	<b>(6.472.086)</b>	<b>2.306.334</b>	<b>2.718.619</b>
Extensão da concessão - Lei 14.052/2020	433.829	-	433.829	-
Outros <sup>(a)</sup>	158.425	-	158.425	118.296
<b>EM CURSO</b>	<b>592.254</b>	<b>-</b>	<b>592.254</b>	<b>118.296</b>
<b>TOTAL INTANGÍVEL</b>	<b>9.370.674</b>	<b>(6.472.086)</b>	<b>2.898.588</b>	<b>2.836.915</b>

<sup>(a)</sup> Inclui basicamente softwares e licenças

Segue abaixo a mutação do intangível nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

	Consolidado				
	Saldos em 31.12.2019	Adições	Baixas	Transferências entre contas <sup>(a)</sup>	Transferência do ativo de contrato
<b>EM SERVIÇO</b>					
Direito de uso da concessão	8.450.586	-	(48.995)	(229.764)	316.765
Obrigações especiais - direito de uso da concessão	(645.149)	-	-	8.072	(10.418)
	<b>7.805.437</b>	<b>-</b>	<b>(48.995)</b>	<b>(221.692)</b>	<b>306.347</b>
Outros	1.008.356	-	(721)	18.724	-
Obrigações especiais - outros	(82.486)	-	-	(6.550)	-
	<b>925.870</b>	<b>-</b>	<b>(721)</b>	<b>12.174</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL DO INTANGÍVEL EM SERVIÇO - CUSTO</b>	<b>8.731.307</b>	<b>-</b>	<b>(49.716)</b>	<b>(209.518)</b>	<b>306.347</b>
<b>(-) Amortização</b>					
Direito de uso da concessão	(5.465.497)	(480.064)	32.147	-	-
Obrigações especiais - direito de uso da concessão	259.631	59.456	-	-	-
	<b>(5.205.866)</b>	<b>(420.608)</b>	<b>32.147</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Outros	(824.026)	(74.856)	721	-	-
Obrigações especiais - outros	17.204	3.198	-	-	-
	<b>(806.822)</b>	<b>(71.658)</b>	<b>721</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL DO INTANGÍVEL EM SERVIÇO - AMORTIZAÇÃO</b>	<b>(6.012.688)</b>	<b>(492.266)</b>	<b>32.868</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL DO INTANGÍVEL EM SERVIÇO</b>	<b>2.718.619</b>	<b>(492.266)</b>	<b>(16.848)</b>	<b>(209.518)</b>	<b>306.347</b>
<b>EM CURSO</b>					
Extensão da concessão	-	433.829	-	-	-
Outros	118.296	57.429	-	(17.300)	-
Obrigações especiais - outros	-	(6.550)	-	6.550	-
	<b>118.296</b>	<b>484.708</b>	<b>-</b>	<b>(10.750)</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL DO INTANGÍVEL EM CURSO</b>	<b>118.296</b>	<b>484.708</b>	<b>-</b>	<b>(10.750)</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL DO INTANGÍVEL</b>	<b>2.836.915</b>	<b>(7.558)</b>	<b>(16.848)</b>	<b>(220.268)</b>	<b>306.347</b>

<sup>(a)</sup> Transferência para o ativo financeiro da concessão proveniente da bifurcação dos ativos quando da entrada em serviço, conforme IFRIC 12 / ICPC 01 e transferência do ativo financeiro da concessão referente às obrigações especiais, vide nota explicativa 14.



	Consolidado					Saldos em 31.12.2019
	Saldos em 31.12.2018	Adições	Baixas	Transferências entre contas <sup>(a)</sup>	Transferências do ativo de contrato	
EM SERVIÇO						
Direito de uso da concessão	8.383.402	-	(144.570)	(364.094)	575.848	8.450.586
Obrigações especiais - Direito de uso da concessão	(640.234)	-	-	13.576	(18.491)	(645.149)
	7.743.168	-	(144.570)	(350.518)	557.357	7.805.437
Outros	979.902	-	-	28.454	-	1.008.356
Obrigações especiais - Outros	(82.486)	-	-	-	-	(82.486)
	897.416	-	-	28.454	-	925.870
<b>TOTAL DO INTANGÍVEL EM SERVIÇO - CUSTO</b>	<b>8.640.584</b>	<b>-</b>	<b>(144.570)</b>	<b>(322.064)</b>	<b>557.357</b>	<b>8.731.307</b>
(-) Amortização						
Direito de uso da concessão	(5.111.873)	(463.651)	110.027	-	-	(5.465.497)
Obrigações especiais - Direito de uso da concessão	200.731	58.900	-	-	-	259.631
	(4.911.142)	(404.751)	110.027	-	-	(5.205.866)
Outros	(739.434)	(84.592)	-	-	-	(824.026)
Obrigações especiais - Outros	14.037	3.167	-	-	-	17.204
	(725.397)	(81.425)	-	-	-	(806.822)
<b>TOTAL DO INTANGÍVEL EM SERVIÇO - AMORTIZAÇÃO</b>	<b>(5.636.539)</b>	<b>(486.176)</b>	<b>110.027</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(6.012.688)</b>
<b>TOTAL DO INTANGÍVEL EM SERVIÇO</b>	<b>3.004.045</b>	<b>(486.176)</b>	<b>(34.543)</b>	<b>(322.064)</b>	<b>557.357</b>	<b>2.718.619</b>
EM CURSO						
Outros	92.423	53.785	(12)	(27.900)	-	118.296
	92.423	53.785	(12)	(27.900)	-	118.296
<b>TOTAL DO INTANGÍVEL EM CURSO</b>	<b>92.423</b>	<b>53.785</b>	<b>(12)</b>	<b>(27.900)</b>	<b>-</b>	<b>118.296</b>
<b>TOTAL DO INTANGÍVEL</b>	<b>3.096.468</b>	<b>(432.391)</b>	<b>(34.555)</b>	<b>(349.964)</b>	<b>557.357</b>	<b>2.836.915</b>

<sup>(a)</sup> Transferência para o ativo financeiro da concessão proveniente da bifurcação dos ativos quando da entrada em serviço, conforme IFRIC 12 / ICPC 01, vide nota explicativa 14.

## 18.1 Repactuação do GSF na controlada Light Energia

Em 08 de setembro de 2020, foi sancionada a Lei nº 14.052/2020 ("Lei 14.052"), que aprovou as novas condições para a repactuação do risco hidrológico assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). A referida Lei foi regulamentada pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 895 em 1º de dezembro de 2020 ("RN 895"), estabelecendo a metodologia de cálculo das compensações a serem pagas aos geradores hidrelétricos participantes do MRE.

A Lei 14.052 e a regulamentação da ANEEL reconheceram como indevidos o deslocamento hidrelétrico provocado pela geração potencial de energia elétrica dos empreendimentos estruturantes (antecipação da garantia física), restrição ao escoamento de energia por atraso nas obras de transmissão e a geração térmica fora da ordem de mérito (GFOM).

Como resultado da aprovação da nova regulamentação, em Reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de dezembro de 2020, foi aprovada a adesão à repactuação do GSF nos termos estabelecidos pela Lei 14.052/20, regulada pela RN 895, onde, dentre outras, a União exige a liquidação dos saldos de GSF a pagar, a desistência em caráter irrevogável das ações judiciais e, como compensação, será concedida a extensão do prazo de concessão das outorgas pelo período suficiente para a recuperação dos valores compensatórios.

A regulamentação homologada pela ANEEL determinou que a CCEE efetue o cálculo do montante financeiro da compensação em até 90 dias da data da resolução. Os montantes financeiros nos períodos em que a usina hidrelétrica esteve protegida por decisão judicial serão atualizados pelo IPCA, bem como pela taxa de capitalização (Ke) de 9,63% a.a., até o último mês contabilizado pela CCEE de acordo com as regras de comercialização. Nesse mesmo prazo de 90 dias, caberá à CCEE calcular para cada usina participante do MRE os prazos de extensão de outorga nos termos estabelecidos pela Lei 14.052/20.

Como consequência, a Companhia registrou um ativo intangível no montante de R\$433.829 em contrapartida a recuperação de custos de energia elétrica, que equivale a um prazo de extensão de aproximadamente dois anos em seu prazo de concessão, o qual será amortizado pelo método linear até o final do prazo de concessão, ajustado com a extensão a partir da repactuação, cuja efetivação ocorrerá após a homologação da ANEEL. Esse montante representa o valor justo dos valores de ressarcimento que a Companhia tem o direito a receber em 31 de dezembro de 2020, utilizando como base os cálculos efetuados pela CCEE e os parâmetros de atualização dispostos acima. Esses valores estão consistentes com os montantes divulgados pela CCEE no dia 02 de março de 2021.

## 19. FORNECEDORES

	Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019
Comercialização no mercado de curto prazo	2.174.801	1.441.999
Encargos de uso da rede elétrica	130.308	83.502
Energia livre - ressarcimento às geradoras <sup>(a)</sup>	114.121	111.058
Leilões de energia	369.361	336.965
Itaipu binacional	265.699	202.034
UTE Norte Fluminense	192.982	150.163
Materiais e serviços	192.495	220.624
<b>TOTAL</b>	<b>3.439.767</b>	<b>2.546.345</b>

<sup>(a)</sup> A energia livre refere-se a valores a pagar as geradoras de energia elétrica referente às perdas ocorridas no período de racionamento de energia entre junho de 2001 a fevereiro de 2002. A Companhia possui Mandados de Segurança contra os despachos SFF/ANEEL nº 2.517/2010 e SFF/ANEEL nº 1.068/2010, e o montante vem sendo atualizado mensalmente pela SELIC.

### Ajuste do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE provocado pelo GSF menor que 1

Em 31 de dezembro de 2020, a controlada Light Energia possuía um saldo em aberto de R\$1.786.700 (R\$1.231.174 em 31 de dezembro de 2019) na rubrica “comercialização no mercado de curto prazo” referente a liquidação da CCEE decorrente do ajuste do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE provocado pelo GSF menor que 1 (vide nota explicativa 35). Conforme mencionado na nota explicativa 9, a Companhia apresenta um saldo a receber de R\$832.021 (R\$574.567 em 31 de dezembro de 2019), resultando em um passivo líquido, em 31 de dezembro de 2020, de R\$954.679 (passivo líquido de R\$656.607, em 31 de dezembro de 2019).

## 20. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR

	Consolidado					
	31.12.2020			31.12.2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS a pagar <sup>(a)</sup>	121.554	120.374	241.928	91.778	131.297	223.075
Parcelamento - Lei 11.941/09	23.741	71.399	95.140	23.897	99.163	123.060
PIS e COFINS a pagar	10.754	-	10.754	44.096	118.025	162.121
INSS	390	-	390	400	-	400
Outros	10.486	-	10.486	12.168	-	12.168
<b>TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR</b>	<b>166.925</b>	<b>191.773</b>	<b>358.698</b>	<b>172.339</b>	<b>348.485</b>	<b>520.824</b>
IRRF a pagar	1.533	-	1.533	1.000	-	1.000
Provisão de IRPJ / CSLL	285	-	285	37.108	-	37.108
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A PAGAR</b>	<b>1.818</b>	<b>-</b>	<b>1.818</b>	<b>38.108</b>	<b>-</b>	<b>38.108</b>
<b>TOTAL</b>	<b>168.743</b>	<b>191.773</b>	<b>360.516</b>	<b>210.447</b>	<b>348.485</b>	<b>558.932</b>

<sup>(a)</sup> O ICMS a pagar, registrado no passivo não circulante, é decorrente de faturas parceladas.

## 21. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

		Consolidado						
Financiador	Controlada	Circulante			Não circulante		Total	Total
		Principal	Encargos	Total	Principal	Total	31.12.2020	31.12.2019
TN - Par Bond	Light SESA	-	2.612	2.612	202.253	202.253	204.865	158.899
TN - Caução - Par Bond	Light SESA	-	-	-	(194.568)	(194.568)	(194.568)	(143.195)
TN - Discount Bond	Light SESA	-	683	683	141.126	141.126	141.809	110.327
TN - Caução - Discount Bond	Light SESA	-	-	-	(135.265)	(135.265)	(135.265)	(99.959)
4131 Citibank 2019	Light SESA	415.736	351	416.087	-	-	416.087	363.619
Bonds	Light SESA	-	15.510	15.510	1.351.142	1.351.142	1.366.652	1.060.012
4131 Citibank 2019	Light Energia	415.736	321	416.057	-	-	416.057	323.163
Bonds	Light Energia	-	7.755	7.755	675.571	675.571	683.326	530.006
Subtotal - Moeda estrangeira		831.472	27.232	858.704	2.040.259	2.040.259	2.898.963	2.302.872
Custo de captação		-	-	-	(13.521)	(13.521)	(13.521)	(19.117)
Custos - Moeda estrangeira		-	-	-	(13.521)	(13.521)	(13.521)	(19.117)
MOEDA ESTRANGEIRA - TOTAL		831.472	27.232	858.704	2.026.738	2.026.738	2.885.442	2.283.755
CCB - IBM 2017	Light SESA	-	-	-	-	-	-	4.091
CCB - IBM 2019	Light SESA	416	-	416	-	-	416	1.373
Leasing IBM	Light SESA	-	-	-	-	-	-	49
BNDES - Capex 2013/14 Sub A	Light SESA	8.309	26	8.335	-	-	8.335	41.684
BNDES - Capex 2013/14 Sub B	Light SESA	5.661	7	5.668	-	-	5.668	27.574
BNDES - Capex 2013/14 Sub C	Light SESA	13.936	131	14.067	37.163	37.163	51.230	65.192
BNDES - Capex 2013/14 Sub D	Light SESA	170	1	171	-	-	171	853
BNDES - Capex 2013/14 Sub E	Light SESA	116	-	116	-	-	116	566
BNDES - Capex 2017/18	Light SESA	42.104	1.791	43.895	182.446	182.446	226.341	268.065
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub A	Light SESA	-	-	-	-	-	-	4.163
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub B	Light SESA	-	-	-	-	-	-	4.164
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub C	Light SESA	-	-	-	-	-	-	3.206
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub D	Light SESA	2.419	8	2.427	-	-	2.427	4.854
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub E	Light SESA	2.432	8	2.440	-	-	2.440	4.882
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub F	Light SESA	1.874	7	1.881	-	-	1.881	3.761
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub G	Light SESA	1.607	7	1.614	3.214	3.214	4.828	6.437
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub H	Light SESA	447	1	448	-	-	448	896
FINEP - Inovação e Pesquisa	Light SESA	23.193	57	23.250	9.664	9.664	32.914	56.147
Nota Promissória - 5º NP	Light SESA	100.000	8.212	108.212	100.000	100.000	208.212	300.198
FIDC 2018 Série A	Light SESA	189.397	1.003	190.400	557.269	557.269	747.669	921.418
FIDC 2018 Série B	Light SESA	88.251	755	89.006	220.629	220.629	309.635	381.625
CCB Santander Lajes	Light Energia	5.000	35	5.035	13.750	13.750	18.785	-
BNDES - Projeto Lajes - SUB A	Light Energia	-	-	-	-	-	-	11.470
BNDES - Projeto Lajes - SUB B	Light Energia	-	-	-	-	-	-	12.118
BNDES Conecta	Light Conecta	139	1	140	255	255	395	1.072
Fianças bancárias diversas	Light SESA	-	60	60	-	-	60	57
Cotas Subordinadas FIDC	Light SESA	-	-	-	(38.046)	(38.046)	(38.046)	(35.104)
Retenção FIDC	Light SESA	(26.668)	-	(26.668)	-	-	(26.668)	(31.758)
Subtotal - Moeda nacional		458.803	12.110	470.913	1.086.344	1.086.344	1.557.257	2.059.053
Custo de captação		(9.591)	-	(9.591)	(22.379)	(22.379)	(31.970)	(35.583)
Custos - Moeda nacional		(9.591)	-	(9.591)	(22.379)	(22.379)	(31.970)	(35.583)
MOEDA NACIONAL - TOTAL		449.212	12.110	461.322	1.063.965	1.063.965	1.525.287	2.023.470
TOTAL		1.280.684	39.342	1.320.026	3.090.703	3.090.703	4.410.729	4.307.225

Segue quadro abaixo com condições contratuais dos empréstimos e financiamentos existentes em 2020:

Financiador	Controlada	Data de assinatura	Moeda	Taxa de juros a.a. <sup>(a)</sup>	Taxa efetiva <sup>(a)</sup>	Amortização do principal		
						Forma de pagamento	Início	Término
TN - Par Bond	Light SESA	29.04.1996	US\$	USD + 6,00%	6,77%	Única	Abr/2024	Abr/2024
TN - Caução - Par Bond	Light SESA	29.04.1996	US\$	US\$ Treasury	-	Única	Abr/2024	Abr/2024
TN - Discount Bond	Light SESA	29.04.1996	US\$	Libor 6M + 0,8125%	1,07%	Única	Abr/2024	Abr/2024
TN - Caução - Discount Bond	Light SESA	29.04.1996	US\$	US\$ Treasury	-	Única	Abr/2024	Abr/2024
4131 Citibank 2019	Light SESA	05.09.2019	US\$	CDI + 1,50%	4,29%	Anual	Mar/2020	Set/2021
Bonds	Light SESA	03.05.2018	US\$	142,79% do CDI	3,93%	Única	Mai/2023	Mai/2023
4131 Citibank 2019	Light Energia	04.09.2019	US\$	CDI + 1,30%	4,09%	Única	Set/2021	Set/2021
Bonds	Light Energia	03.05.2018	US\$	143,01% do CDI	3,93%	Única	Mai/2023	Mai/2023
CCB - IBM 2017 <sup>(b) (c)</sup>	Light SESA	10.01.2017	R\$	CDI + 3,84%	N/A	Trimestral	Jan/2017	Mai/2020
CCB - IBM 2019	Light SESA	09.05.2019	R\$	CDI	2,75%	Mensal	Mai/2019	Mai/2021
Leasing IBM <sup>(c)</sup>	Light SESA	10.11.2016	R\$	CDI	N/A	Mensal	Fev/2017	Fev/2020
BNDES - Capex 2013/14 Sub A <sup>(c)</sup>	Light SESA	28.11.2014	R\$	TJLP + 2,78%	7,33%	Mensal	Abr/2015	Mar/2021
BNDES - Capex 2013/14 Sub B <sup>(c)</sup>	Light SESA	28.11.2014	R\$	SELIC + 2,78%	5,61%	Mensal	Mar/2015	Mar/2021
BNDES - Capex 2013/14 Sub C <sup>(c)</sup>	Light SESA	28.11.2014	R\$	6,00%	6,00%	Mensal	Abr/2015	Ago/2024
BNDES - Capex 2013/14 Sub D	Light SESA	28.11.2014	R\$	TJLP + 2,78%	7,33%	Mensal	Abr/2015	Mar/2021
BNDES - Capex 2013/14 Sub E	Light SESA	28.11.2014	R\$	SELIC + 2,78%	5,61%	Mensal	Abr/2015	Mar/2021
BNDES - Capex 2017/18	Light SESA	28.12.2018	R\$	IPCA + 6,14%	10,93%	Mensal	Jun/2019	Abr/2026
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub A	Light SESA	16.12.2013	R\$	TJLP + 2,58%	7,13%	Mensal	Jan/2015	Dez/2020
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub B	Light SESA	16.12.2013	R\$	TJLP + 3,58%	8,13%	Mensal	Jan/2015	Dez/2020
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub C	Light SESA	16.12.2013	R\$	SELIC + 2,58%	5,40%	Mensal	Jan/2015	Dez/2020
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub D	Light SESA	16.12.2013	R\$	TJLP + 2,58%	7,13%	Mensal	Jan/2016	Dez/2021
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub E	Light SESA	16.12.2013	R\$	TJLP + 3,58%	8,13%	Mensal	Jan/2016	Dez/2021
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub F	Light SESA	16.12.2013	R\$	SELIC + 2,58%	5,40%	Mensal	Jan/2016	Dez/2021
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub G	Light SESA	16.12.2013	R\$	3,50%	3,50%	Mensal	Jan/2016	Dez/2023
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub H	Light SESA	16.12.2013	R\$	TJLP	4,55%	Mensal	Jan/2019	Dez/2021
FINEP - Inovação e Pesquisa	Light SESA	16.04.2014	R\$	4,00%	4,00%	Mensal	Mai/2016	Mai/2022
Nota Promissória - 5ª NP	Light SESA	27.12.2019	R\$	CDI + 1,25%	4,03%	Anual	Dez/2020	Mai/2022
FIDC 2018 Série A	Light SESA	04.04.2018	R\$	CDI + 1,20%	3,98%	Mensal	Jul/2019	Jun/2024
FIDC 2018 Série B	Light SESA	04.04.2018	R\$	IPCA + 5,75%	10,53%	Mensal	Jul/2019	Jun/2024
CCB Santander Lajes	Light Energia	30.09.2020	R\$	CDI + 2,40%	5,22%	Mensal	Out/2020	Set/2024
BNDES - Projeto Lajes - SUB A <sup>(c)</sup>	Light Energia	28.09.2016	R\$	TJLP + 2,95%	N/A	Mensal	Fev/2017	Jan/2026
BNDES - Projeto Lajes - SUB B <sup>(c)</sup>	Light Energia	28.09.2016	R\$	TJLP + 2,95%	N/A	Mensal	Abr/2017	Jan/2026
BNDES Conecta <sup>(b)</sup>	Light Conecta	10.10.2018	R\$	TJLP + 0,53%	5,08%	Mensal	Out/2018	Out/2023

<sup>(a)</sup> Para as dívidas em moeda estrangeira foram considerados os custos em reais, conforme seus respectivos contratos de swap.

<sup>(b)</sup> Para essas dívidas foi considerado o custo médio das *tranches* de cada operação.

<sup>(c)</sup> Liquidados ao longo do exercício de 2020.

Além das cauções dos contratos em moeda estrangeira celebrado com o Tesouro Nacional (TN), os empréstimos estão garantidos por (i) avais da Light S.A.; e (ii) recebíveis da controlada Light SESA, no montante de R\$303.886 (R\$436.296 em 31 de dezembro de 2019), dados em garantia para as operações junto ao BNDES. Ainda, foram cedidos direitos creditórios, presentes e futuros, da controlada Light SESA, sendo disponibilizado anualmente o limite máximo de R\$796.320, para constituição do FIDC.

Em 31 de dezembro de 2020, os empréstimos e financiamentos, líquidos do swap, tem avais, fianças ou garantias corporativas da Light S.A, emitidas em favor de suas controladas ou controladas em conjunto, no montante de R\$2.329.809 (R\$4.202.864 em 31 de dezembro de 2019).

As parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos consolidados, classificadas no passivo não circulante e sem o custo de captação e os custos com *fees* de *covenants* (*waivers*), têm os seguintes vencimentos:

	Consolidado					
	31.12.2020			31.12.2019		
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total
2021	-	-	-	480.534	644.912	1.125.446
2022	468.356	-	468.356	463.586	-	463.586
2023	378.687	2.026.713	2.405.400	373.918	1.571.974	1.945.892
2024	183.163	13.546	196.709	184.403	23.179	207.582
2025	42.103	-	42.103	45.968	-	45.968
2026	14.035	-	14.035	14.356	-	14.356
<b>TOTAL</b>	<b>1.086.344</b>	<b>2.040.259</b>	<b>3.126.603</b>	<b>1.562.765</b>	<b>2.240.065</b>	<b>3.802.830</b>

A variação percentual das principais moedas estrangeiras e os percentuais dos principais indicadores, base de atualização dos empréstimos, financiamentos e debêntures, teve o seguinte comportamento para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

	31.12.2020	31.12.2019
Variação do exercício		
USD - Dólar Americano	28,9%	4,0%
Acumulado do exercício		
IGP-M	23,1%	7,3%
IPCA	4,5%	4,3%
SELIC	2,8%	5,9%
CDI	2,8%	5,9%
TJLP	4,6%	5,6%

Seguem abaixo as movimentações dos empréstimos e financiamentos consolidados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

	Consolidado		
	Principal	Encargos	Total
<b>SALDO EM 31.12.2018</b>	<b>5.560.790</b>	<b>62.180</b>	<b>5.622.970</b>
Captações	926.535	-	926.535
Variação monetária e cambial	107.088	-	107.088
Encargos financeiros provisionados	-	366.473	366.473
Encargos financeiros pagos	-	(411.600)	(411.600)
Amortização do principal	(2.314.249)	-	(2.314.249)
Custo de captação	(5.435)	-	(5.435)
Amortização do custo de captação	27.385	-	27.385
Cotas Subordinadas e Retenção – FIDC	(22.565)	-	(22.565)
Encargos capitalizados no ativo de contrato e imobilizado	-	10.623	10.623
<b>SALDO EM 31.12.2019</b>	<b>4.279.549</b>	<b>27.676</b>	<b>4.307.225</b>
Captações	20.000	-	20.000
Variação monetária e cambial	652.317	-	652.317
Encargos financeiros provisionados	-	281.634	281.634
Encargos financeiros pagos	-	(284.149)	(284.149)
Amortização do principal	(591.835)	-	(591.835)
Custo de captação	(5.811)	-	(5.811)
Amortização do custo de captação	15.020	-	15.020
Cotas Subordinadas e Retenção – FIDC	2.147	-	2.147
Encargos capitalizados no ativo de contrato e imobilizado	-	14.181	14.181
<b>SALDO EM 31.12.2020</b>	<b>4.371.387</b>	<b>39.342</b>	<b>4.410.729</b>

O montante total do principal está apresentado líquido dos custos com a captação dos empréstimos e custos com *fees* de *covenants* (*waivers*). Estes custos estão detalhados no quadro abaixo:

Financiador	Controlada	Custo Total	Movimentação dos custos						
			Saldo a amortizar em 31.12.2018	Custo	Amortização do custo	Saldo a amortizar em 31.12.2019	Custo	Amortização do custo	Saldo a amortizar em 31.12.2020
BNDES - Capex	Light SESA	5.435	-	5.435	(632)	4.803	-	(758)	4.045
4131 Citibank 2014	Light SESA	4.452	398	-	(398)	-	-	-	-
Nota Promissória - 4ª NP	Light SESA	4.427	340	-	(340)	-	-	-	-
Nota Promissória - 5ª NP	Light SESA	5.811	-	-	-	-	5.811	(1.826)	3.985
Conta Garantida - CEF 2015	Light SESA	1.000	706	-	(706)	-	-	-	-
FIDC 2018	Light SESA	41.032	37.620	-	(6.840)	30.780	-	(6.841)	23.939
<i>Bonds</i>	Light SESA	27.846	24.687	-	(11.978)	12.709	-	(3.720)	8.989
Nota Promissória - 3ª NP	Light Energia	2.887	175	-	(175)	-	-	-	-
Nota Promissória - 4ª NP	Light Energia	1.107	277	-	(277)	-	-	-	-
<i>Bonds</i>	Light Energia	14.037	12.447	-	(6.039)	6.408	-	(1.875)	4.533
<b>TOTAL</b>		<b>108.034</b>	<b>76.650</b>	<b>5.435</b>	<b>(27.385)</b>	<b>54.700</b>	<b>5.811</b>	<b>(15.020)</b>	<b>45.491</b>

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez relacionados a empréstimos e financiamentos é divulgada na nota explicativa 35.

### *Covenants*

A Companhia possui cláusulas que podem gerar antecipação do vencimento de dívidas em determinados contratos de empréstimos e financiamentos, inclusive vencimento cruzado (*cross default*). O vencimento antecipado só ocorre quando do não atendimento a pelo menos um dos indicadores financeiros em dois trimestres consecutivos ou quatro trimestres intercalados e quando do não cumprimento de determinados *covenants* não financeiros. Os empréstimos com o Citibank, Santander, BNDES e a 5ª Nota Promissória preveem a manutenção de indicadores de dívida líquida/EBITDA e cobertura de juros (*covenants*). Já os *Bonds* possuem cláusulas restritivas por incorrência de dívida (*covenants*). Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia atendeu aos indicadores requeridos contratualmente.



## 22. DEBÊNTURES

Consolidado								
Emissão	Controlada	Circulante			Não circulante		Total	Total
		Principal	Encargos	Total	Principal	Total	31.12.2020	31.12.2019
Debêntures 8ª Emissão	Light SESA	39.151	513	39.664	195.849	195.849	235.513	275.310
Debêntures 9ª Emissão Série A	Light SESA	250.000	962	250.962	-	-	250.962	503.554
Debêntures 9ª Emissão Série B	Light SESA	222.822	4.754	227.576	445.673	445.673	673.249	858.341
Debêntures 10ª Emissão	Light SESA	-	-	-	-	-	-	251.852
Debêntures 12ª Emissão Série 3	Light SESA	-	-	-	-	-	-	60.601
Debêntures 13ª Emissão	Light SESA	-	8.268	8.268	518.868	518.868	527.136	504.289
Debêntures 15ª Emissão Série 1	Light SESA	-	8.338	8.338	584.994	584.994	593.332	567.618
Debêntures 15ª Emissão Série 2	Light SESA	80.000	1.372	81.372	80.000	80.000	161.372	162.362
Debêntures 16ª Emissão Série 1	Light SESA	-	776	776	132.500	132.500	133.276	134.092
Debêntures 16ª Emissão Série 2	Light SESA	-	2.788	2.788	422.950	422.950	425.738	428.344
Debêntures 16ª Emissão Série 3	Light SESA	-	425	425	62.500	62.500	62.925	63.310
Debêntures 17ª Emissão Série 1	Light SESA	-	3.560	3.560	500.400	500.400	503.960	502.397
Debêntures 17ª Emissão Série 2	Light SESA	-	382	382	50.000	50.000	50.382	50.207
Debêntures 17ª Emissão Série 4	Light SESA	-	1.699	1.699	157.015	157.015	158.714	150.699
Debêntures 18ª Emissão	Light SESA	400.000	3.686	403.686	-	-	403.686	-
Debêntures 19ª Emissão	Light SESA	-	12.518	12.518	516.709	516.709	529.227	-
Debêntures 20ª Emissão	Light SESA	-	10.182	10.182	617.979	617.979	628.161	-
Debêntures 3ª Emissão	Light Energia	2.499	33	2.532	12.501	12.501	15.033	17.573
Subtotal - Debêntures		994.472	60.256	1.054.728	4.297.938	4.297.938	5.352.666	4.530.549
Custo de captação		(21.570)	-	(21.570)	(52.001)	(52.001)	(73.571)	(60.119)
Custo fee de covenants		(2.629)	-	(2.629)	(3.226)	(3.226)	(5.855)	(11.115)
Custos - Debêntures		(24.199)	-	(24.199)	(55.227)	(55.227)	(79.426)	(71.234)
<b>TOTAL</b>		<b>970.273</b>	<b>60.256</b>	<b>1.030.529</b>	<b>4.242.711</b>	<b>4.242.711</b>	<b>5.273.240</b>	<b>4.459.315</b>

Segue abaixo quadro com as condições contratuais das debêntures consolidadas existentes em 2020:

Emissão	Controlada	Data de assinatura	Moeda	Taxa de juros a.a	Taxa efetiva	Amortização do principal		
						Forma de pagamento	Início	Término
Debêntures 8ª Emissão	Light SESA	24.08.2012	R\$	CDI + 1,18%	3,96%	Anual	Jun/2015	Jun/2026
Debêntures 9ª Emissão Série A	Light SESA	15.06.2013	R\$	CDI + 1,15%	3,93%	Anual	Mar/2018	Mai/2021
Debêntures 9ª Emissão Série B	Light SESA	15.06.2013	R\$	IPCA + 5,74%	10,52%	Anual	Mai/2020	Mai/2023
Debêntures 10ª Emissão	Light SESA	30.04.2014	R\$	115% CDI	N/A	Anual	Mai/2018	Mai/2020
Debêntures 12ª Emissão Série 3	Light SESA	07.07.2017	R\$	IPCA + 9,09%	N/A	Única	Jul/2020	Jul/2020
Debêntures 13ª Emissão	Light SESA	01.11.2017	R\$	IPCA + 7,44%	12,29%	Única	Out/2022	Out/2022
Debêntures 15ª Emissão Série 1	Light SESA	12.09.2018	R\$	IPCA + 6,83%	11,66%	Anual	Out/2024	Out/2025
Debêntures 15ª Emissão Série 2	Light SESA	12.09.2018	R\$	CDI + 2,20%	5,01%	Anual	Out/2021	Out/2022
Debêntures 16ª Emissão Série 1	Light SESA	26.04.2019	R\$	CDI + 0,90%	3,67%	Única	Abr/2022	Abr/2022
Debêntures 16ª Emissão Série 2	Light SESA	26.04.2019	R\$	CDI + 1,25%	4,03%	Anual	Abr/2023	Abr/2024
Debêntures 16ª Emissão Série 3	Light SESA	26.04.2019	R\$	CDI + 1,35%	4,14%	Única	Abr/2025	Abr/2025
Debêntures 17ª Emissão Série 1	Light SESA	11.10.2019	R\$	CDI + 1,50%	4,29%	Única	Out/2022	Out/2022
Debêntures 17ª Emissão Série 2	Light SESA	11.10.2019	R\$	CDI + 1,75%	4,55%	Anual	Out/2023	Out/2024
Debêntures 17ª Emissão Série 4	Light SESA	11.10.2019	R\$	IPCA + 5,25%	10,00%	Anual	Out/2025	Out/2026
Debêntures 18ª Emissão	Light SESA	09.04.2020	R\$	CDI + 2,51%	5,33%	Única	Abr/2021	Abr/2021
Debêntures 19ª Emissão	Light SESA	15.07.2020	R\$	IPCA + 5,8%	10,58%	Única	Jul/2025	Jul/2025
Debêntures 20ª Emissão	Light SESA	14.08.2020	R\$	IPCA + 5,0867%	9,83%	Única	Ago/2025	Ago/2025
Debêntures 3ª Emissão	Light Energia	24.08.2012	R\$	CDI + 1,18%	3,96%	Anual	Jun/2015	Jun/2026

As principais operações financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram:

- Em 15 de abril de 2020, ocorreu a 18ª emissão de debêntures da controlada Light SESA em série única, no montante de R\$400.000, com vencimento em um ano em parcela única e remuneração de CDI + 2,51% a.a. Os recursos obtidos foram destinados ao reforço do capital de giro da Companhia, dentro da gestão ordinária de seus negócios.
- Em 16 de abril de 2020, a controlada Light SESA realizou a recompra das debêntures referente a 10ª emissão no valor de aproximadamente R\$150.000 de principal mais juros devidos. Em 11 de maio a controlada Light SESA quitou o saldo remanescente da mesma operação no valor cerca de R\$100.000 de principal mais juros devidos.
- Em 29 de julho de 2020, foi realizada a 19ª emissão de debêntures da controlada Light SESA em série única no montante de R\$500.000 com vencimento em julho de 2025 em parcela única e remuneração de IPCA + 5,8% a.a. Os recursos obtidos foram integralmente destinados para investimentos relacionados à implementação, expansão, renovação ou melhoria de infraestrutura de distribuição de energia elétrica.
- Em 01 de setembro de 2020, foi realizada a 20ª emissão de debêntures da controlada Light SESA em série única no montante de R\$600.000 com vencimento em agosto de 2025 em parcela única e remuneração de IPCA + 5,0867% a.a. Os recursos obtidos foram integralmente destinados para investimentos relacionados à implementação, expansão, renovação ou melhoria de infraestrutura de distribuição de energia elétrica.

Em 31 de dezembro de 2020, as debêntures da Light S.A tem avais, fianças ou garantias corporativas, emitidas em favor de suas controladas ou controladas em conjunto, no montante de R\$5.352.669 (R\$4.530.549 em 31 de dezembro de 2019).

As parcelas relativas ao principal das debêntures consolidados, classificadas no passivo não circulante e sem o custo de emissão e os custos com *fees de covenants (waivers)*, têm os seguintes vencimentos:

	Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019
2021	-	584.814
2022	1.496.254	1.464.094
2023	501.011	491.340
2024	570.622	557.945
2025	1.609.843	459.075
2026	120.208	116.805
<b>TOTAL</b>	<b>4.297.938</b>	<b>3.674.073</b>

Seguem abaixo as movimentações das debêntures consolidadas ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

	Consolidado		
	Principal	Encargos	Total
<b>SALDO EM 31.12.2018</b>	<b>4.356.101</b>	<b>49.390</b>	<b>4.405.491</b>
Debêntures emitidas	1.317.950	-	1.317.950
Variação monetária	69.707	-	69.707
Encargos financeiros provisionados	-	272.663	272.663
Encargos financeiros pagos	-	(298.229)	(298.229)
Amortização do principal	(1.337.124)	-	(1.337.124)
Custo de emissão	(15.778)	-	(15.778)
Amortização custo de emissão	25.058	-	25.058
Encargos capitalizados no ativo de contrato e imobilizado	-	19.577	19.577
<b>SALDO EM 31.12.2019</b>	<b>4.415.914</b>	<b>43.401</b>	<b>4.459.315</b>
Debêntures emitidas	1.500.000	-	1.500.000
Variação monetária	121.319	-	121.319
Encargos financeiros provisionados	-	222.546	222.546
Encargos financeiros pagos	-	(232.514)	(232.514)
Amortização do principal	(816.057)	-	(816.057)
Custo de emissão	(32.352)	-	(32.352)
Amortização custo de emissão	24.160	-	24.160
Encargos capitalizados no ativo de contrato e imobilizado	-	26.823	26.823
<b>SALDO EM 31.12.2020</b>	<b>5.212.984</b>	<b>60.256</b>	<b>5.273.240</b>

O montante total do principal está apresentado líquido dos custos com a emissão das debêntures e custos com *fees de covenants (waivers)*. Estes custos estão detalhados no quadro abaixo:

Emissão	Controlada	Custo Total	Movimentação dos custos						
			Saldo a amortizar em 31.12.2018	Custo	Amortização do custo	Saldo a amortizar em 31.12.2019	Custo	Amortização do custo	Saldo a amortizar em 31.12.2020
Debêntures 8ª Emissão	Light SESA	5.135	2.418	1.487	(455)	3.450	187	(718)	2.919
Debêntures 9ª Emissão A	Light SESA	14.089	7.863	-	(3.205)	4.658	-	(3.205)	1.453
Debêntures 9ª Emissão B	Light SESA	9.992	6.583	-	(1.480)	5.103	-	(1.481)	3.622
Debêntures 10ª Emissão	Light SESA	12.448	5.867	-	(3.246)	2.621	-	(2.621)	-
Debêntures 12ª Emissão	Light SESA	5.888	2.273	-	(1.436)	837	-	(837)	-
Debêntures 13ª Emissão	Light SESA	23.653	15.546	-	(4.055)	11.491	-	(4.055)	7.436
Debêntures 14ª Emissão	Light SESA	5.626	4.267	-	(4.267)	-	-	-	-
Debêntures 15ª Emissão	Light SESA	37.700	34.066	2.804	(5.063)	31.807	-	(4.924)	26.883
Debêntures 16ª Emissão	Light SESA	3.366	-	3.366	(336)	3.030	-	(568)	2.462
Debêntures 17ª Emissão	Light SESA	8.070	-	8.070	-	8.070	-	(2.408)	5.662
Debêntures 18ª Emissão	Light SESA	3.714	-	-	-	-	3.714	(1.857)	1.857
Debêntures 19ª Emissão	Light SESA	14.949	-	-	-	-	14.950	(773)	14.177
Debêntures 20ª Emissão	Light SESA	13.501	-	-	-	-	13.501	(687)	12.814
Debêntures 2ª Emissão	Light Energia	7.866	739	-	(739)	-	-	-	-
Debêntures 3ª Emissão	Light Energia	403	140	51	(24)	167	-	(26)	141
Debêntures 6ª Emissão	Light Energia	1.640	752	-	(752)	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>		<b>168.040</b>	<b>80.514</b>	<b>15.778</b>	<b>(25.058)</b>	<b>71.234</b>	<b>32.352</b>	<b>(24.160)</b>	<b>79.426</b>

As debêntures da Companhia não são objeto de repactuação programada. A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e liquidez relacionados a debêntures é divulgada na nota explicativa 35.

## Covenants

A Companhia possui cláusulas que podem gerar antecipação do vencimento de dívidas em determinados contratos de debêntures, inclusive vencimento cruzado (*cross default*). O vencimento antecipado só ocorre quando do não atendimento a pelo menos um indicador financeiro em dois trimestres consecutivos ou quatro trimestres intercalados e quando do não cumprimento de determinados *covenants* não financeiros. Todas as emissões de debêntures preveem a manutenção de indicadores de dívida líquida/EBITDA e cobertura de juros (*covenants*). Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia atendeu aos indicadores requeridos conforme os termos das escrituras de emissões das debêntures.

## 23. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS

A Companhia possui processos judiciais e administrativos de natureza fiscal, trabalhista, cível e regulatória em diversas instâncias processuais. A Administração reavalia periodicamente os riscos de contingências relacionados a esses processos e, baseada na opinião de seus assessores legais, constitui provisão para os riscos cujas chances de um desfecho desfavorável são consideradas prováveis e cujos valores são quantificáveis.

Segue abaixo o saldo das provisões, que compreendem as provisões para riscos e as provisões para honorários de êxito:

TOTAL PROVISÕES	Consolidado					
	31.12.2020			31.12.2019		
	Provisão	Honorários de êxito	Total	Provisão	Honorários de êxito	Total
Trabalhistas	99.072	383	99.455	120.914	428	121.342
Cíveis	208.524	84.933	293.457	198.658	91.650	290.308
Fiscais	172.012	30.890	202.902	55.783	28.643	84.426
Regulatórias	50.719	500	51.219	47.124	-	47.124
Outros	500	-	500	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>530.827</b>	<b>116.706</b>	<b>647.533</b>	<b>422.479</b>	<b>120.721</b>	<b>543.200</b>

## 23.1 Provisões para riscos

As provisões para riscos, bem como as movimentações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, estão compostas da seguinte forma:

PROVISÕES PARA PERDAS PROVÁVEIS	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Outros	Total
SALDO EM 31.12.2018	143.789	165.360	53.411	8.957	-	371.517
Adições	5.004	267.188	3.109	66.880	-	342.181
Atualizações	-	6.751	2.637	6.040	-	15.428
Baixas por pagamentos	(12.135)	(230.904)	-	(33.493)	-	(276.532)
Baixas por reversões	(15.744)	(9.737)	(3.374)	(1.260)	-	(30.115)
SALDO EM 31.12.2019	120.914	198.658	55.783	47.124	-	422.479
Adições	26.828	206.758	82.324	13.584	500	329.994
Atualizações	-	6.173	39.672	2.898	-	48.743
Baixas por pagamentos	(6.336)	(199.229)	(5.748)	(12.887)	-	(224.200)
Baixas por reversões	(42.334)	(3.836)	(19)	-	-	(46.189)
SALDO EM 31.12.2020	99.072	208.524	172.012	50.719	500	530.827
Depósitos judiciais em 31.12.2020	14.711	5.276	28.313	-	-	48.300

Em 31 de dezembro de 2020, está registrado em depósitos vinculados a litígios o total de R\$242.132 (R\$272.853 em 31 de dezembro de 2019), dos quais R\$48.300 (R\$30.553 em 31 de dezembro de 2019) referem-se às causas com provisão constituída. Os demais depósitos referem-se a processos cujas probabilidades de perda são possíveis ou remotas. Segue abaixo o saldo dos depósitos judiciais:

Consolidado	31.12.2020	31.12.2019
Trabalhistas	59.842	63.406
Cíveis	111.968	122.115
Fiscais	70.322	87.332
<b>TOTAL</b>	<b>242.132</b>	<b>272.853</b>

Segue abaixo detalhamento das provisões para riscos:

### 23.1.1 Provisões trabalhistas

Consolidado	Valor provisionado (perda provável)	
	31.12.2020	31.12.2019
Funcionários próprios	53.044	45.023
Funcionários terceirizados	46.028	75.891
<b>TOTAL</b>	<b>99.072</b>	<b>120.914</b>

A provisão para os riscos trabalhistas é feita com base na avaliação dos respectivos advogados patronos, avaliando o risco de perda no decorrer do processo. O valor de provisão referente a empregados próprios oscila em razão do vínculo direto com a Companhia e seus consequentes direitos. No que se refere aos terceirizados, o risco envolve em sua maioria a responsabilidade subsidiária, o que significa que a Companhia só arcará com o pagamento no caso da ausência deste por parte da real empregadora, a empresa terceirizada.

## 23.1.2 Provisões cíveis

Consolidado	Valor provisionado (perda provável)	
	31.12.2020	31.12.2019
Ações Cíveis <sup>(a)</sup>	169.681	144.782
Juizado Especial Cível <sup>(b)</sup>	27.031	31.883
Plano Cruzado <sup>(c)</sup>	11.812	21.993
<b>TOTAL</b>	<b>208.524</b>	<b>198.658</b>

- (a) A provisão para as Ações Cíveis engloba processos quantificáveis, nos quais a Companhia e suas controladas são réis, e que possuem prognóstico de perda provável na avaliação dos respectivos advogados patronos. Grande parte das causas é relacionada a pleitos de danos materiais e morais pela postura ostensiva da empresa no combate às irregularidades na rede, além de questionamentos de valores pagos por consumidores. Dentre os valores provisionados destaca-se a ação indenizatória proposta pela Companhia Siderúrgica Nacional ("CSN") no último trimestre de 1995, onde a CSN ajuizou a ação 0129629-98.1995.8.19.0001 pleiteando, indenização por danos eventualmente sofridos e lucros cessantes, em razão de oscilações e interrupções no fornecimento de energia elétrica. A ação encontra-se em fase de liquidação de sentença onde a CSN pleiteia o valor atualizado de R\$679.708, valor este impugnado pela Light, em razão de diversos fundamentos, com destaque para (i) o fato da produção da CSN à época ter sido considerada 24 horas por dia 365 dias por ano, não considerando a ociosidade reconhecida do setor; (ii) a CSN não comprovar nos autos os lucros cessantes; (iii) o perito, designado no processo, utilizar premissas de lucro bruto em vez de lucro líquido. A Light contratou parecer de jurista renomado para elucidar seus pontos, de modo que entende que a exposição do risco para a Companhia é de R\$84.697 (R\$79.148 em 31 de dezembro de 2019).
- (b) As ações de Juizado Especial Cível referem-se, em grande parte, a discussões quanto a relações de consumo, tais como cobrança indevida, corte indevido, corte por inadimplência, problemas na rede, irregularidades diversas, reclamação de conta, reclamação de medidor e problemas na transferência de titularidade. Há um limite de 40 salários mínimos para as causas em trâmite perante o Juizado Especial Cível. O provisionamento é feito a partir da separação dos sete principais motivos ofensores para a Companhia, que representam aproximadamente 90,4% do total do estoque de processos.
- (c) São ações movidas contra a controlada Light SESA relativas ao aumento da tarifa de energia elétrica aprovado pelas Portarias n.º 38, de 27 de fevereiro de 1986 e n.º 45, de 04 de março de 1986, publicadas pelo extinto DNAEE - Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, que contrariavam o Decreto-lei n.º 2.283/86 (decreto do Plano Cruzado), o qual previa que todos os preços ficariam congelados. Os autores dessas ações buscam a restituição dos valores supostamente pagos a maior nas faturas de energia elétrica quando da majoração das tarifas da controlada Light SESA no período em que houve o congelamento dos preços.



### 23.1.3 Provisões fiscais

Consolidado	Valor provisionado (perda provável)	
	31.12.2020	31.12.2019
ICMS - Créditos homologados <sup>(a)</sup>	46.232	46.232
ICMS - Ativo fixo <sup>(b)</sup>	92.179	-
Outros	33.601	9.551
<b>TOTAL</b>	<b>172.012</b>	<b>55.783</b>

- (a) A controlada Light SESA provisionou o montante de R\$46.232, relativo a parte do valor autuado em processo por meio do qual o Estado do Rio de Janeiro pretende cobrar ICMS decorrente da utilização supostamente indevida de créditos do imposto, adquiridos pela Light SESA de terceiros, e que haviam sido previamente homologados pela Secretaria Estadual de Fazenda. O débito remonta atualmente a R\$614.338 (R\$609.629 em 31 de dezembro de 2019). Após reavaliação, os assessores jurídicos internos e externos classificaram o valor de R\$42.029, relativo ao principal (imposto), assim como o valor a ele proporcional, relativo aos honorários advocatícios da Procuradoria, no montante de R\$4.203, como sendo perda provável e, todo o restante do valor autuado, relativo a juros, correção monetária e honorários advocatícios proporcionais, como perda remota. O processo administrativo encerrou-se em junho de 2015, com decisão desfavorável à controlada Light SESA, que por sua vez impetrou Mandado de Segurança com vistas a afastar a inscrição de parte do débito em Dívida Ativa do Estado relativa aos juros e correção monetária. A liminar foi deferida, mas posteriormente foi cassada por decisão proferida em sede de Agravo de Instrumento interposto pelo Estado do Rio de Janeiro. Foi ajuizada a Execução Fiscal, tendo a controlada Light SESA apresentado apólice de seguro garantia e, na sequência, foram opostos Embargos à Execução Fiscal. Foi proferida sentença nos autos dos Embargos à Execução Fiscal reconhecendo que devem ser expurgados os encargos moratórios (correção monetária e juros de mora) da Nota de Lançamento lavrada contra a controlada Light SESA. Aguarda-se o julgamento dos Recursos de Apelação interpostos por ambas as partes.
- (b) A controlada Light SESA provisionou o montante de R\$70.525, que atualizados em 31 de dezembro de 2020 somam R\$92.179, referente à discussão relacionada à Lei n° 3.188/99, que, entre outras disposições, em seu artigo 2°, limitou o direito dos contribuintes do ICMS de utilizarem os créditos gerados na aquisição de bens destinados a integrar o ativo fixo. A controlada Light SESA decidiu pelo provisionamento em razão da decisão do STF, que negou provimento ao Recurso Extraordinário. A controlada Light SESA tem a intenção de aderir ao programa de anistia fiscal do Estado do Rio de Janeiro, criado pela Lei Complementar n° 189/2020, para efetuar o pagamento do débito à vista, com a redução de juros e multa.



### 23.1.4 Provisões regulatórias

Nesse tópico, a Companhia descreve as principais contingências regulatórias decorrentes de discussões administrativas com a ANEEL:

- A controlada Light SESA foi autuada pela ANEEL (Auto de Infração nº 01/2019-SFE/ANEEL) em decorrência de fiscalização ocorrida em setembro de 2017, relacionada à qualidade do atendimento comercial para a prestação de serviço adequado, conforme parâmetros estabelecidos na Resolução Normativa nº 414/2010. Foi aplicada multa no valor de R\$52.113, a qual foi reduzida para o montante de R\$47.242, por meio do despacho nº 2.909/2020. Atualmente, aguarda-se a decisão final da Diretoria Colegiada da ANEEL. O montante considerado como perda provável em 31 de dezembro de 2020 é de R\$45.118 (R\$43.907 em 31 de dezembro de 2019).
- A controlada Light SESA foi autuada pela ANEEL (Auto de Infração nº 026/2020-SFE/ANEEL) em decorrência de fiscalização ocorrida em fevereiro de 2020, relacionada aos indicadores de continuidade dos conjuntos de unidades consumidoras, estabelecidos no art. 1º da REA 6.236/2017 e em seu Contrato de Concessão. Foi aplicada multa no valor de R\$21.794, a qual foi reduzida para o montante de R\$16.659, por meio do ofício nº 306/2020 da SFE/ANEEL. Atualmente, aguarda-se decisão final da Diretoria Colegiada da ANEEL. O montante atualizado da provisão em 31 de dezembro de 2020 é de R\$5.120.

### 23.2 Provisões de honorários de êxito

A Administração reavalia periodicamente os processos que possuem honorários de êxito previstos para os assessores jurídicos e, baseada na opinião de seus assessores legais, para o prognóstico de resolução dos processos, constitui provisão para os compromissos de honorários de êxito das causas com prognósticos de perdas possíveis, remotas e excepcionalmente prognóstico provável.

Segue abaixo quadro com a posição e a movimentação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

PROVISÕES PARA HONORÁRIOS DE ÊXITO	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Total
SALDO EM 31.12.2018	574	74.766	29.387	-	104.727
Adições	168	52.922	3.611	-	56.701
Atualizações	-	1.473	898	-	2.371
Baixas por pagamentos	(61)	(26.921)	(1.593)	-	(28.575)
Baixas por reversões	(253)	(10.590)	(3.660)	-	(14.503)
SALDO EM 31.12.2019	428	91.650	28.643	-	120.721
Adições	48	46.164	2.874	500	49.586
Atualizações	-	3.170	2.857	-	6.027
Baixas por pagamentos	(64)	(16.478)	(2.476)	-	(19.018)
Baixas por reversões	(29)	(39.573)	(1.008)	-	(40.610)
SALDO EM 31.12.2020	383	84.933	30.890	500	116.706

## 24. CONTINGÊNCIAS

A Companhia possui processos judiciais, nos quais a Administração, baseada na opinião de seus assessores legais, acredita que os riscos de perda são possíveis, e por este motivo, nenhuma provisão foi constituída. As principais contingências com probabilidade de perda possível estão compostas da seguinte forma:

	Consolidado			
	31.12.2020		31.12.2019	
	Saldo	Quantidade de processos <sup>(a)</sup>	Saldo	Quantidade de processos <sup>(a)</sup>
Cíveis	785.414	44.615	763.787	51.605
Trabalhistas	300.529	1.171	331.163	841
Fiscais	8.258.185	775	6.255.377	738
<b>TOTAL</b>	<b>9.344.128</b>	<b>46.561</b>	<b>7.350.327</b>	<b>53.184</b>

<sup>(a)</sup> Não auditado pelos auditores independentes

Estão destacados a seguir os principais motivos das discussões judiciais:

### 24.1 Cíveis

- Irregularidades - O Grupo Light possui diversas ações cíveis onde se discutem irregularidades, substancialmente, decorrentes de perdas comerciais (não técnicas) ocorridas em razão de alteração de medidores, furto de equipamentos, ligações irregulares e ligações clandestinas. As discussões, em sua grande maioria, pautam-se na comprovação da irregularidade e nos valores cobrados pela concessionária em razão da constatação da mesma. Em 31 de dezembro de 2020, o montante referente às ações é de R\$184.385 (R\$228.103 em 31 de dezembro de 2019).
- Faturas - Diversas discussões judiciais tramitam atualmente onde se discutem os valores cobrados pelo Grupo Light para a prestação do serviço, como valores de demanda, valores de consumo, encargos financeiros, taxas, seguros, entre outros. Em 31 de dezembro de 2020, o montante para estas ações é de R\$76.333 (R\$94.575 em 31 de dezembro de 2019).
- Acidentes - A controlada Light SESA figura como ré em ações propostas por vítimas e/ou por sucessores de vítimas de acidentes envolvendo a sua rede de eletricidade e/ou a prestação do serviço, pelas mais diversas causas. Em 31 de dezembro de 2020, o montante referente às ações é de R\$34.466 (R\$23.770 em 31 de dezembro de 2019).

- Interrupção e suspensão - O Grupo Light figura como ré em ações cíveis discutindo a interrupção do serviço, quer seja motivada por caso fortuito ou de força maior, quer seja para fins de intervenção no sistema elétrico, entre outros motivos e, também, suspensão do serviço, quer seja por inadimplência, impedimento de acesso ou substituição do medidor, entre outros fatos ensejadores. Em 31 de dezembro de 2020, o montante referente às ações é de R\$31.408 (R\$33.320 em 31 de dezembro de 2019).
- Equipamentos e redes - O Grupo Light possui discussões judiciais em razão dos medidores eletrônicos por ela utilizados para aferir o consumo de energia. As discussões versam sobre os mais diversos temas, como funcionalidade dos medidores, aprovação pelo órgão metrológico, entre outros e, também, discussões acerca de sua rede, em razão de extensão, remoção ou ainda participação financeira do cliente para instalação da rede. Em 31 de dezembro de 2020, o montante referente às ações é de R\$18.787 (R\$9.258 em 31 de dezembro de 2019).
- No último trimestre de 2011, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) ajuizou a ação 0477418-58.2011.8.19.0001 pleiteando, aproximadamente, R\$100.000 a título de indenização em razão de interrupções ocorridas na sua Unidade Consumidora de Volta Redonda. Destaca-se que, do valor histórico total requerido, R\$88.700 são relativos somente à interrupção ocorrida em 10 de novembro de 2009, que atingiu 40% do território brasileiro e mais de 90% do território paraguaio, o que, por si só, demonstra que suas causas fogem ao âmbito de atuação da Light SESA, como distribuidora de energia elétrica. Ademais, o relatório do ONS concluiu que a origem e causa da referida interrupção foi de responsabilidade de Furnas. Atualmente a ação encontra-se em fase de perícia, com laudo, em linhas gerais, favorável aos interesses da Companhia. Em 31 de dezembro de 2020, a exposição do risco é de R\$94.600 (R\$84.038 em 31 de dezembro de 2019).
- A controlada Light SESA também litiga em ação rescisória 0002731-81.2011.8.19.0000 movida pela CSN, através da qual a siderúrgica visa desconstituir o acórdão proferido nos autos da ação de repetição de indébito nº 1995.001.073862-2, cuja discussão era acerca da legalidade das Portarias nºs 38, de 27 de fevereiro de 1986, e 45, de 04 de março de 1986, editadas pelo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, que promoveram o reajuste de tarifas de energia elétrica de determinada classe de unidade consumidora, em que a Companhia saiu vencedora. O processo está aguardando julgamento de recurso da controlada Light SESA em trâmite no Superior Tribunal de Justiça. Em 31 de dezembro de 2020, a exposição do risco é de R\$269.436 (R\$235.994 em 31 de dezembro de 2019).

- No último trimestre de 2015, a controlada Light SESA ajuizou ação em face a ANEEL, processo 0067839-37.2015.4.01.3400, visando a anulação dos Despachos números 1.839/2015 e 3.641/2015, ambos proferidos pelo Diretor-Geral da ANEEL. Controvérsia entre a ANEEL e a controlada Light SESA acerca do cálculo dos valores repassados via Conta de Compensação de Variação de Valores dos Itens da "Parcela A" - CVA, relativos à energia comprada pela controlada Light SESA da Usina Termelétrica Norte Fluminense, quando do reajuste tarifário de 2011. A ANEEL entendeu que teria ocorrido repasse a maior de CVA à controlada Light SESA nos anos de 2006, 2007 e 2008, cabendo restituição retroativa aos consumidores de valores supostamente pagos em excesso. Foi proferida sentença julgando procedente o pedido da controlada Light SESA, para (i) declarar a ilegalidade do recálculo retroativo das tarifas praticadas nos anos 2006, 2007 e 2008, pela ausência de equívocos no repasse tarifário da CVA relativo à UTE Norte Fluminense; e (ii) determinar a devolução imediata à controlada Light SESA do montante equivalente ao componente financeiro negativo já aplicado às tarifas dos seus consumidores desde novembro de 2015, devidamente atualizado. Aguarda-se o julgamento do recurso no TRF. Em 31 de dezembro de 2020, a exposição do risco é de R\$37.223 (R\$37.223 em 31 de dezembro de 2019).
- Duas ações cíveis envolvendo o Mecanismo de Realocação de Energia - MRE provocado pelo *Generation Scaling Factor* - GSF. A ação ordinária, movida em conjunto pelas controladas Light Energia e Lightger e pela empresa Aliança Geração de Energia S.A, processo nº 38848-51.2015.4.013400, com o objetivo de questionar a exposição financeira decorrente do ajuste do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE provocado pelo GSF menor que 1. Na referida demanda, foi antecipado os efeitos da tutela, determinando à Agência que, até decisão final, abstenha-se de proceder o ajuste do MRE, caso a geração total do MRE seja inferior à garantia física. Foi prolatada sentença favorável na ação sobre o GSF, para limitação do risco hidrológico em 95%, tendo a ANEEL recorrido da referida decisão. O valor do GSF relativo à Light Energia vem sendo devidamente provisionados na rubrica de fornecedores e/ou clientes, em contrapartida ao resultado, embora os pagamentos não estejam sendo realizados em função dos efeitos da referida liminar.

Inobstante a decisão acima, foi necessário, também, o ajuizamento de um Mandado de Segurança, processo nº 1005338-30.2015.4.01.3400, com o objetivo de proteger as controladas Light Energia e Lightger dos efeitos das decisões judiciais que limitam o Fator GSF dos demais agentes. Neste caso foi deferida liminar para que tanto a controlada Light Energia quanto a controlada Lightger não precisassem efetuar o rateio do GSF dos demais agentes.

O Mandado de Segurança foi extinto sem julgamento de mérito, tendo o juízo entendido que a ANEEL não poderia figurar como autoridade coatora. Em razão desta decisão, a Companhia ajuizou nova ação ordinária, processo nº 0032638-47.2016.4.01.3400, com pedido de antecipação de tutela, visando se proteger dos efeitos das liminares dos demais agentes. A tutela antecipada foi deferida de maneira que a Light não poderá sofrer os ônus financeiros de quaisquer decisões judiciais obtidas por outros agentes, já proferidas ou que venham a ser proferidas no curso da ação, independentemente da competência a que se refiram, relativas aos efeitos dos atuais valores de GSF sobre geradores hidrelétricos. Foi prolatada sentença julgando improcedentes os pedidos, tornando sem efeito a decisão que antecipou os efeitos da tutela. Atualmente, aguarda-se o julgamento do recurso de apelação interposto pelas autoras. O prognóstico de perda das referidas ações é possível.

Conforme mencionado na nota explicativa 18.1, a Companhia irá aderir à repactuação do GSF nos termos estabelecidos pela Lei 14.052/20 e consequentemente seguirá com todos os requisitos da referida Lei.

## 24.2 Fiscais

- ICMS perdas comerciais – A controlada Light SESA possui duas autuações fiscais, duas ações Anulatórias, um Mandado de Segurança e uma Execução Fiscal que discutem a cobrança de ICMS, FECPE e multa por não recolher o referido tributo diferido em operações anteriores à distribuição de energia elétrica, em razão da ocorrência de perdas comerciais. No primeiro processo administrativo, após a apresentação de impugnação pela controlada Light SESA, a Junta de Revisão Fiscal converteu o julgamento em diligência. Em resposta à diligência, a Fiscalização retificou o Auto de Infração, tendo recalculado os percentuais de incorporação de perdas não técnicas na tarifa em base mensal, restando autuado apenas o ICMS devido pelas perdas não incorporadas à tarifa da distribuidora. Aguarda-se apreciação da Impugnação. A segunda autuação fiscal também aguarda julgamento da Impugnação. A controlada Light SESA obteve sentença favorável no mandado de segurança e nas duas ações anulatórias, que se encontram em fase de recurso. Em 31 de dezembro de 2020, o montante dessa discussão é de R\$761.579 (R\$721.797 em 31 de dezembro de 2019).
- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - perdas comerciais – A controlada Light SESA possui quatro autuações fiscais cobrando IRPJ e CSLL em razão da não adição dos valores de perdas não técnicas ao seu resultado, para fins de apuração do lucro real, sendo que: (i) a primeira autuação foi julgada procedente em parte em decisão de 1ª instância administrativa e o CARF julgou improcedente, por voto de qualidade, o Recurso Voluntário da controlada Light SESA. No momento, aguarda-se o julgamento do recurso da controlada Light SESA; (ii) a segunda autuação foi julgada improcedente em decisão de 1ª instância administrativa e foi objeto de Recurso Voluntário; (iii) a terceira e a quarta autuações, recebidas em outubro e novembro de 2020, respectivamente, aguardam julgamento das impugnações.

A Companhia também possui três outras autuações cobrando PIS e COFINS pela não realização do estorno dos créditos destas contribuições referentes aos valores de perdas não técnicas, sendo que (i) uma das autuações foi julgada improcedente em decisão de 1ª instância administrativa e aguarda julgamento de recurso de ofício; (ii) as outras duas autuações, recebidas em outubro e novembro de 2020, respectivamente, aguardam julgamento das impugnações. Em 31 de dezembro de 2020, o montante dessas discussões, atualmente quantificável, é de R\$5.142.166 (R\$3.018.154 em 31 de dezembro de 2019).



- LIR/LOI - IRPJ/CSLL - A controlada Light SESA possuía Mandado de Segurança em que se discutia a forma de tributação dos lucros das subsidiárias LIR e LOI no exterior, mais especificamente defendia que o IRPJ e CSLL deveriam incidir apenas sobre os lucros e não sobre os resultados positivos de equivalência patrimonial. Para se valer dos benefícios do programa REFIS, a controlada Light SESA desistiu integralmente do Mandado de Segurança e alterou o procedimento para passar a tributar os resultados pelo método de equivalência patrimonial. O Fisco discordou de tal procedimento e autuou a controlada Light SESA quanto aos exercícios de 2004 a 2008, passando a exigir a tributação apenas sobre os lucros. Para o exercício de 2004, foi ajuizada Execução Fiscal, que aguarda o julgamento do recurso da controlada Light SESA. Para o exercício de 2005, houve o encerramento da esfera administrativa desfavoravelmente à controlada Light SESA, que impetrou Mandado de Segurança visando anular o acórdão proferido pelo CARF e obteve liminar para suspender a exigibilidade do débito. Já para os exercícios de 2006 a 2008, houve o encerramento favorável na esfera administrativa para a controlada Light SESA. Em abril de 2014, a controlada Light SESA foi autuada com relação ao exercício de 2009, e aguarda o julgamento do seu recurso especial. Em 31 de dezembro de 2020, o montante dessa discussão é de R\$446.269 (R\$440.322 em 31 de dezembro de 2019).
- IN 86 – A controlada Light SESA foi autuada para a cobrança de multa pelo suposto descumprimento de obrigação acessória, relacionada à entrega dos arquivos eletrônicos, no formato previsto na IN nº 86/2001, referentes aos anos-calendário de 2003 a 2005. O Processo Administrativo encerrou-se em julho de 2015, com decisão desfavorável à controlada Light SESA, que impetrou Mandado de Segurança. Proferida sentença julgando procedente o pleito da controlada Light SESA, que foi mantida em sede de recurso de apelação da União. Em 31 de dezembro de 2020, o montante dessa discussão é de R\$465.510 (R\$460.817 em 31 de dezembro de 2019).
- ICMS sobre subvenções do programa federal denominado “Baixa Renda” - A controlada Light SESA possui três ações anulatórias, vinculadas à execuções fiscais, com o objetivo de discutir a incidência de ICMS sobre os valores pagos pela União Federal à controlada Light SESA a título de subvenção econômica, direcionada aos consumidores de energia da subclasse baixa renda. Atualmente, a controlada Light SESA não possui decisão favorável nessas ações anulatórias, sendo que, em duas ações aguarda-se o julgamento do seu Recurso de Apelação e em uma ação aguarda-se julgamento dos agravos apresentados pela controlada Light SESA em face das decisões que inadmitiram o Recurso Especial e o Recurso Extraordinário. Adicionalmente, a controlada Light SESA possui uma discussão administrativa, que possui decisão desfavorável de 1ª e 2ª instâncias (no CARF, o acórdão foi desfavorável em razão do voto de qualidade). Aguarda-se o julgamento do Recurso ao Pleno apresentado pela controlada Light SESA. Em 31 de dezembro de 2020, o montante dessa discussão é de R\$314.212 (R\$309.145 em 31 de dezembro de 2019).

- Despachos decisórios (55 processos) – 54 despachos decisórios proferidos pela Receita Federal em face da controlada Light SESA e 1 despacho decisório em face da Light S.A. para negar homologação a diversos pedidos de compensação realizados pela controlada Light SESA, para a utilização de créditos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL à alegação de que tais créditos seriam indevidos ou insuficientes para abarcar os débitos contra aos quais foram opostos. A controlada Light SESA e a controladora apresentaram manifestações de inconformidade em face aos aludidos Despachos Decisórios. Dois casos foram encerrados favoravelmente à controlada Light SESA. Em 31 de dezembro de 2020, o montante dessas discussões é de R\$213.118 (R\$329.087 em 31 de dezembro de 2019).
- Não homologação de compensações – A controlada Light SESA discute judicialmente a cobrança de supostos débitos de PIS e COFINS, decorrentes da glosa de créditos de mesma natureza realizada pela Receita Federal em 22 Processos Administrativos, decorrentes de compensações realizadas referentes aos períodos de março e abril de 2005, janeiro, fevereiro, março, maio, junho, julho, agosto e setembro de 2006 e janeiro e fevereiro de 2007. A controlada Light SESA aguarda o julgamento dos Embargos à Execução apresentados. Em 31 de dezembro de 2020, o montante dessas discussões é de R\$58.979 (R\$58.206 em 31 de dezembro de 2019).
- TFGE - Taxa de Controle, Monitoramento e Fiscalização Ambiental das Atividades de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica de Origem Hidráulica, Térmica e Termo Nuclear. A referida taxa foi instituída pela Lei 7.184/15 do Estado do Rio de Janeiro. A controlada Light Energia, então, impetrou Mandado de Segurança preventivo para não ter que recolher esta taxa. Proferida sentença favorável, que foi objeto de recurso de apelação por parte do Estado do Rio de Janeiro. Em 31 de dezembro de 2020, o montante dessa discussão é de R\$74.710 (R\$59.000 em 31 de dezembro de 2019).
- Não homologação de compensações - CVA - (30 Processos Administrativos) - Não homologação pela Receita Federal de compensações realizadas pela controlada Light SESA com créditos advindos de pagamento indevido ou a maior de PIS e COFINS, notadamente em razão da alteração do momento da tributação do PIS e da COFINS sobre a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA. Apresentadas manifestações de inconformidade ainda pendentes de julgamento. Em 31 de dezembro de 2020, o montante dessas discussões é de R\$273.687 (R\$272.543 em 31 de dezembro de 2019).
- Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal do Estado do Rio de Janeiro ("FEEF") – A controlada Light SESA foi autuada em razão da ausência de recolhimento, ao Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal do Estado do Rio de Janeiro ("FEEF"), do ICMS correspondente a 10% (dez por cento) dos benefícios fiscais destinados a terceiros, relativamente ao período de dezembro de 2016 a junho de 2017. Apresentada Impugnação, ainda pendente de julgamento. A tese está sendo discutida pela controlada Light SESA por meio de Mandado de Segurança. Em 31 de dezembro de 2020, o montante dessa discussão é de R\$45.637 (R\$44.476 em 31 de dezembro de 2019).



### 24.3 Trabalhistas

- Principais pedidos: Os principais pedidos objeto das ações trabalhistas envolvem as seguintes matérias: equiparação salarial e reflexos, horas extras e reflexos, acidente de trabalho, diferença de adicional de periculosidade e dano moral, cujos montantes envolvidos totalizam R\$149.583 (R\$139.534 em 31 de dezembro de 2019).
- Ação Civil Pública Cadastro de Terceiros ("ACP") - 0100742-05.2018.5.01.0081: O Ministério Público do Trabalho alega a existência de suposta restrição na controlada Light SESA que impediria a contratação de ex-empregados terceirizados, desqualificados no passado, e por isso requer pagamento de danos morais, bem como, obrigação de não fazer para que a controlada Light SESA se abstenha de praticar tal ato. Aguardando realização de audiência. Em 31 de dezembro de 2020, o montante referente a esta ACP é de R\$52.366 (R\$52.366 em 31 de dezembro de 2019).

## 25. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

---

As empresas do Grupo Light são patrocinadoras instituidoras da Fundação de Seguridade Social Braslight (Braslight), entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, cuja finalidade é garantir renda de aposentadoria aos empregados do Grupo Light vinculados à Fundação e de pensão aos seus dependentes.

A Braslight foi instituída em abril de 1974 e possui quatro planos - A, B, C e D - implantados em 1975, 1984, 1998 e 2010, respectivamente, tendo o plano C recebido migração de aproximadamente 96% dos participantes ativos dos planos A e B.

Atualmente estão em vigor os Planos A e B do tipo Benefício Definido, C do tipo Benefício Misto e D do tipo Contribuição Definida.

### 25.1 Descrição dos planos

Plano A/B - os benefícios são do tipo "benefício definido" e correspondem à diferença entre um percentual, variável de 80% a 100%, do maior valor entre a média dos últimos 12 e dos últimos 36 salários, atualizados para a data de início do benefício, e o valor do benefício concedido pelo INSS.

Plano C - os benefícios programáveis, durante a fase de capitalização, são do tipo "contribuição definida", sem vinculação com o INSS, e os benefícios de risco (auxílio doença, aposentadoria por invalidez e pensão por morte de participante ativo, inválido e em auxílio doença), bem como os de renda continuada, estes uma vez concedidos, são do tipo "benefício definido". As duas parcelas têm seus patrimônios apurados em quotas.

Ao participante que migrou do Plano A/B para o Plano C foi concedido um benefício saldado de renda vitalícia, com reversão em pensão, proporcional ao tempo de contribuição à Braslight na ocasião de migração, contado de sua última inscrição na Fundação, diferido para recebimento após o mesmo ter completado um conjunto de condições de habilitação. Esta parcela é denominada Subplano de Benefício Definido Saldado do Plano C.

Plano D - aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social - PREVIC/MPS, em 22 de março de 2010, e teve sua primeira contribuição no mês de abril de 2010. Neste plano, os benefícios são do tipo "contribuição definida" antes e após a sua concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi pago pela Companhia, referente à parcela do plano de contribuição definida, o montante de R\$4.529 (R\$3.853 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019).

## 25.2 Avaliação atuarial

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12, a contabilização dos passivos oriundos de benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1). Para atendimento a essa exigência a Companhia e suas controladas contrataram atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desses benefícios, sendo a última efetuada para a data-base de 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia reconheceu na rubrica de outros resultados abrangentes o montante de R\$3.516 (reconhecido líquido de impostos no montante de R\$1.811) em decorrência da variação da taxa de desconto para o plano AB.

As informações atuariais consolidadas são conforme abaixo:

	Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019
Valor presente das obrigações atuariais	(3.588.295)	(3.583.281)
Valor justo dos ativos do plano	3.624.693	3.603.165
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo	(41.725)	(19.884)
<b>PASSIVO LÍQUIDO</b>	<b>(5.327)</b>	<b>-</b>
Passivo líquido, CVM nº 695/12	(5.327)	-

As mudanças no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

	Consolidado
<b>SALDO EM 31.12.2018</b>	<b>3.190.913</b>
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	273.195
Ganhos atuariais nos ativos do plano	419.425
Contribuições da patrocinadora	473
Contribuições dos participantes	22
Benefícios pagos pelo plano/Companhia	(280.863)
<b>SALDO EM 31.12.2019</b>	<b>3.603.165</b>
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	237.633
Expurgo de saldo de empresa alienada	(4.295)
Ganhos atuariais nos ativos do plano	78.681
Contribuições da patrocinadora	384
Contribuições dos participantes	16
Benefícios pagos pelo plano/Companhia	(290.596)
<b>SALDO EM 31.12.2020</b>	<b>3.624.693</b>

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

	Consolidado
SALDO EM 31.12.2018	3.134.375
Custo do serviço corrente	(79)
Juros sobre a obrigação atuarial	268.111
Contribuições de participantes	22
Perda atuariais reconhecidas	461.715
Benefícios pagos	(280.863)
SALDO EM 31.12.2019	3.583.281
Custo do serviço corrente	(144)
Expurgo de saldo de empresa alienada	(4.272)
Juros sobre a obrigação atuarial	235.943
Contribuições de participantes	16
Perda atuariais reconhecidas	64.067
Benefícios pagos	(290.596)
SALDO EM 31.12.2020	3.588.295

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado, nos grupos de custos e despesas operacionais e resultado financeiro, são como segue:

	Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019
Custo do serviço corrente	(144)	(79)
Juros sobre as obrigações atuariais	235.943	268.111
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	(237.338)	(273.195)
Ajuste de atualização de dívida Braslight	1.539	5.163
CUSTO ESPERADO ESTIMADO	-	-

A estimativa do atuário externo para a despesa a ser reconhecida para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

	2021
Custo do serviço corrente	(357)
Juros sobre as obrigações atuariais	222.610
Juros sobre passivo oneroso	2.788
Rendimento esperado dos ativos do plano	(225.115)
	(74)

As principais categorias de ativos do plano, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

	Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019
Renda fixa	75,97%	74,97%
Renda variável	17,93%	18,06%
Investimentos estruturados	2,13%	2,26%
Imóveis	2,76%	3,31%
Empréstimos e financiamentos	1,38%	1,58%
Outros realizáveis	0,03%	0,05%
Provisões contingências	-0,20%	-0,23%
	100,00%	100,00%

O resultado real sobre os ativos dos planos foi um ganho de R\$78.681 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (ganho de R\$419.425 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019).

A Braslight realiza periodicamente estudos de *Asset Liability Management* (ALM) dos planos de benefícios no intuito de reavaliar a estratégia de alocação dos investimentos frente às obrigações atuariais, com vistas a se proteger das alterações nos preços dos instrumentos financeiros, bem como evitar o descasamento dos fluxos de ativos e passivos, de forma que os recursos estejam disponíveis na data de pagamento dos benefícios e demais obrigações dos planos.

### 25.3 Premissas atuariais

	31.12.2020	31.12.2019
Taxa de juros nominal (desconto) a valor presente do passivo atuarial	6,18% (A/B) e 6,68% (C)	6,66% (A/B) e 7,03% (C)
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano	6,18% (A/B) e 6,68% (C)	6,66% (A/B) e 7,03% (C)
Taxa anual de inflação	3,20%	3,60%
Taxa de crescimento salarial nominal	5,78%	6,19%
Índice de reajuste nominal de benefícios concedidos de prestação continuada	3,20%	3,60%
Fator de capacidade	100,00%	98,00%
Taxa rotativa	Nula	Nula
Tábua geral de mortalidade <sup>(a)</sup>	AT - 83/ BR (A/B) e EMS 2010 (C)	AT - 83/ BR (A/B) e EMS 2010 (C)
Tábua de entrada em invalidez (planos A/B)	LIGHT - Fraca*1,20	LIGHT - Fraca*1,30
Tábua de entrada em invalidez (plano C saldado)	LIGHT - Fraca*1,20	LIGHT - Fraca*1,30
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 Masculina	AT-49 Masculina
Participantes ativos	1.159	1.396
Participantes aposentados e pensionistas	5.455	5.501

<sup>(a)</sup> Tábua sem agravamento

## 25.4 Análise de sensibilidade

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são a taxa de desconto e a tabela de mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido.

Abaixo estão demonstrados os efeitos na obrigação de benefício definido caso a taxa de desconto fosse 1,00% mais baixa e caso a tabela de mortalidade fosse alterada para a tabela seguinte mais restritiva:

Taxa de desconto nominal (a.a.)	Premissa laudo	Redução de taxa de desconto	Impacto na obrigação do plano
Plano A/B	6,18%	-1,00%	137.624
Plano C	6,68%	-1,00%	239.145

  

Tabua de mortalidade	Premissa laudo	Alteração de tábua	Impacto na obrigação do plano
Plano A/B	AT-83	AT-2000	28.041
Plano C	EMS 2010	EMS 2010 Segregada por sexo Desagravada em 2 anos	102.500

**26. OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO E ATIVO DE DIREITO DE USO**

Consolidado						
OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO	31.12.2020			31.12.2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Terrenos e imóveis	1.200	1.446	2.646	1.262	2.008	3.270
Máquinas e equipamentos	644	1.403	2.047	935	332	1.267
Veículos	45.384	55.850	101.234	29.349	45.470	74.819
<b>TOTAL</b>	<b>47.228</b>	<b>58.699</b>	<b>105.927</b>	<b>31.546</b>	<b>47.810</b>	<b>79.356</b>

**26.1 Movimentação dos ativos de direito de uso e das obrigações por arrendamento**

Consolidado				
ATIVO DE DIREITO DE USO	Terrenos e imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Em 01 de janeiro de 2019 (adoção inicial)	2.601	2.215	71.811	76.627
Adições de arrendamentos	2.017	-	97.004	99.021
Remensurações	90	-	-	90
Depreciação	(1.513)	(1.001)	(30.575)	(33.089)
Baixa de arrendamentos	(34)	-	(65.894)	(65.928)
<b>SALDO EM 31.12.2019</b>	<b>3.161</b>	<b>1.214</b>	<b>72.346</b>	<b>76.721</b>
Adições de arrendamentos	380	1.731	64.474	66.585
Remensurações	333	38	3.434	3.805
Depreciação	(1.377)	(971)	(37.920)	(40.268)
Baixa de arrendamentos	(7)	-	(5.119)	(5.126)
<b>SALDO EM 31.12.2020</b>	<b>2.490</b>	<b>2.012</b>	<b>97.215</b>	<b>101.717</b>

Consolidado				
OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO	Terrenos e imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Em 01 de janeiro de 2019 (adoção inicial)	2.601	2.215	71.811	76.627
Adições de arrendamentos	2.017	-	97.004	99.021
Remensurações	90	-	-	90
Pagamento da parcela	(1.697)	(1.104)	(34.824)	(37.625)
Despesa de juros	293	156	7.171	7.620
Baixa de arrendamentos	(34)	-	(66.343)	(66.377)
<b>SALDO EM 31.12.2019</b>	<b>3.270</b>	<b>1.267</b>	<b>74.819</b>	<b>79.356</b>
Adições de arrendamentos	380	1.731	64.474	66.585
Remensurações	333	38	3.434	3.805
Pagamento da parcela	(1.586)	(1.076)	(43.318)	(45.980)
Despesa de juros	256	87	6.944	7.287
Baixa de arrendamentos	(7)	-	(5.119)	(5.126)
<b>SALDO EM 31.12.2020</b>	<b>2.646</b>	<b>2.047</b>	<b>101.234</b>	<b>105.927</b>

**26.2 Cronograma de vencimento das obrigações por arrendamento**

OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO	31.12.2020
2021	47.228
2022	23.860
2023	19.732
2024	14.752
Após 2024	355
<b>TOTAL</b>	<b>105.927</b>

A Companhia, em conformidade com o CPC 06 (R2), na mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2). Essa vedação pode gerar distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro.

Para atender à orientação das áreas técnicas da CVM, previstas no Ofício-Circular CVM SNC/SEP 02/2019, a Companhia apresenta abaixo os efeitos estimados considerando a inflação futura projetada.

**CONSOLIDADO**

ATIVO DE DIREITO DE USO	
Conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16 (fluxo real)	101.717
Com efeito da Inflação (fluxo nominal)	109.781
OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO	
Conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16 (fluxo real)	105.927
Com efeito da Inflação (fluxo nominal)	113.989

**27. OUTROS DÉBITOS**

	Consolidado					
	31.12.2020			31.12.2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Empresa de Pesquisa Energética – EPE	2.789	-	2.789	2.317	-	2.317
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	5.550	-	5.550	4.607	-	4.607
Programa de Eficiência Energética - PEE	179.467	-	179.467	187.149	-	187.149
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	86.676	-	86.676	81.656	-	81.656
Quota de reserva global de reversão - RGR	997	-	997	1.147	-	1.147
Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT	-	-	-	1.077	-	1.077
Encargos regulatórios	275.479	-	275.479	277.953	-	277.953
Adiantamento de clientes	58.975	-	58.975	73.757	-	73.757
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	3.467	-	3.467	2.974	-	2.974
Taxa de iluminação pública	187.678	-	187.678	140.171	-	140.171
Reserva para reversão	-	46.622	46.622	-	54.393	54.393
Restituições consumidores	78.640	-	78.640	74.568	-	74.568
Provisão para demissão voluntária	-	-	-	20.764	-	20.764
Honorários de sucumbência – Acordo com Furnas	36.459	-	36.459	-	-	-
Outros	18.481	3	18.484	9.934	-	9.934
Outros	383.700	46.625	430.325	322.168	54.393	376.561
<b>TOTAL</b>	<b>659.179</b>	<b>46.625</b>	<b>705.804</b>	<b>600.121</b>	<b>54.393</b>	<b>654.514</b>



## 28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Segue abaixo um resumo das transações com partes relacionadas ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

### 28.1 Ativos e receitas

Consolidado								
Grupo do balanço, características do contrato e vínculo	Valor original	Período de vigência	Condições contratuais	Condições de rescisão ou término	Ativo		Receita	
					31.12.2020	31.12.2019	2020	2019
Cliente - Cobrança do encargo de uso de sistema de distribuição da controlada Light SESA com a CEMIG	N/A <sup>(a)</sup>	A partir de nov/2003. Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	90	93	1.821	997
Cliente - Cobrança do encargo de uso da rede básica da controlada Light SESA com a controlada em conjunto Lightger	N/A <sup>(a)</sup>	A partir de dez/2010. Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	-	31	387	374
Cliente - Cobrança do encargo de uso da rede básica da controlada Light Energia com a CEMIG	N/A <sup>(a)</sup>	A partir de dez/2002	Preço praticado no mercado regulado	N/A	-	14	165	189
Cliente - Cobrança referente a prestação de serviços da controlada Light Energia com a controlada em conjunto Lightger	4.325	dez/2012 a jun/2020	Termos e condições acordados entre as partes	N/A	-	86	403	1.156
Outros créditos - Adiantamento a fornecedores de faturas de energia e indenização operacional em função das alterações promovidas nas condições comerciais da controlada Lightcom com a Renova	N/A	N/A	Termos e condições acordados entre as partes	N/A	-	-	-	59.711
Cliente - Cessão de direitos e obrigações entre a controlada Lightcom e CEMIG	N/A	mar/2019 a dez/2019	Termos e condições acordados entre as partes	N/A	-	-	-	5.517
Cliente - Compromisso de venda de energia elétrica entre CEMIG e a controlada Lightcom	N/A	mar/2019 a dez/2019	Termos e condições acordados entre as partes	N/A	-	772	-	7.863

<sup>(a)</sup> Os contratos de encargo de uso de sistema de distribuição e encargo de uso da rede básica são faturados de acordo com a demanda de energia circulada na rede.

### 28.2 Passivos e despesas

Consolidado								
Grupo do balanço, características do contrato e vínculo	Valor original	Período de vigência	Condições contratuais	Condições de rescisão ou término	Passivo		Despesa	
					31.12.2020	31.12.2019	2020	2019
Fornecedor - Compromisso de compra de energia elétrica da controlada Light SESA com a CEMIG	275.238	jan/2010 a dez/2039	Preço praticado no mercado regulado	30% do saldo remanescente	2.873	4.475	(48.511)	(48.361)
Fornecedor - Compromisso com encargos de uso da rede básica da controlada Light SESA com a CEMIG	N/A <sup>(a)</sup>	A partir de dez/2002. Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	2.325	1.426	(21.716)	(16.511)
Fornecedor - Compromisso de compra de energia elétrica da controlada Light Energia com a controlada em conjunto Lightger	217.213	dez/2010 a jun/2028	Termos e condições acordados entre as partes	N/A	2.240	2.100	(23.218)	(21.590)
Outros débitos - Compromisso com serviços de consultoria da controlada Light SESA com a controlada em conjunto Axiom	N/A <sup>(b)</sup>	A partir de dez/2010. Vencimento indeterminado	IGP-M	N/A	1.441	1.698	(14.389)	(15.612)
Plano Previdenciário - Compromisso da controlada Light SESA com a Fundação de Seguridade Social - Braslight - Patrocinadora da fundação	N/A	A partir de dez/2020. Vencimento indeterminado	N/A	N/A	5.327	-	-	-
Fornecedor - Compromisso de compra de energia elétrica entre CEMIG e a controlada Lightcom	N/A	mar/2019 a dez/2019	Termos e condições acordados entre as partes	N/A	-	912	-	(35.793)

<sup>(a)</sup> Os contratos de encargo de uso de sistema de distribuição e encargo de uso da rede básica são faturados de acordo com a demanda de energia circulada na rede.

<sup>(b)</sup> O contrato de serviço é faturado de acordo com a necessidade de horas pendidas no serviço contratado.

Conforme mencionado nas notas explicativas 21 e 22 a Companhia é avalista dos empréstimos de suas controladas. Além disso, quando necessário, poderão existir mútuos entre a Companhia e suas controladas, contudo não foram realizadas transações desta natureza nos exercícios de 2020 e 2019. As transações com partes relacionadas foram efetuadas de acordo com os contratos entre as partes.

### 28.3 Remuneração dos administradores

Os montantes apresentados a seguir referem-se à remuneração da Diretoria, do Conselho de Administração, e do Conselho Fiscal, reconhecidos pelo regime de competência, relativo aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Honorários e benefícios de curto prazo	1.362	1.430	11.453	10.413
Bônus	536	523	5.284	5.229
Encargos Sociais	274	383	2.300	3.053
Benefícios pós-emprego	34	50	433	553
Benefícios assistenciais	59	63	1.236	1.199
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	38	245	377	2.453
Remuneração baseada em ações	3.821	2.626	3.821	2.626
<b>TOTAL</b>	<b>6.124</b>	<b>5.320</b>	<b>24.904</b>	<b>25.526</b>

Adicionalmente, a Companhia possui um programa de remuneração baseado em ações destinado aos seus administradores e empregados, conforme descrito na nota explicativa 31.

## 29. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 29.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o capital social da Light S.A. está representado por 303.934.060 (trezentos e três milhões, novecentos e trinta e quatro mil e sessenta) ações ordinárias escriturais e sem valor nominal, sendo o seu capital social de R\$4.100.822, sendo reduzido por gastos com emissão de ações no montante de R\$49.537, totalizando o montante de R\$4.051.285, conforme a seguir:

	31.12.2020		31.12.2019	
	Quantidade de ações (unidades)	% Participação	Quantidade de ações (unidades)	% Participação
ACIONISTAS				
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG	68.621.264	22,58	68.621.263	22,58
Samambaia Master Fundo de Investimento em Ações	53.266.310	17,53	-	-
Investimento no Exterior - BDR Nível 1				
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	-	-	19.083.308	6,28
Santander PB Fundo de Investimentos em Ações 1	30.602.520	10,07	-	-
Atmos Capital Gestão de Recursos Ltda.	17.095.597	5,62	-	-
Mercado	134.348.369	44,20	216.229.489	71,14
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>303.934.060</b>	<b>100,00</b>	<b>303.934.060</b>	<b>100,00</b>

A Light S.A. é uma Companhia Aberta de controle pulverizado (*"full Corporation"*), sem acordo de acionistas.

A Light S.A. está autorizada a aumentar o seu capital, mediante deliberação do Conselho de Administração e independentemente de reforma estatutária, até o limite de 408.934.060 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

#### 29.1.1 Alteração da composição acionária

Em 15 de janeiro de 2020, o BNDESPAR comunicou que, entre os dias 26 de dezembro de 2019 e 15 de janeiro de 2020, alienou a totalidade das ações ordinárias que detinha no capital social da Companhia e, portanto, deixou de ser acionista.

Em 16 de janeiro de 2020, o fundo Samambaia Master fundo de investimento em Ações Investimento no Exterior - BDR Nível 1 (*"FIA Samambaia"*) comunicou que passou a deter 22.730.000 (vinte e dois milhões e setecentos e trinta) ações ordinárias, representativas de 7,48% do capital social da Companhia e, em 27 de janeiro de 2020, informou que aumentou sua participação para 10,17%.

Em 17 de abril de 2020, o fundo comunicou que passou a deter 45.621.300 (quarenta e cinco milhões, seiscentos e vinte e um mil e trezentas) ações ordinárias, representativas de 15,01% do capital social da Companhia e, em 09 de junho de 2020, informou que aumentou sua participação para 20,01%.

Em 22 de outubro de 2020, o fundo Samambaia Master fundo de investimento em Ações Investimento no Exterior - BDR Nível 1 ("FIA Samambaia") comunicou que, em razão da alienação de ações, passou a deter 53.266.310 (cinquenta e três milhões, duzentas e sessenta e seis mil e trezentas e dez) ações ordinárias, representativas de 17,53% do capital social da Companhia.

Ademais, na mesma data, Carlos Alberto da Veiga Sicupira comunicou que, foi concluído o registro da operação privada, na qual adquiriu, diretamente, 15.200.000 (quinze milhões e duzentas mil) ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de 5,00% do seu capital social. Adicionalmente, informou que possui indiretamente, por meio de veículos financeiros, 14.898.855 ações ordinárias e derivativos de liquidação exclusivamente financeira referenciados em ações da Companhia, perfazendo o total de 30.098.855 ações, representativas de 9,90% do capital social.

Em 28 de outubro de 2020, a Atmos Capital Gestão de Recursos Ltda. ("Atmos Capital"), informou que passou a deter, direta e indiretamente, 17.095.597 ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de aproximadamente 5,62% do capital social da Companhia.

Em 04 de novembro de 2020, Carlos Alberto da Veiga Sicupira comunicou que, transferiu a totalidade das 15.200.000 (quinze milhões e duzentas mil) ações ordinárias de emissão da Companhia detidas diretamente por ele, representativas de 5,00% do seu capital social. Adicionalmente, informou que possui indiretamente, por meio de veículos financeiros, 30.602.520 (trinta milhões, seiscentas e duas mil e quinhentas e vinte) ações ordinárias e derivativos de liquidação exclusivamente financeira referenciados em ações da Companhia, representativas de 10,07% do capital social.

Também em 04 de novembro de 2020, o Santander PB Fundo de Investimentos em Ações 1 ("Santander PB FIA 1") informou que adquiriu 19.088.600 ações ordinárias de emissão da Companhia, e que, com essa aquisição, o Fundo passou a deter, aproximadamente 10,07% do capital social da Companhia.

## 29.2 Reservas

### 29.2.1 Reservas de capital

A Companhia oferece a seus administradores e a alguns colaboradores indicados pelo Conselho de Administração plano de opção de compra de ações da Companhia. As opções são precificadas pelo valor justo na data de concessão das outorgas, ajustadas a valor presente, e são reconhecidas de forma linear no resultado pelo prazo de concessão da opção em contrapartida ao patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2020, o montante de R\$9.434 é decorrente de opções outorgadas referente ao plano de opções.

## 29.2.2 Reservas de lucro

### Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória e foi constituída à base de 5% do lucro líquido de cada exercício, até os limites estabelecidos por Lei.

### Reserva de retenção de lucros

Constituída com o lucro líquido remanescente após as destinações com base em orçamento de capital aprovado pelo Conselho de Administração e pelas Assembleias Gerais Ordinárias.

### Reserva especial

Conforme artigo nº 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório não será obrigatório no exercício social em que a Administração informar à Assembleia geral ordinária ser o pagamento de dividendos incompatível com a situação financeira da Companhia.

Os lucros que deixarem de ser distribuídos serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que o permitir a situação financeira da companhia.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 28 de abril de 2020, foi aprovada a criação da reserva especial com o montante referente aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2019, no montante de R\$315.353.

## 29.3 Ajuste de avaliação patrimonial

São reconhecidos os efeitos do ajuste a valor justo do ativo imobilizado da controlada Light Energia registrado na data de transição da adoção da IFRS em 1º de janeiro de 2009, líquidos de efeitos de impostos diretos, a uma alíquota de 34%. À medida que os itens forem realizados, os valores registrados nessa conta serão transferidos para a conta de lucros ou prejuízos acumulados.

## 29.4 Outros resultados abrangentes

São reconhecidos a equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de controladas em conjunto e ganhos ou perdas atuariais decorrentes de alterações de premissas atuariais, como tabela de mortalidade, taxa de desconto das obrigações e também pelas variações no rendimento dos investimentos dos planos de benefício pós-emprego categorizado como de benefícios definidos. Os montantes apresentados estão líquidos de impostos diretos, quando aplicável, a uma alíquota de 34%. As variações em outros resultados abrangentes relacionadas a ganhos ou perdas atuariais não são reclassificadas para o resultado em períodos subsequentes.

## 29.5 Dividendos mínimos obrigatórios

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo nº 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Os dividendos propostos originalmente no encerramento de cada um dos exercícios foram calculados como se segue:

CÁLCULO DOS DIVIDENDOS PROPOSTOS	2020	2019
Lucro líquido do exercício	691.922	1.327.803
Constituição de reserva legal (5%)	(34.596)	(66.390)
<b>BASE DE CÁLCULO DOS DIVIDENDOS</b>	<b>657.326</b>	<b>1.261.413</b>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(164.332)	(315.353)
Realização de ajuste avaliação patrimonial	15.633	16.018
<b>LUCROS RETIDOS</b>	<b>508.627</b>	<b>962.078</b>

## 29.6 Resultado por ação

A tabela a seguir concilia o resultado líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, com os montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído.

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	691.922	1.327.803
Média ponderada do número de ações ordinárias	303.934.060	245.600.727
<b>LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÕES ORDINÁRIAS EM REAIS</b>	<b>2,2766</b>	<b>5,4063</b>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 não existiam diferenças entre o resultado por ação básico e diluído, uma vez que a Companhia não possuía nenhum instrumento com potencial dilutivo.

## 30. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

O programa de participação nos lucros e resultados, implantado em 1997, é corporativo e está atrelado principalmente ao resultado de lucro líquido e EBITDA consolidado da Companhia. O pagamento é composto por duas partes, sendo uma fixa e outra variável. O Programa vem evoluindo ao longo dos anos de forma a propiciar um maior engajamento dos empregados na melhoria dos resultados operacionais da Companhia e suas controladas.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo provisionado de participação nos lucros ou resultados da Companhia, na rubrica de obrigações trabalhistas, é de R\$39.610 (R\$33.928 em 31 de dezembro de 2019), com pagamento previsto para o mês de abril de 2021.

### 31. PLANO DE OUTORGA DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

---

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 04 de julho de 2019, foi aprovado o plano de opção de compra de ações da Companhia, destinado aos administradores e empregados da Companhia e de suas controladas. O Plano tem o objetivo de reforçar a retenção dos executivos, alinhar os interesses dos acionistas aos das pessoas elegíveis e criar valor para o negócio de forma sustentável e de longo prazo.

O número total de ações que poderão ser adquiridas ou subscritas no âmbito do Plano de opção não excederá 2,1% das ações representativas do capital social total da Companhia (incluídas as ações a serem emitidas em decorrência do exercício de opções com base no Plano de Opção) na data de aprovação do Plano de opção.

Uma vez exercida a opção pelos interessados, as referidas ações serão objeto de emissão através de aumento do capital da Companhia. As Opções se tornarão exercíveis na medida em que os respectivos beneficiários permanecerem vinculados como administrador ou empregado da Companhia ou de outra sociedade sob seu controle, pelo período compreendido entre a data de outorga e as datas especificadas abaixo, conforme segue:

- (a) 25% (vinte e cinco por cento) das Opções poderão ser exercidas, no todo ou em parte, após o 1º aniversário da data de outorga;
- (b) 25% (vinte e cinco por cento) das Opções poderão ser exercidas, no todo ou em parte, após o 2º aniversário da data de outorga;
- (c) 25% (vinte e cinco por cento) das Opções poderão ser exercidas, no todo ou em parte, após o 3º aniversário da data de outorga; e
- (d) 25% (vinte e cinco por cento) das Opções poderão ser exercidas, no todo ou em parte, após o 4º aniversário da data de outorga.

As Opções não exercidas após o 1º aniversário da data de outorga poderão ser exercidas nos períodos subsequentes e assim sucessivamente para as Opções não exercidas após os demais aniversários até o prazo máximo de vigência das opções, que será de 5 (cinco) anos a partir da data de outorga.



### 31.1 Preço de exercício das opções

O preço de exercício das Opções outorgadas nos termos do Plano é de R\$20,54, correspondente à média da cotação das ações da Companhia na B3 S.A., ponderada pelo volume de negociação, nos sessenta pregões anteriores a criação do plano.

O preço de exercício será reduzido pelo valor dos dividendos, juros sobre o capital próprio e outros proventos distribuídos pela Companhia aos acionistas ou quaisquer outros valores por ação colocados à disposição dos acionistas pela Companhia, inclusive em função de redução de capital social sem o cancelamento de ações ou qualquer outra operação societária que implique alocação de recursos aos acionistas ou redução do valor da ações, sempre considerado o período compreendido entre a data de outorga e a data do exercício das opções.

### 31.2 Beneficiários

Durante o prazo de um ano contado da data de exercício das Opções, os beneficiários não poderão vender, ceder ou, de qualquer forma, alienar as ações da Companhia originalmente adquiridas ou subscritas ao amparo do Plano, bem como aquelas que venham a ser por eles adquiridas em virtude de bonificações, desdobramentos, subscrições ou qualquer outra forma de aquisição e direitos de subscrição de ações ou quaisquer outros valores mobiliários de emissão da Companhia conversíveis em ações ou que outorguem direito à subscrição de ações ("*Lock-Up*").

Até 31 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração outorgou 4.282.632 (quatro milhões, duzentos e oitenta e duas mil, seiscentos e trinta e duas) Opções aos beneficiários. Adicionalmente, a Companhia ainda emitiu 454.568 outorgas de *Phanton Options*.

### 31.3 Impactos contábeis

As opções são reconhecidas pelo valor justo, a débito na demonstração do resultado, na rubrica de despesas de pessoal e a crédito no patrimônio líquido, na rubrica de reserva de capital. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi registrado o montante de R\$6.255 (R\$3.179 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019).

### 32. RECEITA LÍQUIDA

	Consolidado	
	2020	2019
Fornecimento, suprimento, receita de uso da rede (Nota 32.1)	17.644.526	18.723.813
(-) Multa por violação de padrão de indicador de continuidade	(26.358)	(38.879)
Mecanismo de venda excedente (MVE)	20.722	-
Arrendamentos, aluguéis e outras	89.522	80.680
Receita de construção	787.778	726.368
Renda de prestação de serviço	12.098	34.984
Subvenção CDE	256.139	269.645
Serviço taxado	3.880	6.464
Valor justo do ativo financeiro da concessão (Nota 14)	242.872	153.267
Recuperação de créditos de PIS e COFINS sobre ICMS (Nota 10.1)	-	1.086.462
Reconhecimento do acordo com Furnas	459.541	-
Receita não faturada - Aportes da CCRBT (Nota 13)	38.643	92.963
Ativos e passivos financeiros do setor (Nota 13)	712.846	(68.885)
<b>RECEITA BRUTA</b>	<b>20.242.209</b>	<b>21.066.882</b>
ICMS	(4.236.636)	(4.415.730)
PIS e COFINS	(1.426.974)	(1.605.923)
Outros	(4.921)	(4.476)
<b>IMPOSTOS SOBRE RECEITA</b>	<b>(5.668.531)</b>	<b>(6.026.129)</b>
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(1.303.788)	(1.448.599)
Reserva Global de Reversão - RGR	(12.865)	(13.613)
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(12.407)	(12.059)
Fundo Nacional de Desenvolvimento - FNDCT	(24.814)	(24.123)
Eficiência Energética - PEE	(46.948)	(49.531)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(24.814)	(24.123)
Outros encargos - PROINFA	(41.392)	(47.919)
Outros encargos	(33.182)	(31.219)
<b>ENCARGOS DO CONSUMIDOR</b>	<b>(1.500.210)</b>	<b>(1.651.186)</b>
<b>TOTAL DAS DEDUÇÕES</b>	<b>(7.168.741)</b>	<b>(7.677.315)</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>13.073.468</b>	<b>13.389.567</b>

#### Reconhecimento do Acordo entre a controlada Light SESA e Furnas

Em 22 de dezembro de 2020, em virtude da celebração do acordo com Furnas, decorrente de uma causa estritamente vinculada à operação da controlada Light SESA, qual seja a cobrança indevida praticada por Furnas no de 1986 a respeito das tarifas de repasses enquanto vigia o congelamento de preços do Plano Cruzado, conforme nota explicativa 12, a controlada Light SESA reconheceu uma receita de R\$496.000 subtraídos os honorários de sucumbência no montante de R\$36.459, conforme nota explicativa 27.

#### Recuperação de créditos de PIS e COFINS sobre ICMS

Em virtude da decisão favorável referente ao processo judicial que reconheceu o direito de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia contabilizou uma receita de R\$1.086.462 referente aos valores dos créditos a serem restituídos de janeiro de 2002 a agosto de 2009, conforme nota explicativa 10.

### 32.1 Fornecimento, suprimento de energia elétrica e receita de uso da rede

	Consolidado					
	N.º de contas faturadas <sup>(a)</sup> <sup>(b)</sup> <sup>(c)</sup>		GWh <sup>(a)</sup>		R\$	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Residencial	3.974.916	4.059.333	8.339	8.414	5.653.851	5.589.932
Industrial	9.152	9.959	477	569	292.155	355.701
Comércio, serviços e outras	320.887	329.735	4.587	5.496	2.960.811	3.571.637
Rural	8.816	8.799	54	55	10.000	9.524
Poder público	12.392	12.062	1.278	1.483	737.625	900.371
Iluminação pública	746	756	764	825	290.878	313.578
Serviço público	1.775	1.722	975	1.028	414.160	448.392
Consumo próprio	449	452	146	116	-	-
Receita de uso da rede	1.224	975	9.083	9.672	1.430.404	1.386.114
<b>FORNECIMENTO FATURADO</b>	<b>4.330.357</b>	<b>4.423.793</b>	<b>25.703</b>	<b>27.658</b>	<b>11.789.884</b>	<b>12.575.249</b>
ICMS	-	-	-	-	4.226.539	4.406.039
Fornecimento não faturado (líquido de ICMS)	-	-	-	-	131.827	88.166
<b>TOTAL FORNECIMENTO</b>	<b>4.330.357</b>	<b>4.423.793</b>	<b>25.703</b>	<b>27.658</b>	<b>16.148.250</b>	<b>17.069.454</b>
Comercialização de energia/outras	-	-	4.541	4.757	1.116.670	1.338.082
ICMS	-	-	-	-	10.097	9.690
Energia de curto prazo	-	-	337	1.478	369.509	306.587
<b>TOTAL SUPRIMENTO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.878</b>	<b>6.235</b>	<b>1.496.276</b>	<b>1.654.359</b>
<b>TOTAL</b>	<b>4.330.357</b>	<b>4.423.793</b>	<b>30.581</b>	<b>33.893</b>	<b>17.644.526</b>	<b>18.723.813</b>

<sup>(a)</sup> Não auditado pelos auditores independentes

<sup>(b)</sup> Número de contas faturadas em dezembro, com e sem consumo

<sup>(c)</sup> Informações relativas a controlada Light SESA

### 33. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

CUSTOS E DESPESAS	Consolidado					
	Custos com energia		Custos de operação		Despesas gerais e administrativas	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Pessoal e administradores	-	-	(292.102)	(298.958)	(132.415)	(130.861)
Materiais	-	-	(28.231)	(20.787)	(747)	(1.910)
Serviços de terceiros	-	-	(276.076)	(334.290)	(201.518)	(206.533)
Energia elétrica comprada para revenda (nota 33.1)	(7.995.275)	(8.211.044)	-	-	-	-
Depreciação e amortização	-	-	(565.701)	(562.188)	(25.208)	(24.999)
Provisão esperada para crédito de liquidação duvidosa (PECLD) <sup>(a)</sup>	-	-	-	-	(618.670)	(1.127.169)
Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios, depósitos judiciais e PDV	-	-	-	-	(293.425)	(412.641)
Custo de construção	-	-	(787.778)	(726.368)	-	-
Multas financeiras de clientes e fornecedores	-	-	107.248	121.235	-	-
Outras despesas e custos operacionais	-	-	(40.273)	(10.783)	(19.521)	(67.783)
<b>TOTAL</b>	<b>(7.995.275)</b>	<b>(8.211.044)</b>	<b>(1.882.913)</b>	<b>(1.832.139)</b>	<b>(1.291.504)</b>	<b>(1.971.896)</b>

<sup>(a)</sup> Durante o exercício de 2019, foi realizada uma provisão esperada para crédito de liquidação duvidosa na controlada Lightcom no montante de R\$277.654 tendo em vista a recuperação judicial da Renova Energia e a incerteza do recebimento dos créditos que a controlada Lightcom detinha. Ademais, foi realizada provisão esperada para crédito de liquidação duvidosa na controlada Light SESA no montante de R\$36.834 referente a serviços prestados.

### 33.1 Energia elétrica comprada para revenda

	Consolidado			
	GWh <sup>(a)</sup>		R\$	
	2020	2019	2020	2019
Energia comprada para revenda				
Mercado de curto prazo CCEE	(2.337)	(942)	(633.126)	(1.472.549)
Itaipu – Binacional	4.617	4.610	(1.575.936)	(1.163.939)
UTE Norte Fluminense	6.368	6.352	(2.681.097)	(2.438.378)
Leilão de energia	12.313	10.543	(2.450.221)	(2.670.587)
Cotas de garantia física	6.211	6.384	(678.496)	(655.853)
Cota de nucleares	864	866	(239.857)	(219.232)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição				
Encargos uso da rede básica e ONS	-	-	(1.121.947)	(822.409)
Encargos de conexão - Transmissão	-	-	(72.700)	(70.968)
Encargos uso da rede distribuição - CUSD	-	-	(3.990)	(3.030)
Transporte de energia – Itaipu	-	-	(134.925)	(117.681)
PROINFA	436	459	(133.479)	(171.072)
Crédito de PIS/COFINS sobre compra	-	-	904.382	839.629
ICMS sobre compra <sup>(b)</sup>	-	-	826.117	755.025
<b>TOTAL</b>	<b>28.472</b>	<b>28.272</b>	<b>(7.995.275)</b>	<b>(8.211.044)</b>

<sup>(a)</sup> Não auditado pelos auditores independentes

<sup>(b)</sup> Crédito proveniente do Decreto nº 46.207, no qual o Estado do Rio de Janeiro revogou o diferimento tributário do ICMS sobre compras de máquinas, equipamentos, materiais e gás natural.

### 34. RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado	
	2020	2019
<b>RECEITA</b>		
Acréscimo moratório sobre venda de energia	83.585	80.379
Rendimento sobre equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	47.694	80.298
Operações de <i>swap</i>	887.405	205.559
Atualização de depósitos judiciais	4.519	9.624
Atualização de ativos e passivos financeiros do setor (nota 13)	24.849	20.916
Atualização dos créditos de PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo (nota 11)	29.171	1.461.190
Outras receitas financeiras	19.445	43.433
<b>TOTAL DAS RECEITAS FINANCEIRAS</b>	<b>1.096.668</b>	<b>1.901.399</b>
<b>DESPESA</b>		
Atualização monetária das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios	(54.770)	(17.799)
Despesas com passivos tributários	(8.191)	(12.047)
Encargos de empréstimos, financiamentos e debêntures	(543.360)	(691.579)
Variação cambial e monetária	(773.636)	(176.795)
Variação cambial sobre faturas de energia	(35.279)	596
Atualização monetária sobre o GSF	(359.605)	(39.472)
PIS e COFINS sobre receita financeira	(11.250)	(80.071)
Outras despesas financeiras	(44.237)	(182.618)
<b>TOTAL DAS DESPESAS FINANCEIRAS</b>	<b>(1.830.328)</b>	<b>(1.199.785)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(733.660)</b>	<b>701.614</b>

## 35. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

### 35.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

O quadro abaixo apresenta os valores contábeis e valores justos dos principais ativos e passivos financeiros da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

	Níveis	Controladora			
		31.12.2020		31.12.2019	
		Contabilizado	Valor Justo	Contabilizado	Valor Justo
<b>ATIVOS FINANCEIROS (CIRCULANTE/NÃO CIRCULANTE)</b>					
MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO					
Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e bancos (Nota 07)	2	103	103	93	93
Serviços prestados a receber	2	829	829	30	30
Depósitos vinculados a litígios	2	684	684	654	654
Outros créditos	2	755	755	2.272	2.272
MENSURADO A VALOR JUSTO POR MEIO DE RESULTADO					
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações Financeiras de liquidez imediata (Nota 07)	2	7.642	7.642	71.438	71.438
Títulos e valores mobiliários (Nota 08)	2	70.781	70.781	8.716	8.716
<b>TOTAL</b>		<b>80.794</b>	<b>80.794</b>	<b>83.203</b>	<b>83.203</b>
<b>PASSIVO FINANCEIROS (CIRCULANTE)</b>					
MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO					
Fornecedores	2	136	136	1.017	1.017
Outros débitos	2	386	386	527	527
<b>TOTAL</b>		<b>522</b>	<b>522</b>	<b>1.544</b>	<b>1.544</b>

		Consolidado			
		31.12.2020		31.12.2019	
	Níveis	Contabilizado	Valor Justo	Contabilizado	Valor Justo
<b>ATIVOS FINANCEIROS (CIRCULANTES/NÃO CIRCULANTES)</b>					
MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO					
Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e bancos (Nota 07)	2	38.562	38.562	52.453	52.453
Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes (Nota 09)	2	4.270.741	4.270.741	3.649.639	3.649.639
Serviços prestados a receber	2	45.017	45.017	31.349	31.349
Depósitos vinculados a litígios	2	242.132	242.132	272.853	272.853
Ativos financeiros do setor (Nota 13)	3	73.719	73.719	662.067	662.067
Outros créditos (Nota 12)	2	459.400	459.400	259.541	259.541
MENSURADO A VALOR JUSTO POR MEIO DE RESULTADO					
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações Financeiras de liquidez imediata (Nota 07)	2	614.638	614.638	943.885	943.885
Títulos e valores mobiliários (Nota 08)	2	2.436.476	2.436.476	681.690	681.690
Ativo financeiro da concessão (Nota 14)	3	5.197.313	5.197.313	4.748.294	4.748.294
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	2	1.116.503	1.116.503	372.854	372.854
<b>TOTAL</b>		<b>14.494.501</b>	<b>14.494.501</b>	<b>11.674.625</b>	<b>11.674.625</b>
<b>PASSIVO FINANCEIROS (CIRCULANTES/NÃO CIRCULANTES)</b>					
MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO					
Fornecedores (Nota 19)	2	3.439.767	3.439.767	2.546.345	2.546.345
Empréstimos e financiamentos (Nota 21)	2	4.410.729	3.548.796	4.307.225	3.876.866
Debêntures (Nota 22)	2	5.273.240	5.359.474	4.459.315	3.851.055
Obrigações por arrendamento mercantil (Nota 26)	2	105.927	105.927	79.356	79.356
Outros débitos (Nota 27)	2	705.804	705.804	654.514	654.514
MENSURADO A VALOR JUSTO POR MEIO DE RESULTADO					
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	2	-	-	34.575	34.575
<b>TOTAL</b>		<b>13.935.467</b>	<b>13.159.768</b>	<b>12.081.330</b>	<b>11.042.711</b>

## Métodos e técnicas de avaliação

É importante ressaltar que o valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado pela Administração para produzir a estimativa do valor justo mais adequada.

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a Companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Em relação ao ativo financeiro da concessão, classificado como valor justo por meio do resultado, a inclusão no nível 3 se deve ao fato dos fatores relevantes para avaliação a valor justo não serem publicamente observáveis. A movimentação entre os períodos e os respectivos ganhos ou perdas no resultado do período estão evidenciados, assim como as premissas, na nota explicativa 13.

## 35.2 Gerenciamento de riscos e objetivos alcançados

### 35.2.1 Risco de mercado

No curso normal de seus negócios, a Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado relacionados a variações cambiais e taxas de juros. Segue abaixo o quadro com a abertura da dívida por moeda e indexador (não inclui encargos financeiros):

	Consolidado			
	31.12.2020		31.12.2019	
	R\$	R\$	R\$	%
USD	2.858.210	29,8	2.261.255	26,0
TOTAL - MOEDA ESTRANGEIRA	2.858.210	29,8	2.261.255	26,0
CDI	3.025.723	31,6	3.456.349	39,7
IPCA	3.597.490	37,6	2.764.480	31,8
TJLP	14.171	0,1	85.867	1,0
Outros	88.777	0,9	127.512	1,5
TOTAL - MOEDA NACIONAL	6.726.161	70,2	6.434.208	74,0
TOTAL	9.584.371	100,0	8.695.463	100,0

Para o montante da dívida em moeda estrangeira, foram contratados instrumentos de derivativos financeiros, na modalidade de *swap*, de acordo com a política para utilização de instrumentos derivativos aprovada pelo Conselho de Administração. Dessa forma, considerando os swaps, a exposição cambial da Companhia relacionada à dívida, em 31 de dezembro de 2020, é de 0,2% do total da dívida em moeda estrangeira (0,31% em 31 de dezembro de 2019).



### 35.2.2 Risco de taxa de câmbio

Para a parte dos empréstimos e financiamentos denominada em moeda estrangeira, a Companhia se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de “swap”) para proteção do serviço associado a tais dívidas (principal mais juros e comissões) a vencer em até 24 meses. As captações realizadas através da Resolução BACEN 4.131 no contrato celebrado com o Citibank e a emissão dos *Bonds* no Mercado Internacional, já foram contratadas com *swap* para todo o prazo da dívida, devidamente pré-aprovadas pelo Conselho de Administração.

Segue abaixo o quadro com a composição das operações de derivativos existentes em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

Instituição	Controlada	Moeda	Light Recebe	Light Paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nocial (R\$) 31.12.2020	Valor Nocial (US\$) 31.12.2020	Swap (accrual) (R\$) 31.12.2020	Swap valor justo (contábil) (R\$) 31.12.2020	Valor Justo x Accrual 31.12.2020
Citibank	Light SESA	US\$	US\$+Libor3M+1,02%	CDI+1,50%	05.09.2019	08.09.2021	415.736	80.000	(81.552)	(78.204)	3.348
Bradesco (Bond)	Light SESA	US\$	US\$+7,25 % a.a.	143,10% CDI	03.05.2018	03.05.2023	519.670	100.000	(104.400)	(236.151)	(131.751)
Bradesco (Bond)	Light SESA	US\$	US\$+7,25 % a.a.	142,48% CDI	03.05.2018	03.05.2023	831.472	160.000	(347.999)	(378.199)	(30.200)
Santander (Bond)	Light SESA	US\$	US\$+1,27940 % a.a.	18,62% CDI	03.05.2018	03.05.2023	86.433	16.632	(2.256)	(25.750)	(23.494)
Citibank	Light Energia	US\$	US\$+Libor3M+0,91%	CDI+1,30%	05.09.2019	08.09.2021	415.736	80.000	(81.566)	(78.290)	3.276
Itaú (Bond)	Light Energia	US\$	US\$+7,25 % a.a.	143,10% CDI	03.05.2018	03.05.2023	519.670	100.000	(175.959)	(236.151)	(60.192)
BBM (Bond)	Light Energia	US\$	US\$+7,25 % a.a.	142,75% CDI	03.05.2018	03.05.2023	155.901	30.000	(52.789)	(70.883)	(18.094)
Santander (Bond)	Light Energia	US\$	US\$+1,27940 % a.a.	18,62% CDI	03.05.2018	03.05.2023	43.216	8.316	(1.128)	(12.875)	(11.747)
<b>TOTAL</b>							<b>2.987.834</b>	<b>574.948</b>	<b>(847.649)</b>	<b>(1.116.503)</b>	<b>(268.854)</b>

Instituição	Controlada	Moeda	Light Recebe	Light Paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nocial (R\$) 31.12.2019	Valor Nocial (US\$) 31.12.2019	Swap (accrual) (R\$) 31.12.2019	Swap valor justo (contábil) (R\$) 31.12.2019	Valor Justo x Accrual 31.12.2019
Citibank	Light SESA	US\$	US\$+Libor3M+1,02%	CDI+1,50%	05.09.2019	08.09.2021	362.763	90.000	13.410	18.322	4.912
Bradesco (Bond)	Light SESA	US\$	US\$+7,25 % a.a.	143,10% CDI	03.05.2018	03.05.2023	403.070	100.000	(33.545)	(89.835)	(56.290)
Bradesco (Bond)	Light SESA	US\$	US\$+7,25 % a.a.	142,48% CDI	03.05.2018	03.05.2023	644.912	160.000	(112.038)	(144.381)	(32.343)
Santander (Bond)	Light SESA	US\$	US\$+1,27940 % a.a.	18,62% CDI	03.05.2018	03.05.2023	67.039	16.632	(884)	(14.523)	(13.639)
Citibank	Light Energia	US\$	US\$+Libor3M+0,91%	CDI+1,30%	05.09.2019	08.09.2021	322.456	80.000	11.901	16.253	4.352
Itaú (Bond)	Light Energia	US\$	US\$+7,25 % a.a.	143,10% CDI	03.05.2018	03.05.2023	403.070	100.000	(55.908)	(89.835)	(33.927)
BBM (Bond)	Light Energia	US\$	US\$+7,25 % a.a.	142,75% CDI	03.05.2018	03.05.2023	120.921	30.000	(16.775)	(27.019)	(10.244)
Santander (Bond)	Light Energia	US\$	US\$+1,27940 % a.a.	18,62% CDI	03.05.2018	03.05.2023	33.520	8.316	(442)	(7.261)	(6.819)
<b>TOTAL</b>							<b>2.357.751</b>	<b>584.948</b>	<b>(194.281)</b>	<b>(338.279)</b>	<b>(143.998)</b>

O valor contabilizado encontra-se mensurado pelo seu valor justo em 31 de dezembro de 2020 e de 2019. Todas as operações com instrumentos financeiros derivativos encontram-se registradas em câmaras de liquidação e custódia e não existe nenhuma margem depositada em garantia. As operações não possuem custo inicial.

A diferença entre o valor na curva (*accrual*) e o valor a mercado se dá pela distinta metodologia de cálculo, pois enquanto o saldo de *swap* na curva é calculado pelo valor do principal mais juros e câmbio atualizados até 31 de dezembro de 2020, o saldo do *swap* a mercado é calculado considerando a curva futura dos indicadores descontada pelo cupom cambial.

Em atendimento às práticas contábeis brasileiras e ao IFRS, o valor dos instrumentos de derivativos é registrado a valor justo, que se aproxima aos valores de mercado.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de câmbio, demonstrando os possíveis impactos no resultado financeiro da Companhia. Essas análises de sensibilidade foram preparadas assumindo que o valor dos saldos patrimoniais estivesse em aberto durante todo o período.

A metodologia utilizada para o “cenário provável” considerou a melhor estimativa da taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2021. Vale lembrar que, por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro nos próximos doze meses, consideraram-se os saldos da dívida em 31 de dezembro de 2020. É importante salientar que o saldo das aplicações financeiras oscilará de acordo com a necessidade ou disponibilidade de caixa da Companhia, bem como o comportamento dos saldos de dívida e derivativos respeitará seus respectivos contratos.

Análise de sensibilidade da taxa de câmbio, com apresentação dos efeitos no resultado antes dos impostos, utilizando as taxas e as projeções da B3 e BNDES em 31 de dezembro de 2020.

OPERAÇÃO	Controlada	Risco	Dívida - US\$ Mil	R\$		
				Cenário provável (I)	Cenário (II) + 25%	Cenário (III) + 50%
PASSIVOS FINANCEIROS				(37.867)	(772.076)	(1.506.282)
TN - Par Bond	Light SESA	US\$	39.422	(2.676)	(54.561)	(106.447)
TN - Caução - Par Bond	Light SESA	US\$	(37.441)	2.542	51.819	101.096
TN - Discount Bond	Light SESA	US\$	27.288	(1.852)	(37.768)	(73.683)
TN - Caução - Discount Bond	Light SESA	US\$	(26.029)	1.767	36.025	70.283
4131 Citibank 2019	Light SESA	US\$	80.068	(5.435)	(110.816)	(216.196)
Bonds	Light SESA	US\$	262.985	(17.852)	(363.978)	(710.103)
4131 Citibank 2019	Light Energia	US\$	80.062	(5.435)	(110.808)	(216.180)
Bonds	Light Energia	US\$	131.492	(8.926)	(181.989)	(355.052)
DERIVATIVOS				37.648	767.589	1.497.532
Swaps de moeda (ponta ativa)	Light SESA	US\$	(343.052)	23.287	474.793	926.300
Swaps de moeda (ponta ativa)	Light Energia	US\$	(211.554)	14.361	292.796	571.232
<b>TOTAL DE PERDA</b>				<b>(219)</b>	<b>(4.487)</b>	<b>(8.750)</b>
Referência para Ativos e Passivos Financeiros					+25%	+50%
Cotação R\$/US\$ (em 31.12.2021)				5,26	6,58	7,90

### 35.2.3 Risco de taxa de juros

Este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros não só sobre a despesa financeira associada aos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia, como também sobre as receitas financeiras oriundas de suas aplicações financeiras. A política para utilização de derivativos aprovada pelo Conselho de Administração não compreende a contratação de instrumentos contra esse risco. No entanto, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de forma a avaliar a eventual necessidade de contratar derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas, sendo que, para estes casos, é solicitada aprovação prévia ao Conselho de Administração.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas não possuíam contratos de *swap* de juros em aberto.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de juros, demonstrando os possíveis impactos no resultado antes dos impostos. Essas análises de sensibilidade foram preparadas assumindo que o valor dos saldos patrimoniais estivesse em aberto durante todo o período.

A metodologia utilizada para o “cenário provável” considerou a melhor estimativa da taxa de juros em 31 de dezembro de 2021. Vale lembrar que por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro nos próximos doze meses, consideraram-se os saldos da dívida e das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2020. É importante salientar que o comportamento dos saldos de dívida e derivativos respeitará seus respectivos contratos, bem como o saldo das aplicações financeiras oscilará de acordo com a necessidade ou disponibilidade de caixa da Companhia.

Análise de sensibilidade das taxas de juros, com apresentação dos efeitos no resultado antes dos impostos, utilizando as taxas e as projeções da B3 e BNDES em 31 de dezembro de 2020.

OPERAÇÃO	Controlada	R\$		
		Cenário provável (I)	Cenário (II) + 25%	Cenário (III) + 50%
<b>ATIVOS FINANCEIROS</b>		17.254	(5.186)	(27.627)
Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários <sup>(a)</sup>		17.254	(5.186)	(27.627)
<b>PASSIVOS FINANCEIROS POR RISCOS</b>		(2.241)	(69.558)	(136.876)
Libor6M	Light SESA	(25)	(123)	(221)
Libor3M	Light SESA	(37)	(287)	(538)
CDI	Light SESA	(3.555)	(26.662)	(49.769)
IPCA	Light SESA	1.459	(41.689)	(84.836)
TJLP	Light SESA	-	(158)	(316)
SELIC	Light SESA	(9)	(65)	(121)
CDI	Light Energia	(38)	(284)	(530)
Libor 3M	Light Energia	(36)	(286)	(536)
TJLP	Light Conecta	-	(4)	(9)
<b>DERIVATIVOS</b>		(2.896)	(21.719)	(40.542)
Swaps de moedas (ponta passiva) <sup>(a)</sup>		(2.896)	(21.719)	(40.542)
<b>TOTAL DE GANHO (PERDA)</b>		<b>12.117</b>	<b>(96.463)</b>	<b>(205.045)</b>
Referência para ATIVOS FINANCEIROS			-25%	-50%
CDI (% em 31.12.2021)		2,86%	2,15%	1,43%
Referência para PASSIVOS FINANCEIROS			+25%	+50%
CDI (% em 31.12.2021)		2,86%	3,58%	4,29%
TJLP (% em 31.12.2021)		4,55%	5,69%	6,83%
IPCA (% em 31.12.2021)		4,48%	5,60%	6,72%
Selic (% em 31.12.2021)		2,86%	3,58%	4,29%
Libor3M (% em 31.12.2021)		0,24%	0,30%	0,36%
Libor6M (% em 31.12.2021)		0,27%	0,34%	0,41%

<sup>(a)</sup> Inclui as controladas do grupo Light

#### 35.2.4 Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência dos seus consumidores ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia utiliza de todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de clientes inadimplentes em empresas de proteção ao crédito e cobrança judicial. O risco de crédito das contas a receber encontra-se pulverizado considerando a base de clientes da Companhia. Uma análise de redução ao valor recuperável é efetuada a cada data de reporte usando uma matriz de provisão para avaliar as perdas de crédito esperadas. A exposição máxima ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2020 é o valor contábil de cada classe de ativos financeiros divulgada na Nota 9. O Grupo não possui ou mantém ativos que tenham sido dados em garantia por terceiros.

No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. A Companhia possui uma política de não manter a carteira concentrada em uma determinada instituição financeira. Desta forma, a política tem como princípio controlar a concentração da carteira através de limites impostos aos Grupos e acompanhar as instituições financeiras através do seu patrimônio líquido e de seus *ratings*.

Por meio de sua política a Companhia poderá aplicar os recursos em produtos de renda fixa, pós-fixados indexados ao CDI e Títulos públicos pós-fixados.

#### 35.2.5 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os recursos captados são apresentadas nas notas explicativas 21 e 22.

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial, do mercado financeiro e de empresas ligadas, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio do acompanhamento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros e de seus limites de indicadores financeiros e cláusulas restritivas (*covenants*).

As notas de crédito (*rating*) atribuídas à Companhia pelas agências de classificação de risco são como seguem:

Ratings	Nacional	Internacional	Data de publicação
Fitch	AA-	BB-	21.01.2021
S&P	AA+	-	15.07.2019
Moody's	A2.br	Ba3	30.09.2020

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica. O prolongamento da geração de energia por meio de termelétricas pode pressionar o aumento dos custos para as distribuidoras de energia, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa no curto prazo, que são recuperáveis dentro do arcabouço regulatório vigente, e pode impactar em aumentos tarifários futuros. Com a cobrança das bandeiras tarifárias, a Companhia diminui, em parte, uma maior exposição da variação do custo de compra de energia, reduzindo assim, o risco de liquidez.

O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais, as quais incluem juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, são apresentadas conforme quadro abaixo:

Consolidado				
Instrumentos a taxas de juros:	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Total
Pós Fixadas				
Empréstimos, Financiamentos e debêntures	(119.629)	(2.597.257)	(7.280.762)	(9.997.648)
Pré-Fixadas				
Empréstimos, Financiamentos e debêntures	(10.749)	(47.404)	(106.233)	(164.386)
Fornecedores	(3.439.767)	-	-	(3.439.767)
Swap	(52.521)	(157.564)	(906.419)	(1.116.504)
<b>TOTAL</b>	<b>(3.622.666)</b>	<b>(2.802.225)</b>	<b>(8.293.414)</b>	<b>(14.718.305)</b>

### 35.2.6 Risco de sobrecontratação ou subcontratação de energia

A venda ou compra de energia no mercado de curto prazo ("MCP") para cobrir exposição positiva ou negativa da energia contratada para atendimento ao mercado cativo da controlada Light SESA é um risco inerente ao negócio de distribuição de energia elétrica. O limite regulatório para o repasse integral aos consumidores da exposição ao MCP, valorada pela diferença entre o preço médio de compra de energia da distribuidora e o preço de liquidação de diferenças (PLD) é 105% da energia requerida regulatória da distribuidora. As exposições que, comprovadamente, decorram de fatores que fogem ao controle da distribuidora (exposições involuntárias), também, podem ser repassadas integralmente aos consumidores.

A estratégia para contratação de energia pela Companhia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atendimento ao mercado cativo. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração de volume, preços e período de suprimento, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

As incertezas do cenário macroeconômico e meteorológico impactam significativamente as projeções da carga para contratação. Porém os modelos utilizados norteiam as contratações com níveis de riscos aceitáveis e no decorrer do tempo há a necessidade de ajustes sobre as previsões.

Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão da necessidade de aquisição de energia com antecedência de até sete anos em relação ao início do suprimento da energia elétrica adquirida e à expectativa de preços futuros. O não atendimento a 100% do mercado poderá ensejar a aplicação de penalidades por insuficiência de contratação, além de não repasse dos custos integrais de compra de energia no Mercado de Curto Prazo às tarifas. As penalidades decorrentes do não atendimento à totalidade do mercado de energia elétrica dos agentes de distribuição não serão aplicáveis na hipótese de exposição contratual involuntária reconhecida pela ANEEL.

Adicionalmente, a ANEEL não repassará os custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, caso o nível de contratação seja superior a cento e cinco por cento (105%) do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição.

Para mitigação dos riscos de sobre e subcontratação (exposição), há instrumentos previstos na regulamentação tais como (i) leilões de ajuste, (ii) MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits) de energia nova e existente, (iii) acordos bilaterais de redução contratual, (iv) venda de energia temporária, (v) opção por redução dos CCEAR's de energia existente devido a migração de clientes ao mercado livre, acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº 10.848/2004 e outras variações de mercado, (vi) Mecanismo de Venda de Excedentes e (vii) o reconhecimento de sobrecontratação ou exposição involuntária.



Conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 453, de 18 de outubro de 2011, a eventual exposição ou sobrecontratação involuntária à qual as Distribuidoras possam ser submetidas, por fatos alheios a sua vontade, poderá ser repassada às respectivas tarifas. Este repasse deverá ser concedido, desde que os agentes de distribuição utilizem de todos os mecanismos previstos na regulamentação para atendimento à obrigação de contratação da totalidade de seu mercado de energia elétrica.

A diferença não repassada à tarifa do consumidor é absorvida pela concessionária podendo resultar em risco ou oportunidade, dependendo do cenário de preços de energia ao longo do ano.

A controlada Light SESA encerrou o ano de 2016 com um nível de contratação de 106,2%. Conforme regulamentação vigente, o montante de energia que exceder o limite regulatório de 105% e que não seja caracterizado como involuntário é liquidado no mercado de Curto Prazo (mercado SPOT) e as diferenças em relação ao preço médio dos contratos afetam o resultado econômico da distribuidora. Em consequência, não obstante o fato de haver processo na ANEEL para caracterização integral da sobrecontratação da controlada Light SESA em 2016 como involuntária, a Companhia não reconheceu como ativo financeiro do setor, em 31 de dezembro de 2016, o montante de R\$29.500 referente a este possível repasse à tarifa. O valor atualizado, em 31 de dezembro de 2020, é de R\$38.207.

Em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2018, a controlada Light SESA também terminou o ano sobrecontratada, atingindo os percentuais de 106,2% e de 105,1%, respectivamente. No entanto, como o preço SPOT em 2017 e em 2018 ficou acima do preço médio dos contratos da controlada Light SESA, não ocorreu perda econômica.

Em 27 de agosto de 2020, as Superintendências da ANEEL de Gestão Tarifária (SGT) e de Regulação Econômica e Estudos do Mercado (SEM) emitiram o Despacho nº 2.508/2020-SRM-SGT/ANEEL, fundamentado na Nota Técnica nº 97/2020, em que se analisam os critérios empregados no cálculo dos montantes de exposição e sobrecontratação involuntárias das distribuidoras de energia elétrica no biênio 2016/2017.

Considerando a discordância quando às conclusões das áreas técnicas, as quais violaram a legislação vigente, em 10 de setembro de 2020, a controlada Light SESA protocolou pedido de efeito suspensivo em face do Despacho nº 2.508/2020, por entender que os valores apresentados à controlada Light SESA, bem como os critérios empregados pela ANEEL para realização dos cálculos foram equivocados e merecem revisão. De forma semelhante e concomitantemente, a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica ("ABRADEE"), associação da qual a controlada Light SESA faz parte, também interpôs recurso ao ato da ANEEL, restringindo-o ao argumento de a nova interpretação dada pela ANEEL quanto ao princípio do máximo esforço.

Em 13 de outubro de 2020, o Diretor-Geral da ANEEL editou os Despachos nº 2.934 e nº 2.936, negando meramente o pedido de efeito suspensivo solicitado pela ABRADEE e pela controlada Light SESA, respectivamente, com a fundamentação que os quesitos do perigo da demora e dano de difícil reparação não foram cumpridos para concessão do efeito suspensivo.



A administração da Companhia espera que a conclusão desse processo seja favorável e por conta disso entende que nenhum efeito contábil relacionado com o Despacho nº 2.508 deve ser reconhecido nesse exercício e que continuará realizando todos os esforços junto a ANEEL para que, no reajuste do ano de 2021, sejam repassados os montantes financeiros de direito desta distribuidora.

### 35.2.7 Riscos socioambientais

Os riscos socioambientais estão relacionados às questões ambientais, à segurança da força de trabalho e da população, a questões relacionadas aos empregados, a impactos na sociedade e à gestão de fornecedores.

Para mitigar o risco de multas, embargos de empreendimentos, acidentes, ações judiciais e danos à imagem da Companhia, desde 2001 a Companhia possui o Sistema de Gestão Ambiental (SGA), baseado na ISO 14001, que avalia e monitora os aspectos e impactos de seu parque operacional para que a legislação ambiental vigente seja cumprida e os padrões de qualidade ambiental mantidos. Além da certificação na ISO 14001, as usinas hidrelétricas da Companhia possuem certificação nas normas de segurança e saúde ocupacional da OHSAS 18001 e na ISO 9001 de qualidade, formando um Sistema de Gestão Integrado (SGI).

Quanto ao risco de acidentes com a força de trabalho e com a população, relacionado à operação e manutenção de redes de distribuição de energia e de unidades de geração, a Companhia continua investindo prioritariamente na promoção da saúde e na prevenção de acidentes por meio da aplicação de recursos na melhoria de processos e procedimentos, na capacitação e sensibilização de toda a sua força de trabalho. Além disso, são realizadas campanhas de comunicação relacionadas aos riscos da rede elétrica para a população e à importância de se adotar medidas pessoais de segurança.

No que se refere aos benefícios oferecidos pela empresa a seus empregados, além dos planos de previdência privada, administrados pela Braslight, o pacote de benefícios engloba, principalmente, assistência médica e odontológica extensivo aos dependentes, auxílio alimentação/refeição, auxílio alimentação natalino, auxílio-creche, complementação do benefício auxílio doença, auxílio psicopedagógico (para filhos de empregados com necessidade de tratamento neuropsíquico), assistência social e psicológica, seguro de vida e bolsa de estudo de ensino médio técnico do Colégio 1º de Maio, para empregados e seus dependentes.

Frente ao recrudescimento de problemas relacionados à violência na cidade do Rio de Janeiro, a Companhia é impedida de atuar em muitas comunidades, o que impacta diretamente a qualidade do fornecimento de energia. Para mitigar esse problema, a estratégia da Light para chegar até esses clientes, garantindo a segurança de sua equipe, foi o relacionamento com escolas públicas, unidade de saúde e Centros de Referência de Assistência Social ("CRAS"). Por meio da intensificação dos diálogos com esses agentes, a Light pôde conscientizar e disseminar informações sobre consumo consciente da energia, prejuízos causados pelo furto e a Tarifa Social de Energia Elétrica. Outra estratégia que trouxe bons resultados foram os diálogos com líderes de associações de moradores, alunos e professores, clínicas da família e ONGs que já atuam com projetos sociais e culturais nessas comunidades. Excepcionalmente em 2020, como consequência da pandemia da COVID-19, as ações nas escolas foram paralisadas e as ações nas comunidades foram reduzidas. Contudo, a Companhia manteve parceria com os CRAS para ações de sensibilização e cadastramento na Tarifa Social sempre respeitando os protocolos de saúde estabelecidos pelos órgãos públicos competentes.

Para garantir que os fornecedores da Companhia estejam alinhados com as diretrizes relacionadas aos direitos humanos, práticas trabalhistas e redução de impactos na sociedade, inclusive ambientais, adotadas pela Companhia, são estabelecidos critérios de seleção e gestão de fornecedores, que contemplam o cumprimento do estabelecido no Acordo de Responsabilidade Social e no Código de Ética e Conduta Empresarial da Companhia.

#### 35.2.8 Riscos de continuidade da concessão

A Companhia e suas controladas conduzem suas atividades de geração e distribuição de energia elétrica de acordo com contratos de concessão e a legislação do setor elétrico, incluindo todas as resoluções emitidas pela ANEEL.

O quinto aditivo ao contrato de concessão da controlada Light SESA, celebrado em março de 2017 possui cláusulas que condicionam a continuidade da concessão ao cumprimento, por parte da controlada Light SESA, de novos critérios de eficiência com relação à qualidade da prestação do serviço e à sustentabilidade econômico-financeira da referida companhia.

Os critérios de eficiência com relação (i) à qualidade do serviço prestado são mensurados por indicadores que consideram a frequência e a duração média das interrupções do serviço de distribuição de energia, e os limites globais anuais definidos no referido aditivo; e (ii) à gestão econômica e financeira são mensurados por indicadores que consideram o nível de endividamento da companhia e limites os quais estão definidos no referido termo aditivo.

O inadimplemento do critério de qualidade da prestação do serviço será verificado nos casos em que houver o não atendimento dos indicadores por:

- (a) dois anos consecutivos no período entre 2018 e 2021 para o indicador de qualidade do serviço prestado;
- (b) dois anos consecutivos no período entre 2018 e 2019 para o indicador de gestão econômico-financeira;
- (c) especificamente no ano de 2022 para o indicador de qualidade do serviço prestado;
- (d) especificamente no ano de 2020 para o indicador de gestão econômico-financeira;
- (e) por três anos consecutivos a partir de 2021 para o indicador de gestão econômico-financeira; ou
- (f) por três anos consecutivos a partir de 2023 para o indicador de qualidade do serviço prestado.

O descumprimento em função dos itens (a), (b), (c) e (d) acima, implica na instauração de processo administrativo para extinção da concessão, enquanto que o descumprimento em função dos itens (e) e (f), acarreta na abertura de processo de caducidade, no qual se procederá com a apuração da inadimplência da concessionária.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a controlada Light SESA atendeu aos indicadores de qualidade do serviço prestado. Contudo, conforme notificação de 25 de junho de 2019, ANEEL informou a controlada Light SESA sobre o não atendimento aos indicadores econômico-financeiros. A controlada Light SESA divergiu da interpretação da área técnica da ANEEL, visto que foi realizado um aumento de capital nesta controlada, no ano de 2019, em montante superior ao necessário e para o cumprimento do referido indicador, conforme previsto no Quinto Aditivo ao Contrato de Concessão. Em 26 de janeiro de 2021, por meio do Despacho nº173/2021, a ANEEL reconheceu o cumprimento dos indicadores econômico-financeiros.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia atendeu aos critérios de qualidade do serviço prestado e de sustentabilidade econômico-financeira.

Em virtude da pandemia da COVID-19, em 21 de dezembro de 2020, a Diretoria Colegiada da ANEEL decidiu, de forma unânime, pelo provimento da Medida Cautelar apresentada pela controlada Light SESA de modo a afastar as consequências decorrentes de eventual descumprimento do indicador econômico-financeiro previsto para o ano de 2020, nos termos do Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 001/1996.

O reconhecimento da ANEEL decorreu da verificação de que as definições quanto à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, sob discussão no âmbito da Consulta Pública nº 035/2020, são correlacionadas ao cumprimento das cláusulas econômico-financeiras dos contratos de concessão da distribuição.

Desta forma, a ANEEL concedeu o provimento cautelar até a data de conclusão da referida Consulta Pública, ocasião em que restarão definidas as métricas para o reequilíbrio econômico-financeiro das distribuidoras e, consequentemente, permitirão que a ANEEL verifique o cumprimento do indicador econômico-financeiro dos contratos de concessão.

### 35.3 Gestão do capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A dívida líquida da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido é apresentada a seguir:

	Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019
Dívida de financiamentos, empréstimos e debêntures	9.683.969	8.766.540
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	(1.116.503)	(338.279)
Dívida bruta	8.567.466	8.428.261
(-) Caixa e equivalentes de caixa e TVM	3.089.676	1.678.028
Dívida líquida (A)	5.477.790	6.750.233
Patrimônio líquido (B)	7.076.212	6.230.544
Percentual de capital de terceiros - % (A÷ (B+A))	44%	52%

## 36. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo Light possuía seguros com cobertura abrangendo seus principais ativos, dentre os quais podemos citar:

Seguro de riscos operacionais - cobre os danos causados às Usinas Hidroelétricas e Termoelétricas, incluindo, mas não limitada a todo seu maquinário, turbinas a vapor, turbinas a gás, geradores, caldeiras, transformadores, canais, túneis, barragens, vertedouros, obras civis, escritórios e depósitos. Todos os ativos estão segurados na modalidade de Riscos Operacionais, com cobertura "All Risks", incluindo-se linhas de transmissão e distribuição até 1.000 pés do local de geração.

Seguro de responsabilidade civil de administradores e diretores (D&O) - tem por objetivo proteger os Executivos por perdas e danos resultantes do exercício das suas funções inerentes ao cargo ou posição como Conselheiros, Diretores e Administradores da Sociedade.

Seguro de responsabilidade civil e geral - objetiva o pagamento de indenização caso a Companhia venha a ser responsabilizada civilmente por meio de sentença transitada em julgado ou acordo autorizado pela seguradora, relativas a reparações por danos materiais e corporais involuntários, causados a terceiros e também aqueles relacionados à poluição, contaminação, vazamentos súbitos e ou acidentais.

Seguro garantia financeira - Comercialização de Energia e Judicial, Seguro Patrimonial - Compreensivo Empresarial (Imóveis Alugados), Seguro de Transporte Internacional - Importação, Seguro Viagem Corporativo e Seguro de Pessoas.

A composição dos principais seguros considerada pela Administração é resumida conforme a seguir:

RISCOS	Data de Vigência		Importância Segurada	Prêmio Líquido
	De	Até		
Directors & Officers (D&O)	10.08.2020	10.08.2021	40.350	210
Responsabilidade civil e geral	31.10.2020	31.10.2021	20.000	650
Riscos operacionais <sup>(a)</sup>	31.10.2020	31.10.2021	7.591.286	4.351

<sup>(a)</sup> Limite Máximo de Responsabilidade (LMR) de R\$300.000 - Indenização

<sup>(a)</sup> Valor total em risco de R\$7.591.286

Os seguros da Companhia não fazem parte do escopo de auditoria dos nossos auditores independentes.

### 37. COMPROMISSOS CONTRATUAIS

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas possuem os seguintes compromissos contratuais relevantes não reconhecidos nas demonstrações contábeis:

#### 37.1 Contratos de venda de energia elétrica gerada

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía compromissos de venda de energia com posição em MW médio, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Ano	Energia convencional contratada Total (MW médio) <sup>(a)</sup>	Energia incentivada contratada Total (MW médio) <sup>(a)</sup>
2021	422,64	24,95
2022	449,64	8,00
2023	449,64	8,00
2024	449,64	8,00
2025	449,64	8,00
2026	449,64	8,00

<sup>(a)</sup> Não auditado pelos auditores independentes

## 37.2 Contratos de compra de energia elétrica

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía compromissos de compra de energia, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Ano	Mw médio Contrato bilateral <sup>(a)</sup>	Mw médio Itaipu <sup>(a)</sup>	Mw médio PROINFA <sup>(a)</sup>	Mw médio Leilões de Energia <sup>(a)</sup>	Mw médio Total Contratos <sup>(a)</sup>
2021	725	515	47	2.038	3.325
2022	725	515	47	2.130	3.417
2023	725	507	47	2.183	3.462
2024	679	500	47	2.336	3.562
2025	-	500	47	2.336	2.883
2026	-	500	47	2.336	2.883
2027	-	500	47	2.336	2.883
2028	-	500	47	2.336	2.883
2029	-	500	47	2.336	2.883
2030	-	500	47	2.336	2.883

<sup>(a)</sup> Não auditado pelos auditores independentes

## 38. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Companhia e suas controladas realizaram atividades de investimento e financiamento que não envolveram caixa, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	2020	2019
Aquisição de ativo intangível em contrapartida a fornecedor	11.450	45.274
Repactuação do GSF na Light Energia - Lei 14.052/2020	433.829	-
Receitas relativas à construção de ativos próprios (DVA)	885.064	793.332

## 39. EVENTOS SUBSEQUENTES

### 39.1 Oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias ("Follow-on")

Em 22 de janeiro de 2021, encerrou-se a oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações") realizada em conformidade com os procedimentos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários

No âmbito da Oferta Pública, foram colocadas (i) 68.621.264 de novas ações de emissão da Companhia ("Oferta primária"), com o consequente aumento do capital social da Companhia no montante de R\$1.372.425, e (ii) 68.621.264 de ações de emissão da Companhia e de titularidade da CEMIG ("Oferta secundária"), ao preço por ação de R\$20,00.

Em razão do aumento do capital social da Companhia no âmbito da oferta restrita, o novo capital social da Companhia passará a ser de R\$5.473.247, dividido em 372.555.324 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Com o encerramento da oferta pública, a posição acionária da Companhia passou a ser:

ACIONISTAS	% Participação
Samambaia Master Fundo de Investimento em Ações Investimento no Exterior - BDR Nível 1	20,01
Santander PB Fundo de Investimentos em Ações 1	10,16
Atmos Capital Gestão de Recursos Ltda.	6,26
Mercado	63,57
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>100,0</b>

### 39.2 Aporte de capital na controlada Light SESA

Em 25 de janeiro de 2021, a Companhia aportou o montante de R\$1.340.000 na controlada Light SESA por meio da subscrição e integralização de 96.297.089.456 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal.

### 39.3 Emissão de debêntures

Em 12 de fevereiro de 2020, ocorreu a liquidação da 21ª emissão de debêntures da controlada Light SESA no valor de R\$360.000. A operação tem o custo de CDI + 2,60% a.a. e vencimento em janeiro de 2025. Os recursos decorrentes desta debênture foram integralmente utilizados na realização da aquisição facultativa de debêntures da 2ª série da 9ª emissão da controlada Light SESA, cuja remuneração era de IPC-A + 5,74% a.a., bem como nos encargos relacionados.



#### 39.4 Amortização antecipada das dívidas com o BNDES

Em 26 de fevereiro de 2021, a controlada Light SESA efetuou a amortização antecipada da totalidade do saldo devedor dos contratos de financiamento celebrados com o BNDES no montante total de R\$300.555, com custo médio de IPCA + 5,11% a.a.

#### 39.5 Reajuste tarifário

Em 09 de março de 2021 foi aprovado pela ANEEL o processo de reajuste das tarifas da controlada Light SESA. O resultado, homologado através da Resolução Homologatória 2.835/2021, representa um reajuste tarifário médio para o consumidor de 6,75%, e engloba todas as classes de consumo (residencial, industrial, comercial, rural e outras). O índice de reajuste é constituído de dois componentes: (i) estrutural, que passa a integrar a tarifa, de 18,39%, compreendido pelos custos não gerenciáveis (Parcela A) e gerenciáveis (Parcela B); e (ii) componente financeiro negativo que somam 11,64%, aplicado exclusivamente aos próximos 12 meses, onde, dentre outros, foi considerado a devolução integral dos recursos recebidos da Conta-Covid, bem como início do processo de devolução dos valores oriundos de créditos tributários referentes ao trânsito em julgado da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. As novas tarifas entraram em vigor a partir de 15 de março de 2021.

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Carlos da Costa Parcias Júnior  
Carlos Marcio Ferreira  
Carlos Alberto da Cruz  
David Zylbersztajn  
Firmino Ferreira Sampaio Neto  
Hélio Paulo Ferraz  
Patrícia Gracindo Marques de Assis Bentes  
Yuiti Matsuo Lopes  
Ricardo Reisen de Pinho

## CONSELHO FISCAL

## EFETIVOS

Julia Figueiredo Goytacaz Sant'Anna  
Marcelo Souza Monteiro  
Domenica Eisentein Noronha

## SUPLENTE

João Alan Haddad  
Michele da Silva Gonsales  
Maurício Rocha Alves de Carvalho

## DIRETORIA EXECUTIVA

Raimundo Nonato Alencar de Castro  
Diretor Presidente  
  
Roberto Caixeta Barroso  
Diretor e Diretor de Relações com Investidores  
  
Déborah Meirelles Rosa Brasil  
Diretora  
  
Daniel Campos Negreiros  
Diretor  
  
Alessandra Genu Dutra Amaral  
Diretora  
  
Carla Ferreira Medrado  
Diretora  
  
Thiago Freire Guth  
Diretor  
  
Gisomar Francisco de Bittencourt Marinho  
Diretor

## SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLADORIA

Eduardo Righi Reis  
Superintendente de Controladoria  
CPF 044.566.946-29

Simone da Silva Cerutti de Azevedo  
Contadora - Gerente de Contabilidade  
CPF 094.894.347-52  
CRC-RJ 103826/O-9